



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Laboratório de Observação Social

CONTRATO 026/2007 – UFRGS – FASC
ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS
RELATÓRIO FINAL

**CADASTRO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS EM
SITUAÇÃO DE RUA E ESTUDO DO MUNDO DA POPULAÇÃO
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE/RS**

Porto Alegre, maio de 2008.

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 Sala 215; 91509-900
Porto Alegre RS Brasil; Telefone: (51) 3308 7314; Fax: (51) 3308 6905
e-mail: labors@ufrgs.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Laboratório de Observação Social**

**CONTRATO 026/2007 – UFRGS/FAURGS – FASC
ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS
RELATÓRIO FINAL**

**Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e
Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de
Porto Alegre/RS**

Coordenação

**Ivaldo Gehlen (Geral)
Patrice Schuch (População Rua)**

Porto Alegre, maio de 2008.
Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 Sala 215; 91509-900
Porto Alegre RS Brasil; Telefone: (51) 3308 7314; Fax: (51) 3308 6905
e-mail: labors@ufrgs.br

CONTRATO 026/2007 – UFRGS – FASC

CADASTRO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA E ESTUDO DO MUNDO DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE/RS
RELATÓRIO FINAL

COORDENADOR GERAL

Ivaldo Gehlen

EQUIPE TÉCNICA

Patrice Schuch (*Coordenadora do estudo*), Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela UFRGS (1994), mestre em Antropologia Social (UFRGS), doutora em Antropologia Social (UFRGS); estágio na Universidade da Califórnia (Berkeley/EUA); pós-doutorado em Antropologia Social (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania na UFRGS. Tem artigos escritos nos seguintes temas: políticas públicas, direitos humanos, projetos de desenvolvimento, legalidades e moralidades.

Cláudia Turra Magni Graduada em História (bacharelado e licenciatura) pela UFRGS, Mestre em Antropologia Social (UFRGS), dissertação sobre habitantes de rua em Porto Alegre, Doutora em Antropologia e Etnologia pela EHESS (França), tese sobre pessoas sem domicílio em Paris. Professora do departamento de História e Antropologia da UFPel. Escreveu artigos e realizou documentários sobre o tema.

Ivaldo Gehlen, Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia (UFRGS), Doutor em Sociologia, Universidade Paris X - Nanterre (França), Professor do Departamento de Sociologia, do PPG em Sociologia, do PPG em Desenvolvimento Rural e do PPG em Agronegócios da UFRGS. Diversos artigos e relatórios sobre a temática.

Iara Kunde Dickel, Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS).

CONSULTORES

Cláudia Lee Fonseca, Bacharel em Artes Liberais; Mestre em Estudos Orientais; Doutora em Sociologia Rural; doutora em Etnologia Urbana. Professora do Departamento de Antropologia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em antropologia da UFRGS. Possui livros e artigos publicados sobre temas assemelhados.

Elsa Cristina de Mundstock, Matemática, Departamento de Estatística (UFRGS)

Maria Antonieta Vieira, Cientista Social e doutora em Antropologia pela Unicamp. Participou de pesquisas sobre População de Rua em São Paulo, é membro do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, atuante do Movimento Nacional de Catadores. É pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/SP, membro integrante dos estudos para o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Carmen Craidy, Mestre em Ciências da Educação Paris V, Sorbonne (França). Doutora em Educação (UFRGS), Professora da Faculdade e do PPG em Educação, UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social NUPEEEVS/FACED/UFRGS. Possui artigos e livros sobre o tema.

APOIO TÉCNICO

Daniela Robl, acadêmica de História
Marcela Franzen Rodrigues, acadêmica de Ciências Sociais
Alexandre Peres de Lima, acadêmico de Ciências Sociais

SUPERVISORES DE CAMPO

Ana Paula Arosi, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Dario Bezerra, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)
Flávio Saidelles Ferreira, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)
Jaqueline Ruszczyk, mestranda em Sociologia (UFRGS)
José Rodrigo Saldanha, mestrando em Antropologia Social (UFRGS)
Marcela Franzen Rodrigues, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Nara Dubois de Jesus, mestre em Sociologia (UFRGS)

ENTREVISTADORES

Alexandre Peres de Lima, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)
Bruno Conte Piccinini, acadêmico de História (UFRGS)
Carina Taborda, acadêmica do curso de Letras (UFRGS)
Carmem Lúcia Sarate Moura, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Cecília Zarth, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Cristina Gross Moraes, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Daniela Machado Robl, acadêmica de História (UFRGS)
Guilherme Schröder, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)
Guilherme de Queiroz Stein, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)
Jaqueline Mädke, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Krishna Chiminazzo Predebon, acadêmica de História (UFRGS)
Luisa Andrade de Sousa, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Luiz Felipe Kingeski, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)
Mandio Pietro Gallas Duarte, acadêmico de História (UFRGS)
Manuela Amilai, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Manuela Sulzbach, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Marieta Reis, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Mégui Fernanda Del Ré, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Michele Doris Castro, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Ronaldo Jorge Rodrigues de Oliveira, mestrando em Educação (UFRGS)
Simone Piletti Viscarra, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Stéphanie Ferreira Bexiga, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Tânia Rejane Saraiva Schneider, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Yara Paulina Cerpa Aranda, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)

DIGITADORES

Ana Paula Arosi, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Daniela Machado Robl, acadêmica de História (UFRGS)
Krishna Chiminazzo Predebon, acadêmica de História (UFRGS)
Pagu Gomes de Oliveira, acadêmica de Ciências Sociais (UFRGS)
Raquel Corrêa, mestranda em Sociologia (UFRGS)
Rita Rauber, mestranda em Biologia (UFRGS)
Tiago Rocha Rebello, acadêmico de História (UFRGS)

CRÍTICA

Rita Rauber, mestranda em Biologia (UFRGS)

Raquel Corrêa, mestranda em Sociologia (UFRGS)

Jonathan Amaral, acadêmico de Ciências Sociais (UFRGS)

PRESIDENTE DA FASC

Brizabel Müller da Rocha

COORDENAÇÃO PELA FASC

Marta Borba Silva Bacharel em Serviço Social (PUC/RS), Mestre em Serviço Social (PUC/RS)

Simone Ritta dos Santos Bacharel em Serviço Social (ULBRA), Mestre em Antropologia Social (UFRGS) e Doutoranda em Serviço Social (PUC/RS)

GRUPO DE TRABALHO/ MONITORES PELA PREFEITURA

Ana Elisa Freitas (SMDHSU)

Carlos da Silva (FASC)

Júlia Obst (FASC)

Manoel da Silva (SMED)

Marta Borba (FASC)

Simone Machado (FASC)

Simone Ritta dos Santos (FASC)

Mapeador

Paulo Augusto Coelho de Souza, CMAS

Facilitadores

Carlos André da Rosa Bittencourt, funcionário Casa de Convivência I

Cléber Cândido de Deus, funcionário do Ação Rua, Núcleo Centro

Apoiadores

João Paulo Roseira

Solismar de Oliveira Chagas (Sol)

Grupo de Trabalho/ Pessoas em Situação de Rua

João de Deus Pawlak

João Paulo Roseira

José Nedir Ramires (Ceco)

Luiz Felipe Molino Leal (Luana)

Nilton Bittencourt da Rosa

Sérgio Carvalho Borges

Solismar de Oliveira Chagas (Sol)

Porto Alegre, maio de 2008.

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 Sala 215; 91509-900

Porto Alegre RS Brasil; Telefone: (51) 3308 7314; Fax: (51) 3308 6905

e-mail: labors@ufrgs.br

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
1. PROCESSO DO ESTUDO	11
1.1. Categorias e Modos de Construção da “População em Situação de Rua”	13
1.1.1. Crianças e Adolescentes	14
1.1.2. Adultos	19
1.2. Metodologia:	21
1.2.1. Instrumentos	21
1.2.2. Equipes de Pesquisa	23
1.2.3. Procedimentos do Trabalho de Campo	25
2. CARACTERIZAÇÕES GERAIS DA POPULAÇÃO PESQUISADA:	36
2.1. Crianças e Adolescentes	36
2.2. Adultos	51
3. ESTUDO DO MUNDO DA POPULAÇÃO ADULTA	58
3.1. Família, Cotidiano, e Relações com Instituições	58
3.1.1. Relações Familiares.....	58
3.1.2. Cotidiano.....	67
3.1.3. Relações com Instituições.....	72
3.2. Relações de Trabalho e Renda	76
3.2.1. Qualificação Profissional.....	76
3.2.2. Renda e Fonte.....	78
3.3. Saúde	80
3.3.1. Doenças e/ou Problemas que os Entrevistados Possuem.....	81
3.3.2. Produtos que os Entrevistados Utilizam.....	87
3.3.3. Cuidados com a Saúde.....	90
3.4. A Rua: Riscos, Atrativos e Cidadania	95
3.4.1. Tempo de Rua e Motivos de Ida para a Rua.....	96
3.4.2. A Rua: atrativos e perigos.....	103

3.4.3. Violência.....	109
3.4.4. Preconceito e Discriminação: o insulto moral.....	114
3.4.5. Conhecimento e participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's, e Avaliação dos Serviços Públicos e das Relações Pessoais.....	116
3.5. Identidade, Representações sobre Moradores de Rua, Sonhos e Projetos	119
3.5.1. O que é Ser Morador(a) de Rua?.....	119
3.5.2. Você se Considera Morador(a) de Rua?.....	125
3.5.3. Sonhos e Projetos.....	127
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
Referências Bibliográficas	149
Anexos	153
ANEXO I – Manual do entrevistador	154
ANEXO II – Carta de esclarecimento da Equipe de Pesquisa	159
ANEXO III – Carta dos Representantes das Pessoas em Situação de Rua	160
ANEXO IV – Tabelas de Freqüências Simples das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	161
ANEXO V – Tabelas de Freqüências Cruzadas das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	169
ANEXO VI – Tabelas de Freqüências Simples da População Adulta em Situação de Rua ..	172
ANEXO VII – Tabelas de Freqüências Cruzadas da População Adulta em Situação de Rua	212
ANEXO VIII – Instrumentos de coleta de dados – Cadastro e Questionário	217

APRESENTAÇÃO

O estudo: *Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS* objetivou recensear essas populações, mapear os locais de utilização em Porto Alegre, assim como conhecer as especificidades da formação antropológica da população adulta em situação de rua, identificando seus dados étnicos, socioeconômicos e culturais, estratégias de trabalho e geração de renda, formas de sociabilidade, identidade e representações sociais, formas de relação com instituições e demandas para as políticas públicas.

A pesquisa é um dos sub-projetos do “Contrato 026/2007 – UFRGS – FASC”, o qual previu, além da pesquisa com a população em situação de rua, estudos quali-quantitativos das populações remanescentes de quilombos, das comunidades indígenas e afrobrasileiras de Porto Alegre/RS. A execução dos estudos foi do Laboratório de Observação Social (LABORS), órgão vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS. A equipe executora foi composta por pesquisadores de diferentes áreas, especialmente antropologia, educação, história e sociologia, e por estudantes universitários.

A supervisão e acompanhamento foram realizados por profissionais da FASC, da área de assistência social, e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura de Porto Alegre, foi o responsável pelo financiamento da pesquisa.

Os dados empíricos foram levantados em dezembro de 2007, sendo a conferência dos dados coletados realizada, para o público adulto em situação de rua na segunda semana de janeiro, e para o público de crianças e adolescentes entre 07 e 20 de março de 2008.

Os resultados são confiáveis do ponto de vista metodológico e as análises foram feitas com acuidade para que o estudo possa servir de referência futura.

Porto alegre, maio de 2008.

Ivaldo Gehlen
Coordenador Geral

Patrice Schuch
Coordenadora do estudo

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados finais da pesquisa *Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*, realizada na cidade de Porto Alegre/RS, entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008.

A pesquisa é um dos sub-projetos do “Contrato 026/2007 – UFRGS – FASC”, o qual previu, além da pesquisa com a população em situação de rua de Porto Alegre, os estudos qualitativos das populações remanescentes de quilombos, das comunidades indígenas e afrobrasileiras de Porto Alegre/RS. A execução dos estudos foi realizada pelo Laboratório de Observação Social (LABORS), órgão vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS. A equipe executora foi composta por pesquisadores de diferentes áreas, especialmente antropologia, educação, história e sociologia e por estudantes universitários.

Quanto à equipe específica da pesquisa sobre população em situação de rua, esta foi constituída por duas pesquisadoras com doutorado em Antropologia Social, um pesquisador com doutorado em Sociologia e uma cientista social com mestrado incompleto em Ciência Política, além de estudantes de diferentes estágios do curso de Ciências Sociais, História, Letras e Educação. A supervisão e acompanhamento foram realizados por profissionais da FASC, da área de assistência social. O financiamento da pesquisa, assim como dos demais estudos sobre populações específicas de Porto Alegre foi feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura de Porto Alegre.

O objetivo do estudo: *Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS* foi recensear e mapear os locais de utilização da população de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua de Porto Alegre, bem como conhecer as especificidades da formação antropológica da população adulta em situação de rua, identificando seus dados étnicos, socioeconômicos e culturais, estratégias de trabalho e geração de renda, formas de sociabilidade, identidade e representações sociais, formas de relação com instituições e demandas para as políticas públicas.

Os dados empíricos foram levantados no período de dezembro de 2007, sendo a conferência dos dados coletados realizada, para o público adulto em situação de rua na segunda semana de janeiro, e para o público de crianças e adolescentes entre 07 e 20 de março de 2008. Ao todo, foram cadastradas 383 crianças e adolescentes em situação de rua e foram alcançados pela pesquisa 1203 adultos em situação de rua,. No que se refere à população adulta, estudada em maior detalhe, dos 1203 pesquisados 821 responderam somente ao cadastro e 382 também ao questionário da amostragem, parte do “estudo de mundo” dessa população. Ainda foram realizadas 8 entrevistas semi-estruturadas com especialistas na área, de posições diversas na sua relação com a população estudada – usuários dos serviços de atendimento à população em situação de rua, coordenadores de serviços institucionais para o acolhimento de pessoas em situação de rua, profissionais ligados ao conjunto das políticas públicas para o seu atendimento e líderes de movimentos pelos direitos das pessoas em situação de rua. Tais entrevistas foram viabilizadas no intuito de contribuir para a análise dos dados, explorando a diversidade dos pontos de vista sobre os assuntos tratados.

O conjunto de dados empíricos obtidos está organizado em um Banco de Dados que pode ser utilizado para a ampliação e o aprofundamento de todos os aspectos deste estudo. Proporciona, dessa forma, a elaboração de novas pesquisas sobre o tema e o estudo e cruzamento entre variáveis das diversas questões abordadas, que podem ser realizados pelos próprios funcionários da instituição.

Esses funcionários da FASC, representados pela sua equipe de coordenação da pesquisa, bem como os demais integrantes do Grupo de Trabalho/Monitores da Prefeitura de Porto Alegre, foram de fundamental importância para o andamento da pesquisa, sobretudo nos procedimentos de discussão dos instrumentos de pesquisa e suporte para a realização do trabalho de campo. Também foi fundamental a contribuição de alguns usuários das políticas de atendimento à população adulta em situação de rua, especialmente na revisão dos instrumentos de pesquisa e nos procedimentos de apoio e facilitação ao trabalho de campo. Além de proporcionar um número importante de dados da população em situação de rua, a pesquisa possibilitou a relação entre agentes sociais com posições distintas – acadêmicos, profissionais da intervenção social e usuários dos serviços – contribuindo para a reformulação de um senso de cidadania que pode se expressar em políticas mais eficazes e participativas para a população estudada.

1. PROCESSO DO ESTUDO

O desafio de pensar as “pessoas em situação de rua” para além do estigma que, historicamente, as têm definido, nos conduz à tentativa de entender alguns processos sociais mais abrangentes que podem contribuir para a não fixação de uma essência dessa população. Para pensar a condição e estatuto do que hoje chamamos de “população em situação de rua” é preciso refletir na sua relação com um conjunto de atributos definidores da noção de normalidade. Embora populações sem paradeiros fixos, andarilhos, miseráveis e necessitados de ordens diversas tenham sido constantes na história do mundo, é a partir da época moderna, na França, com a constituição de uma série de aparatos institucionais para acolhimento de pobres e miseráveis – os Hospitais Gerais - que se estabelece uma reviravolta fundamental na conceituação desse conjunto heterogêneo de pessoas (FOUCAULT, 1993 E MAGNI, 1994). À medida em que a rua passa a ser um espaço a ser governado, as populações que lá habitam, circulam ou definem a sua existência passam a ser enquadradas em redes de poderes diversos de controle e auxílio. As populações *de* rua ou *na* rua passam a ser populações governáveis, constituindo-se como sujeitos de intervenção especializada.

O processo de especialização das políticas de intervenção de uma população heterogênea – pobres, doentes e necessitados - ocorreu paralelamente à diferenciação da população. Vários procedimentos institucionais e definições morais concorreram para diferenciar populações, sendo importante, nessa trajetória, o fim dos hospitais gerais, ocorrido no início do século XIX. A progressiva associação da libertinagem com insanidade, desenvolvida ao longo do século XVIII, foi posteriormente acentuada com a especialização da atividade médica. Paralelamente, houve uma racionalização do atendimento aos não-doentes, aparecendo uma forte crítica ao internamento decorrente na nova ética da produção intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo. O trabalho passou a ocupar um lugar significativo nos processos de remodelação social da população, a qual se tornou um ente governável não mais por estratégias de exclusão – como no internamento nos Hospitais Gerais -, mas também por noções de educação, recuperação

e atenção aos sujeitos. Até mesmo as prisões penais, aparecidas no final do século XIX, foram encaradas como mecanismos de produção de corpos dóceis para o trabalho, recuperação de almas e produção da delinquência, a qual é constituída como um perigo. O urbanismo e o higienismo, como saberes que propuseram o remodelamento das cidades, difundiram as noções de promoção do bem-estar da população através de estratégias de profilaxia e desagregação (COSTA, 1983; PECHMAN, 2002). Ao longo desses processos diversos a rua virou, idealmente, um espaço de circulação mais do que de existência; os amontoamentos de coisas e pessoas passaram a ser combatidos como estando “fora de lugar”. Isso não impediu que pessoas de origem e trajetórias diversas tivessem permanecido fazendo da rua seu espaço de habitação e existência, reunidas no atributo da *anti-norma*, mas sem ter uma experiência homogênea e generalizável em relação ao seu modo de vida.

Foi na segunda metade do século XX que o debate sobre aquilo que foi primeiramente chamado de “morador de rua” intensificou-se no conjunto das intervenções públicas, passando também a contar com trabalhos de pesquisa para sua compreensão. Pesquisas censitárias, financiadas por órgãos governamentais, vieram suprir uma demanda das políticas de intervenção, ao mesmo tempo dando uma existência oficial a uma população flutuante que nos censos nacionais - baseados no critério domiciliar – não tem visibilidade e reconhecimento social.

As abordagens foucaultianas já desvendaram as complexas tramas entre poderes e saberes, não sendo necessário aqui elaborar em grande detalhe que a contagem e o esquadramento de populações acabam produzindo sujeitos investidos por relações de poder. O mesmo autor, entretanto, ressaltou que é a partir da rede discursiva que se produzem os sujeitos investidos por relações de poder e que esses mesmos sujeitos podem elaborar discursos e práticas de resistência (FOUCAULT, 2003). Entendendo-se o poder como um feixe de relações de força, podemos destacar a atividade eminentemente produtiva, constantemente realizada nos embates entre poder e resistência. Nesse conjunto de relações, as pesquisas sobre determinadas populações – como a que realizamos, sobre “pessoas em situação de rua” – podem ser entendidas a partir de um duplo estatuto: do conhecimento sobre determinadas especificidades e necessidades de uma população interpelada por políticas de intervenção social e do reconhecimento da legitimidade de sua diferença, condição da promoção de seus direitos.

1.1. Categorias e Modos de Construção da “População em Situação de Rua”

Desde a década de 1980 vem se acentuando uma preocupação pública e de gestores institucionais acerca do que, popularmente, foi chamado por muito tempo de “morador de rua” e que hoje, no repertório das políticas públicas brasileiras, chamamos de “pessoas em situação de rua”. Pode-se dizer que esse conceito pretende denominar um conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente. A ruptura entre a terminologia “morador de rua” e “pessoas em situação de rua” é significativa de toda uma mobilização política que visou, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro lado, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível e não através de uma falta ou carência - de casa ou local de moradia fixa (MAGNI, 1994; SCHUCH, 2007). Vistos, em geral, como vítimas ou algozes, o conceito de “pessoas em situação de rua” também busca reconstituir certa agência dessa população, apontando que o enrijecimento de uma categoria explicativa – “moradores de rua” – esconde a pluralidade dos usos e sentidos da rua. O reconhecimento da não-homogeneidade de situações reanima a mobilização em torno de seu conhecimento, assim como conduz a necessidades de formulação de projetos para atendimento mais adequado ao conjunto de situações enfrentadas.

De outro lado, a diversidade de terminologias faz refletir sobre a relação entre as categorias descritivas da realidade e a produção dessa realidade. Isso porque uma mudança nas categorias de classificação implica uma transformação nos modos de identificação dessa população, uma vez que há um forte vínculo entre as categorias descritivas da realidade e sua própria construção¹. O que aparentemente não é nada mais do que um *dado* da realidade é, deste modo, *construído* como tal por processos múltiplos, não necessariamente coesos, mas que podem ser descritos de forma coerente. Essas reflexões são significativas para se pensar que o *dado* das pesquisas ou *sujeito* das políticas de intervenção – neste caso, as “pessoas em situação de rua” - é mais do que uma essência concreta de alguma coisa, mas uma particularidade inteligível a partir de sua inserção num espaço de relações, que envolve, tanto processos históricos mais abrangentes

¹ O sociólogo Pierre Bourdieu (1989), tentando compreender esse tipo de poder gerador de sistemas de classificação e de confirmação ou transformação do mundo, cunhou o conceito de “poder simbólico”. O poder simbólico é um poder irreconhecível, transfigurado e legitimado de outras formas de poder; trata-se de um poder eminentemente político de imposição de sistemas de classificação e, portanto, presente em todas as taxinomias científicas, religiosas, jurídicas, etc.

quanto, na contingência da pesquisa, uma atenção para as categorias de pesquisa utilizadas e a metodologia da coleta dos dados (SCHUCH, 2007).

Estudos de contagem e cadastramento de populações, quando não partem de uma auto-atribuição dos pesquisados, devem redobrar sua atenção no esclarecimento de tais aspectos, uma vez que trabalham com um conjunto de atributos que são construídos para a identificação de uma “população” que, necessariamente, não se reconhece como tal. Nesse caso, as categorias de classificação que definem o grupo de pessoas a ser potencialmente estudado se reflete diretamente nos dados apresentados ou perfil a ser construído sobre a população pesquisada. O mesmo é válido para a apresentação da metodologia de pesquisa utilizada, a qual se relaciona diretamente com o resultado a ser alcançado e, nos casos de contagem e/ou cadastro de populações - em que a super ou subestimativa de dados pode ter graves efeitos políticos e sociais - requer grande cuidado. O conhecimento da diversidade das experiências na rua, dos itinerários particulares das pessoas que a habitam e do modo de utilização dos recursos sociais disponíveis importa para a formulação de imagens menos essencialistas sobre o habitar/existir na rua e suas múltiplas possibilidades.

1.1.1. Crianças e Adolescentes

Um dos grupos que suscitou maior mobilização de agentes sociais e militantes da área em meados dos anos 1980 foi o grupo dos chamados “meninos de rua”. A visibilidade dessa população configurou-se paralelamente à mobilização e conquista de direitos, efetivada com a promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). A grande distância entre as proposições da lei – de que todas as crianças e adolescentes são “sujeitos de direitos” e de “proteção integral” do Estado, família e comunidade – e as práticas sociais vivenciadas por um conjunto heterogêneo de crianças e adolescentes que habitavam, existiam ou sobreviviam na rua, deu origem a diversos debates e mobilizações de “frentes discursivas” diversas – acadêmicos, militantes nacionais, organizações de proteção de direitos de cunho internacional, mídia, etc.

Como dizem Fonseca e Cardarello (1999), as “frentes discursivas” – um conjunto de mobilizações variadas em torno da produção de epistemologias, instituições e práticas ligadas a um tema ou grupo específico – são uma faca de dois gumes: por um lado são fundamentais para mobilizar apoio político em bases amplas e eficazes, mas por outro lado tendem a reificar o grupo alvo das preocupações, alimentando imagens que pouco têm a ver com a realidade. Um exemplo

disso é que, em Recife, em 1992 existiam 298 trabalhadores sociais para atender os chamados “meninos de rua”, para uma população alvo de menos de 250 jovens (HECHT, 1998:152). Outro exemplo é dado pela análise de algumas estimativas da UNESCO acerca do número de “crianças de rua” no Brasil, que chegaram a 30.000, associando crianças pobres às “crianças de rua”. Para Fonseca e Cardarello (1999), o maior incômodo com isso é o risco de que a forte carga emocional envolvida no tratamento desses temas midiáticos crie uma espécie de “cortina de fumaça” que ofusque a tematização de tópicos mais abrangentes, dificultando as soluções subseqüentes.

Daí o cuidado necessário, tanto para explicitar as categorias de atribuição que constituem um determinado grupo e sua problematização, quanto para a metodologia utilizada em pesquisas para seu estudo e análise. A própria categoria “crianças e adolescentes em situação de rua”, utilizada no contexto político contemporâneo, é uma criação histórica resultante de problematizações de conceituações anteriores.

Conjugando ideários urbanísticos e higienistas, a promoção de aparelhos estatais de intervenção na infância e juventude – a qual dessa forma se tornou “social” – marcou o início do século passado (SCHUCH, 2006). Ao longo dessa consolidação, foi marcante a preocupação com a “menoridade” – categoria que dizia respeito não apenas a uma faixa etária específica, mas a formas de subordinação de pobres e considerados em “situação irregular”: aqueles que não se inseriam nas dinâmicas sociais próprias aos valores modernos de nuclearização, proteção e privatização familiar (VIANNA, 1999). A preocupação com a “promiscuidade” *da e na* rua alimentou ideais acerca da constituição de uma sociedade destituída de conflito, marcada pelo medo de “contágio” de um mal que certas práticas sociais – a perambulação, mendicância, ociosidade – explicitavam. Nesse contexto social, a criança pedinte, circulando pelas ruas da cidade, torna a desigualdade conhecida, gerando a crítica aos homens do Estado e aos poderes por eles representados (ELMIR, 1996).

A visibilidade da desigualdade, associada à crescente constituição da infância e juventude como uma causa de grande preocupação social, culminante com a noção de que crianças e adolescentes são “sujeitos de direitos” e de “proteção integral”, configurou um contexto ambíguo de discussões sobre crianças e adolescentes que circulavam, habitavam ou estavam na rua como parte de estratégias de sociabilidade ou sobrevivência. Ao mesmo tempo, foi na década de 1980, no bojo da promulgação dos novos direitos para crianças e adolescentes, que surgiu o personagem “menino/a de rua”, marcando a especificidade do que seria uma infância não-protetida. Essa categoria reuniu discursos de proteção e medo em torno de si e consolidou uma classificação social baseada em especificação com relação à oposição da idéia de proteção e

acolhimento simbolicamente associadas à casa, no universo de representações culturais brasileiras (DA MATTA, 1979), assim como aos atributos definidores da noção de infância hegemônica, definida como espaço do lazer, da necessidade da proteção e do desenvolvimento (ARIÉS, 1980; DONZELOT, 1980; FONSECA, 1995; SCHUCH, 2006).

A “criança de rua”, constituída a partir de sua relação com esse espaço social era, por definição, vista como separada de sua família e de sua comunidade de origem. A percepção de uma especificidade associada ao perigo da rua e a não-proteção, ensejou um conjunto de políticas de atendimento que trabalhavam com a idéia de “retirar as crianças da rua”. Em algum tempo, entretanto, percebeu-se a dificuldade dessa proposta. Como já disseram Silva e Milito (1995), a expressão “menino/a de rua” foi criticada porque encobria realidades de meninos e meninas muito diferentes. Pesquisas foram realizadas sobre essa população e mostrou-se que o número das “crianças de rua” era infinitamente menor do que se imaginava (ROSEMBERG, 1993; GREGORI, 2000; GREGORI e SILVA, 2000) e que a maior parte das crianças e jovens tinha sua própria família e apenas permanecia ocasionalmente na rua, ou seja, eram “crianças *na* rua” e não “crianças *de* rua” (SILVA e MILITO, 1995).

À proporção que o debate sobre o tema prosseguia, novas alternativas para o atendimento passaram a ser consideradas: entrou em voga a noção de que, mais do que tentar tirar as crianças da rua, o desafio seria o de retirar “a rua da criança” (SILVA E MILITO, 1995). Isso implicava a consideração de dinâmicas de vida específicas e valores particulares que definissem a rua não apenas a partir de seus perigos, mas também pelos seus atrativos. No entanto, tais atrativos eram vistos como potencialmente contaminantes para a infância, algo a ser eliminado através de políticas específicas.

Emergente na década de 1990, a conceituação que distinguiu “crianças *da* e *na* rua” definiu-se a partir da conjugação entre a situação da criança em relação ao tempo de permanência na rua e a sua situação em relação à família, sendo um avanço considerável em relação às usuais homogeneizações da realidade das crianças e adolescentes que habitavam, existiam ou se apropriavam da rua como espaço de sociabilidade e formas de geração de renda. No entanto, essa categorização não pode ser vista de forma substantiva, à medida que essas denominações de criança/adolescente *na* ou *da* rua são fluidas e, por vezes, se confundem.

É também ao longo da década de 1990 e em sentido semelhante de dinamização da pluralidade de experiências das crianças e adolescentes nesse espaço social particular – a “rua” - que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a “criança de rua” como:

“... qualquer menino ou menina... para quem a rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo casas desabitadas, terrenos baldios, etc.) tornou-se moradia habitual e/ou fonte de sobrevivência; e que não têm a proteção, supervisão ou orientação adequada de um adulto responsável” (ICCB, 1985 apud LUSK e MASON, 1993, p. 157).

Destaca-se que, em relação à terminologia “crianças de rua”, a conceituação proposta pela ONU recorta essa experiência pelos usos sociais desse espaço social – *moradia* ou *sobrevivência* – conjugando essa diferenciação com o tipo de vínculo da criança com seus pais ou responsáveis. Porém, ainda assim é preciso salientar a flexibilização dessas situações e a possível intermitência entre os diferentes modos de apropriação da rua – moradia ou sobrevivência - assim como a variedade das situações familiares e o debate acerca do que seja supervisão e orientação familiar adequada, considerando desta forma as dinâmicas familiares diferenciadas que caracterizam os diferentes grupos sociais da sociedade contemporânea².

Atentando não apenas para a diversidade das experiências que recortam os usos e sentidos do espaço da rua, mas também para a sua possível situacionalidade, o termo “crianças e adolescentes em situação de rua” tomou conta do vocabulário público nos anos 2000. Esse termo está, atualmente, legitimado como uma classificação instituída acerca de uma população plural que pode estar ocupando a rua de uma variedade de jeitos e formas, permanente, transitória ou intermitentemente. Além disso, o termo expressa uma consideração de que as crianças e adolescentes em situação de rua não apenas *moram* ou *sobrevivem* na rua, mas constituem formas de organização social e significados particulares para seus atos, criativamente adquirindo conhecimentos, novas formas de relacionamentos sociais e geração de renda. A potencial situacionalidade dessa experiência abre brechas para se pensar outras formas de vinculação social como família e comunidade, deslocando a centralidade do espaço social e simbólico da “rua” para outras possibilidades de pertencimento, como por exemplo, familiares e comunitárias. Essas formas de pertencimento podem estar circunstancialmente enfraquecidas, dando uma complexidade especial para a experiência de crianças e adolescentes em situação de rua.

Tal complexidade de categorização reflete-se na complexificação da formulação de pesquisas censitárias sobre esse universo de estudo, que, portanto, não possui uma essência intrínseca facilmente identificável, mas constitui-se num conjunto de atribuições de diversas ordens que lhe definem. Não obstante, as pesquisas contemporâneas têm utilizado o termo “situação de rua” para abarcar certas especificidades da vida ou de momentos de vida de certas

² Sobre as dinâmicas familiares de diferentes grupos sociais e suas especificidades, ver Fonseca (1995).

crianças e adolescentes, o que não exclui certas tensões, na medida em que a “situação de rua”, tal como vimos, abarca múltiplas determinações que as pesquisas censitárias que trabalham com a metodologia de “abordagem” simplesmente não podem perceber devido à rápida identificação do universo, requerida pela metodologia de pesquisas do tipo. Desta forma, é intrínseca à metodologia censitária que esta não consiga abarcar uma série de complexidades da “situação de rua”, as quais requerem estudos mais aprofundados para seu reconhecimento.

Devido a esse elemento, nas pesquisas é relevante não apenas entender a constituição da categoria “situação de rua” que é trabalhada, mas também o conjunto de atributos para sua identificação em campo, o que permite a definição do universo do estudo. O estudo realizado pelo Governo do Estado do RS com a UNICEF (1996), por exemplo, definiu a “situação de rua” como aquela de “crianças e adolescentes que têm na rua seu *principal* espaço de sobrevivência, socialização e lazer, tendo ou não local de moradia como referência e vinculação com a família natural ou substituta” (GOVERNO DO ESTADO, 1996). Mas na apresentação dos dados da mesma pesquisa houve a explicitação da dificuldade (comum nas pesquisas de mapeamento, contagem e abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua) de identificação do universo de estudo, uma vez que a verificação visual é rápida e se dá através da vestimenta, aparência, higiene, idade aproximada e atividades realizadas pela potencial população estudada. Foram descartados como parte do público alvo da pesquisa todos aqueles que não faziam da rua seu *principal* espaço de sobrevivência, socialização e lazer. Essa pesquisa casou critérios de abordagem - vestimenta, aparência, higiene, idade aproximada e atividades realizadas na rua - com a centralidade da rua como principal espaço de vivência das crianças e adolescentes pesquisados.

Já a pesquisa realizada pelo LABORS, em parceria com a FASC, em 2004, também privilegiou o termo “crianças e adolescentes em situação de rua”, diferenciando-se da pesquisa anteriormente citada porque deu atenção especial a alguns critérios empíricos possíveis de serem utilizados na identificação da população a ser pesquisada e não trabalhando apenas com aqueles que faziam da rua seu principal espaço de existência social. Isto é, não foi atribuída centralidade à rua enquanto *principal* espaço de sobrevivência, socialização e lazer na definição do universo pesquisado. Para subsidiar a equipe na delimitação do universo de interesse do estudo foram definidos e apresentados três parâmetros que se entrecruzavam: a) o território que as crianças e adolescentes ocupavam; b) a aparência e cultura material; c) atividade e formas de ocupação do tempo na rua (LABORS, 2004).

Para fins comparativos, e também porque a conceituação e metodologia estabelecidas pela pesquisa de 2004 contemplaram resultados satisfatórios, utilizamos o mesmo conjunto de atributos para indicar a população pesquisada em 2008. Desta forma, agora trabalhamos com os parâmetros do território, aparência e cultura material e atividades e formas de ocupação do tempo na rua, especificando tais elementos nas seguintes orientações de campo: deveriam ser pesquisadas todas as crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos incompletos que estivessem, no momento da pesquisa:

- a) em equipamentos públicos, acolhidos em função da “situação de rua”;
- b) habitando ou permanecendo na rua ou em territórios subvertidos em sua utilização (casas abandonadas, viadutos, parques, etc.), mesmo que situacionalmente;
- c) em uma situação de perambulação ou desenvolvendo atividades em pontos fixos das ruas na cidade, desacompanhados de adultos responsáveis e/ou junto com eles, mas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social (perigo ou suscetibilidade ao perigo).

Destaca-se ainda que a pesquisa trabalhou com a metodologia da abordagem de crianças e adolescentes constituídas como estando nessa situação social de “rua” em um tempo delimitado de campo. Portanto, certamente a pesquisa não abarcou a totalidade do universo de crianças e adolescentes “em situação de rua”, mas simplesmente aqueles que se encontravam visivelmente situados nos parâmetros acima colocados no momento da ida a campo pela equipe de pesquisa.

1.1.2. Adultos

A pesquisa com adultos em situação de rua foi realizada com o intuito de cadastrar as pessoas adultas em situação de rua de Porto Alegre, assim como realizar uma amostragem com dados mais específicos sobre o perfil e representações sociais das pessoas colocadas nessa situação social. Foram definidas nesse parâmetro todas as pessoas que se encontrassem em abrigos e albergues destinados ao acolhimento e/ou abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aqueles que se encontrassem em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que dissessem fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente.

Assim, o universo de pesquisa conjugou uma diversidade de fatores, entre os quais se destacaram:

- a) o tipo de utilização do espaço da rua – como habitação ou local de existência social, mesmo que situacional;

- b) o uso dos serviços destinados ao acolhimento de pessoas que necessitassem de abrigo temporário, intermitente ou definitivamente.

O estudo abarcou as pessoas que disseram fazer da rua seu local de existência e/ou habitação (temporária, intermitente ou definitivamente), que foram encontradas nas ruas de Porto Alegre ou nos abrigos e albergues de acolhimento noturno e/ou convivência diária no momento da ida a campo pela equipe de pesquisa. Tendo em vista a procura de uma definição mais ampla das pessoas em “situação de rua” para além da utilização da rua como dormitório – numa aproximação com o entendimento do habitar a rua como uma forma de inserção urbana - a pesquisa não se restringiu ao período noturno. Isso poderia não se coadunar com as práticas cotidianas de muitas pessoas colocadas nessa situação social, isto é, com seu modo de ocupação do espaço e com o uso de concepções do tempo³. A rua aparece, nesse sentido, como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de resposta a fins específicos (trabalho, dormitório, etc) ou respondem puramente a necessidades básicas de vida. “Estar” na rua não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um modo específico de constituir a existência, mediado por sentidos sobre a habitação e pelas tramas de relações que a circunscrevem (SCHUCH, 2007).

Mais do que o privilégio da construção do universo de pesquisa em relação a uma prática determinada – dormir – a pesquisa tentou privilegiar o que Kasper (2006) chama de “*processos de habitar a rua*”, entendendo-se por isso as dinâmicas de “apropriação”, “instalação” e “incorporação” que recortam modos de inserção urbana particulares e constroem o lugar habitado, um território. “Apropriar-se” de alguma coisa, longe de ser simplesmente tomar como propriedade, é colocar nela sua marca, modelá-la (KASPER, 2006:25). Em sentido próximo, “instalar-se” pode ser definido como a prática que visa fazer corresponder um espaço que se pretende ocupar às práticas cotidianas, envolvendo os sentidos de adaptação e adequação. A “incorporação” diz respeito às dinâmicas de relacionamento do corpo com o meio ambiente, práticas de incorporação do ambiente (KASPER, 2006:26). Esses três processos de ordenação do espaço e tempo podem ser aproximados ao que Magni (1994) descreveu como sendo dinâmicas fundamentais que recortam a experiência da *itinerância e não-fixação* domiciliar: uma relação singular com o *espaço*, com o *corpo* e com as *coisas*⁴. O espaço existencial torna-se assim um espaço dinâmico que abriga existências espaciais e temporais particulares.

³ Sobre isso, ver, principalmente: Magni (1994) e Kasper (2006).

⁴ Outros trabalhos também afirmam essas especificidades, como por exemplo: Costa (2006) e Perrot (1988).

1.2. Metodologia

Para dar conta dos objetivos propostos, foi utilizada uma metodologia participativa que contou com a interação entre pesquisadores, profissionais da FASC e outros órgãos da Prefeitura de Porto Alegre, assim como alguns usuários dos serviços específicos para pessoas em situação de rua.

Em relação ao acompanhamento da produção da pesquisa, foi constituído um grupo de trabalho/monitoria, composto por trabalhadores da FASC e de outros órgãos da Prefeitura de Porto Alegre, para embasamento das questões a serem respondidas pela pesquisa e principais temáticas a serem abordadas. De outro lado, fundamental para o processo de construção da pesquisa foi a realização de um curso de extensão, intitulado “Diversidade e Desigualdade na Sociedade Contemporânea: desafios para as políticas públicas”, cujo eixo central foi a discussão dos elementos antropológicos, políticos e históricos da problemática das pessoas em situação de rua e das outras pesquisas a serem realizadas em Porto Alegre, fornecendo aos participantes subsídios teóricos, metodológicos e práticos sobre essa temática. Dividido em três módulos, o curso acompanhou todo o processo de realização da pesquisa, tendo como seu mote o embasamento das políticas municipais de intervenção. A troca de experiências entre a equipe de pesquisa e os funcionários da intervenção possibilitou uma rica discussão acerca das categorias a serem utilizadas, elaboração dos instrumentos, formação das equipes e procedimentos do trabalho de campo.

1.2.1. Instrumentos

Uma equipe de pesquisadores, profissionais da Prefeitura de Porto Alegre e representantes das pessoas em situação de rua dinamizou uma série de discussões ao longo do segundo semestre de 2007 acerca dos temas a serem investigados, contribuindo também na formulação dos instrumentos de pesquisa.

1.2.1.1. Crianças e Adolescentes

Como a pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua, realizada no ano de 2004 (LABORS, 2004), trouxe elementos fundamentais sobre as dinâmicas de vida dessa população, considerou-se desnecessário repetir uma pesquisa tão detalhada com a população

estudada. Assim, a pesquisa abarcou somente o cadastramento de crianças e adolescentes em situação de rua.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um cadastro geral com dados básicos de identificação de crianças e adolescentes em situação de rua, que foi aplicado em 383 crianças e adolescentes, abarcados pela pesquisa.

Os dados dos cadastros foram agrupados em um banco no software *Statistics Package Social Science* (SPSS), programa estatístico especial para a área de Ciências Sociais, através do qual também foram processados e estão disponíveis para utilização por equipe especializada de profissionais da FASC, para futuras apropriações não previstas nesse relatório.

1.2.1.2. Adultos

Tendo em vista a falta de pesquisas cadastrais e das características sócio-culturais e representações das pessoas adultas em situação de rua, a pesquisa previu, além do cadastramento de todas as pessoas adultas em situação de rua, o estudo de suas relações familiares, de trabalho e geração de renda, relação com instituições, percepções sobre cidadania, saúde, identidade, sonhos e projetos dessa população.

No total, foram cadastradas pela pesquisa 1203 pessoas em situação de rua e foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa:

- a) Um cadastro geral com dados de identificação dessa população, que contemplou os 1203 entrevistados, sendo o instrumento único de pesquisa para 821 pessoas;
- b) Um questionário estruturado com questões mais específicas sobre as dinâmicas sócio-culturais dessas pessoas, que considerou a amostragem de cerca de 30% do total pesquisado, abarcando portanto 382 pessoas em situação de rua;
- c) Observações em campo, simultâneas à realização do cadastramento e questionário.
- d) Um roteiro semi-estruturado de pesquisa, de entrevista qualitativa com 8 especialistas na área de diversas inserções no seu relacionamento com as pessoas em situação de rua: dois usuários dos serviços de abrigos/albergues para pessoas em situação de rua; uma liderança de movimento em prol dos direitos das pessoas em situação de rua; uma coordenadora de serviço conveniado à FASC; uma técnica de atendimento à pessoas em situação de rua da FASC; uma assistente social da Assessoria de Planejamento da FASC; uma médica do Programa de Saúde da Família Sem-Domicílio e uma jornalista de veículo especializado de produção e divulgação de notícias sobre pessoas em situação de rua.

Destaca-se que os dados dos cadastros e dos questionários, igualmente ao das crianças e adolescentes, foram agrupados em um banco no software *Statistics Package Social Science* (SPSS), programa estatístico especial para a área de Ciências Sociais, através do qual também foram processados e estão disponíveis para utilização por equipe especializada de profissionais da FASC, para futuras apropriações não previstas nesse relatório.

As tabelas reúnem as informações do cadastro e do questionário. Neste relatório elas estão expressas em percentuais. As 8 entrevistas semi-estruturadas com informantes qualificados, realizadas após o cadastramento e aplicação dos questionários, basearam-se em um roteiro semi-estruturado que retoma os temas centrais do questionário, os quais guiaram também os itens analíticos desenvolvidos no presente relatório. Foi aproveitada, ainda, uma entrevista já feita sobre o assunto, com a jornalista do Jornal Boca de Rua, realizada em função da pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de rua, no ano de 2004. Essas entrevistas semi-estruturadas buscaram esclarecer o que não é objeto de generalização.

Quanto à experiência do trabalho de campo, apesar de única e intransferível, foi apreendida através da escrita, no próprio instrumento de coleta de dados, no verso da folha final. Foram feitas, também, reuniões contínuas, com os entrevistadores, as quais possibilitaram a troca de experiências de campo entre os membros da equipe, assim como a discussão acerca da vivência da pesquisa de campo e suas peculiaridades.

1.2.2. Equipe de Pesquisa

Dada sua característica de ser um estudo que privilegiou um processo participativo entre pesquisadores, profissionais da FASC e Prefeitura de Porto Alegre e usuários, as equipes de pesquisa contemplaram uma diversidade de agentes, de acordo com suas especificidades e tarefas a serem realizadas. Desta forma, temos as seguintes equipes de trabalho:

- a) Equipe técnica: responsável pela organização, execução e análise dos dados da pesquisa: composta por duas doutoras em antropologia social, um doutor em sociologia, uma graduada em ciências sociais com mestrado em andamento em ciência política;
- b) Consultores: equipe composta, de forma permanente, por duas acadêmicas – uma doutora em educação e uma doutora em antropologia social - especialistas na área, responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa e pela realização de comentários

críticos sobre a pesquisa, supervisão e participação nos debates propostos ao longo do processo de pesquisa. Houve, ainda, a consultoria de uma doutora em antropologia social, especialista na realização de pesquisas censitárias com pessoas em situação de rua no Brasil, a qual foi responsável pela revisão dos instrumentos de pesquisa e debates sobre as especificidades da pesquisa na área; Além dessas consultorias, a pesquisa teve ainda a colaboração de uma estatística, que acompanhou a definição da amostra.

- c) Equipe de coordenação pela FASC: composta por duas funcionárias capacitadas para a função de acompanhamento da pesquisa – uma assistente social com mestrado em antropologia social e uma assistente social com mestrado em serviço social - provenientes da Assessoria de Planejamento da FASC (ASSEPLA/FASC);
- d) Grupo de Trabalho/Monitores pela FASC, composto por 7 funcionários da FASC e de outros órgãos da Prefeitura de Porto Alegre, responsáveis pelo embasamento das discussões no que se refere às diferentes demandas a serem contempladas pela pesquisa. Todos os funcionários eram qualificados para o exercício dessa função, sendo que em quase sua totalidade já haviam feito algum curso de pós-graduação;
- e) Grupo de Trabalho/Pessoas em Situação de Rua, composto por 7 pessoas que contribuíram para o debate das temáticas a serem pesquisadas, assim como na revisão do instrumento de pesquisa próprio para o estudo da população adulta em situação de rua. Essa equipe resulta uma inovação importante em termos metodológicos, uma vez que implicou o grupo alvo do estudo na discussão dos próprios termos da pesquisa e de seus instrumentos;
- f) Mapeadores de campo: para a pesquisa com adultos, a equipe foi composta por um profissional da equipe técnica e um profissional do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre. Para a realização do cadastro de crianças e adolescentes em situação de rua, além do profissional do CMAS, a equipe foi formada por um membro da equipe técnica e supervisores de campo. Ambas as equipes foram responsáveis pelo recolhimento de informações acerca dos locais usuais de permanência da população pesquisada, para facilitar sua abordagem pelos entrevistadores no momento da pesquisa de campo;
- g) Facilitadores de Campo: equipe composta por dois funcionários da FASC, responsável pelo acompanhamento da pesquisa de campo, isto é, supervisores e entrevistadores de campo, com vistas a facilitar o contato entre os estudantes e a

população a ser pesquisada, em caso de necessidade. Essa equipe trabalhou na cobertura das regiões centrais e suas adjacências;

- h) **Apoiadores de Campo:** equipe composta por dois usuários de abrigos e albergues da FASC, a qual visava o acompanhamento dos supervisores e entrevistadores de campo no trabalho de campo realizado nas regiões centrais e suas adjacências. A participação desses agentes foi fundamental para integração da equipe de pesquisa com os próprios pesquisados, dando origem a uma profícua relação que se expressou em trocas de experiência e sucesso do trabalho conjunto realizado;
- i) **Supervisores de Campo:** grupo composto por 7 estudantes de Ciências Sociais e mestrados em Antropologia Social e Sociologia, todos com experiência prévia de trabalho em pesquisa sociológica, responsáveis pela coordenação da equipe de entrevistadores e seleção dos possíveis entrevistados;
- j) **Entrevistadores de Campo:** grupo de 24 pessoas, composto por 23 estudantes de Ciências Sociais, História e Letras e 1 mestrando em Educação, responsáveis pela aplicação do cadastro e questionário estruturado de entrevista. Cada equipe de trabalho de campo foi composta por no máximo quatro entrevistadores e um supervisor, sendo que na região central e suas adjacências houve o acompanhamento dessa equipe por um facilitador ou por um apoiador de campo.

1.2.3. Procedimentos do Trabalho de Campo:

1.2.3.1. A Preparação ao Trabalho de Campo

Tendo em vista a complexidade da pesquisa a ser realizada, foram adotados alguns procedimentos para viabilizar o sucesso do trabalho de campo, descritos abaixo:

- a) Treinamento dos entrevistadores e supervisores de campo, para sua qualificação em relação ao tema tratado – todos os supervisores e entrevistadores participaram do Curso de Extensão Diferença e Desigualdade na Sociedade Contemporânea: desafios para as políticas públicas – assim como de um treinamento específico com a discussão dos instrumentos de coleta de dados;
- b) Elaboração de um manual do pesquisador, com instruções para o comportamento do pesquisador em campo e orientações gerais sobre a pesquisa. Ver o documento em anexo;

- c) Testagem dos instrumentos de pesquisa, realizada pelos próprios entrevistadores e supervisores após o treinamento efetivado em torno dos instrumentos de pesquisa, com fins de aperfeiçoamento destes instrumentos à luz de experiências de campo;
- d) Produção de duas cartas de apresentação da pesquisa: uma elaborada pelo Grupo de Trabalho/Pessoas em Situação de Rua, com uma linguagem aproximada do grupo alvo do estudo, com o intuito de facilitar a comunicação sobre os objetivos e intenções da pesquisa; a outra foi escrita pelo coordenador geral dos projetos de pesquisa abarcados pelo contrato UFRGS/FASC, com clara explicitação do tema e objetivos de pesquisa, formas de contato com seu coordenador geral e vinculações institucionais do projeto de pesquisa. Ver os documentos em anexo;
- e) Mapeamento dos locais de permanência ou dos itinerários das pessoas em situação de rua, com vistas à facilitação da abordagem no momento da pesquisa de campo. Essa atividade se deu através de contato com profissionais de diferentes áreas de assistência social e, principalmente, de atendimento dessa população em situação de rua nas regiões dos programas implantados em Porto Alegre. Essa atividade contou com a contribuição fundamental de um profissional do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e foi efetivada na semana anterior ao início da pesquisa, isto é, entre os dias 20 e 27 de novembro de 2007.

1.2.3.2. O Trabalho de Campo: aplicação dos instrumentos de pesquisa

As pesquisas com crianças e adolescentes e com adultos em situação de rua foram realizadas quase totalmente concomitantes e com a mesma equipe de trabalho. A equipe de pesquisa foi orientada, em tratamento específico, a esclarecer ao entrevistado os objetivos e procedimentos de pesquisa, assim como fornecer uma cópia das cartas de apresentação do estudo, deixando a pessoa abordada à vontade para participar da pesquisa. A participação não foi compulsória. Como procedimento simbólico de agradecimento pela participação do entrevistado, ao término da entrevista foi fornecido um *botton* da UFRGS ao entrevistado, consolidando esse relacionamento. A equipe de pesquisa utilizou, em todas as etapas do trabalho de campo, um crachá, o *botton* da UFRGS e uma bolsa de identificação como supervisor ou entrevistador da pesquisa.

Para fins de uma melhor compreensão, dividiremos neste momento as duas populações:

1.2.3.1.1. Crianças e Adolescentes:

Os dados empíricos coletados através do cadastro de crianças e adolescentes foram levantados a partir do dia 28 de novembro de 2007 até o dia 23 de dezembro de 2007. Nesse período, a pesquisa contemplou 237 cadastros de crianças e adolescentes. Tendo em vista o número abaixo das expectativas, foi realizada, entre os dias 07 e 20 de março de 2008, conferência das regiões da pesquisa para verificação de crianças e adolescentes em situação de rua não abarcadas pela pesquisa, por qualquer motivo. Foram encontradas mais crianças e adolescentes, totalizando-se 383 cadastros de crianças em situação de rua em Porto Alegre. As tabelas abaixo explicitam os dias de realização da pesquisa e o correspondente número de cadastros realizados:

TABELA 01 – Período de realização das entrevistas

<i>Período</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 18 a 30 novembro de 2007	21	5,4
De 01 a 15 de dezembro de 2007	132	34,5
De 16 a 22 de dezembro de 2007	82	21,4
De 07 a 20 de março de 2008	148	38,7
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

As entrevistas foram realizadas em variados dias da semana, de segunda à domingo. A maior concentração de entrevistas aconteceu de quinta a sábado (69,2%), conforme descrito na tabela abaixo:

TABELA 02 – Dia da semana em que as entrevistas foram realizadas

<i>Dia da semana</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Domingo	3	0,8
Segunda	33	8,6
Terça	41	10,7
Quarta	41	10,7
Quinta	98	25,6
Sexta	72	18,8
Sábado	95	24,8
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

Tendo em vista a ampliação do universo de pesquisa para além das pessoas que dormem na rua, a pesquisa não pesquisou somente no turno noturno ou na madrugada, mas abrangeu todos os turnos do dia. Como, no momento do trabalho de campo, percebeu-se que havia mais facilidade de encontrar crianças e adolescentes perambulando, circulando ou realizando atividades diversas que representassem risco ou vulnerabilidade após o horário escolar, a pesquisa acabou privilegiando o período noturno de trabalho (entre 18h e 24h), o que fez 43,9% dos casos. O período matutino também ficou bem representado, com 32,6% dos cadastros. Os percentuais abaixo explicitam o turno de realização da pesquisa, com seus correspondentes percentuais:

TABELA 03 – Turno em que as entrevistas foram realizadas

<i>Turno</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Manhã (Entre 06h e 12h)	83	21,7
Tarde (Entre 12h e 18h)	125	32,6
Noite (Entre 18h e 24h)	168	43,9
Madrugada (Entre 24h e 06h)	7	1,8
Total	238	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

Das 383 crianças e adolescentes censadas em Porto Alegre, 67,4% foram os responsáveis pelas respostas ao cadastramento proposto, enquanto 26,1% dos cadastros foram respondidos pelo pai/mãe e 3,9% foram respondidos por outras pessoas e 1,3% foram respondidos por irmãos que se encontravam junto com o entrevistado no momento da pesquisa. Menores percentuais foram abarcados pelos amigos e companheiros/as, ambas as categorias tendo ocorrido em menos de 1% das situações. Vejamos a tabela com os dados citados:

TABELA 04 – Informantes

<i>Informante</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
O próprio	258	67,4
Amigo(a)	1	0,3
Pai/Mãe	100	26,1
Irmãos	5	1,3
Companheiro(a)	1	0,3
Outro	15	3,9
NR	3	0,8
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

A pesquisa abrangeu toda a cidade de Porto Alegre. Conforme os dados recolhidos através do procedimento metodológico do mapeamento dos locais de permanência/circulação de crianças e adolescentes em situação de rua, foi possível perceber uma concentração de crianças e adolescentes na região central da cidade e suas adjacências. A partir dessa informação, as equipes de pesquisa foram orientadas a percorrer todas as ruas da região central e adjacências, em diversos turnos e mais de uma vez.

Nos bairros fora da região central e adjacências, as equipes de pesquisa seguiram as informações dos locais de permanência/circulação de crianças e adolescentes em situação de rua levantadas no mapeamento, tendo sido viável o encontro de crianças e adolescentes de forma mais precisa nos seus locais usuais de permanência ou circulação. Mesmo nessas regiões, houve a pesquisa em diversos turnos, sendo que os locais foram visitados mais de uma vez na procura de esgotar as possibilidades de encontrar crianças e adolescentes ainda não pesquisados.

Conforme previsto no mapeamento, o Centro e as adjacências (Cidade Baixa, Bom Fim/Farroupilha, Menino Deus, Azenha e Floresta) foram as regiões de maior concentração de crianças e adolescentes pesquisados. Essa grande região representou 74,4% dos cadastros realizados conforme a tabela abaixo.

TABELA 05 - Bairros onde foram realizadas as entrevistas

<i>Bairro</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Centro	133	34,7
Cidade Baixa	63	16,4
Bom Fim/Farroupilha	29	7,6
Menino Deus	26	6,8
Azenha	21	5,5
Floresta	13	3,4
Ipanema	10	2,6
Bom Jesus	8	2,1
Petrópolis	8	2,1
Navegantes	7	1,8
Sarandi	7	1,8
Jardim Botânico	6	1,6
Partenon	5	1,3
Santa Cecília	5	1,3
São João	5	1,3
Tristeza	5	1,3
Cristo Redentor	4	1,0
Jardim Leopoldina	3	0,8

Planalto	3	0,8
Rio Branco	3	0,8
Alto Petrópolis	2	0,5
Jardim Itú/Sabará	2	0,5
Rubem Berta	2	0,5
Guarujá	1	0,3
Independência	1	0,3
Jardim Planalto	1	0,3
Jardim Ypu	1	0,3
Medianeira	1	0,3
Moinhos de Vento	1	0,3
Parque dos Maiais	1	0,3
Passo D'Areia	1	,3
São Geraldo	1	,3
Teresópolis	1	0,3
Três Figueiras	1	,3
NR	2	0,5
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

1.2.3.1.2. Adultos:

No que diz respeito à população de adultos, o estudo compreendeu as pessoas que disseram fazer da rua seu local de existência e/ou habitação (temporária, intermitente ou definitivamente), as quais foram encontradas nas ruas de Porto Alegre ou nos abrigos e albergues de acolhimento noturno e/ou convivência diária entre os dias 28 de novembro e 23 de dezembro de 2007. Ainda foi efetuada, na segunda semana de 2008, uma checagem/conferência sobre a população adulta em situação de rua nas regiões Sul e Norte de Porto Alegre. Os dados dos períodos de realização das entrevistas encontram-se explicitados na tabela abaixo:

TABELA 06 – Período de realização das entrevistas

<i>Período</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 28 a 30 de novembro	207	17,2
De 01 a 07 de dezembro	342	28,4
De 08 a 14 de dezembro	516	42,8
De 15 a 23 de dezembro	138	11,3
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

No total, 356 pessoas foram entrevistadas dentro dos abrigos/albergues e 847 nas ruas e logradouros da cidade. Quanto ao cronograma de pesquisa, temos que a primeira semana de pesquisa foi utilizada para a ida à campo nas instituições de abrigo/albergue, para aproximação dos entrevistadores e supervisores com o público a ser pesquisado. Logo em seguida foi iniciado o estudo das pessoas fora das instituições, as quais se encontravam nas ruas e logradouros da cidade de Porto Alegre, habitando, circulando ou ocupando de formas variadas esse espaço, de forma a inscrever-se nele e dele se apropriar. Assim, a partir da segunda semana de trabalho de campo, foi priorizada a zona de maior concentração de pessoas em situação de rua, o Centro e adjacências, trabalho que concentrou a maior parte das atividades de pesquisa. Na última semana de pesquisa, referentes aos dias 16 a 23 de dezembro, foram realizados os cadastros e questionários das pessoas em situação de rua nas demais regiões de Porto Alegre. Vê-se a distribuição dos locais de realização das entrevistas colocadas na tabela abaixo:

TABELA 07 – Locais de realização das entrevistas

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Albergue Dias da Cruz	52	4,3
Albergue Felipe Diehl	14	1,2
Albergue Municipal	39	3,2
Abrigo Municipal Bom Jesus	47	3,9
Abrivivência - Abrigo Municipal Marlene	40	3,3
Casa de Convivência I - Atendimento Social de Rua	37	3,1
Casa de Convivência II - Ilê Mulher	116	9,6
Rua	858	71,4
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Da mesma forma que a pesquisa com crianças e adolescentes, os procedimentos da pesquisa com adultos seguiram as informações recolhidas no mapeamento, sendo que foram percorridos, pelas equipes de pesquisa, todas as ruas e logradouros da região do Centro e suas adjacências, mais de uma vez e em variados turnos, dada sua importância como espaço aglutinador das pessoas em situação de rua. A pesquisa mostrou que, conforme previsto na atividade de mapeamento, o bairro com maior concentração de adultos em situação de rua foi mesmo o Centro (23%), seguido do bairro Floresta (15,9%) e Menino Deus (11,7%). Esses três primeiros bairros totalizaram a metade das pessoas pesquisadas, 50,6%. É nesse espaço que se encontram os principais serviços de atendimento para essa população, assim como é um espaço de grande circulação de pessoas, comércio e serviços.

Nos demais bairros de Porto Alegre a pesquisa seguiu as informações recolhidas no mapeamento acerca dos locais usuais de permanência e/ou circulação dos adultos em situação de rua, sendo que, mesmo neste caso, foi seguido um roteiro de pesquisa que permitiu a visita de equipes de pesquisadores em mais de um turno de trabalho para esgotar as possibilidades de encontrar adultos em situação de rua não cadastrados na pesquisa. As informações detalhadas sobre os bairros onde foi realizada a pesquisa encontram-se na tabela abaixo:

TABELA 08 – Bairro onde foram realizadas as entrevistas

<i>Bairro</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Centro	277	23,0
Floresta	191	15,9
Menino Deus	141	11,7
Cidade Baixa	111	9,2
Azenha	71	5,9
Bom Fim/Farroupilha	89	7,4
Centro/Floresta (Viaduto Conceição e arredores)	70	5,8
Bom Jesus	47	3,9
São Geraldo	38	3,2
Navegantes	34	2,8
Jardim Botânico	22	1,8
Independência	11	0,9
Santa Cecília e Santana	11	0,9
Ipanema	9	0,7
Teresópolis	7	0,6
Passo da Areia	6	0,5
São João	6	0,5
Tristeza	6	0,5
Cruzeiro	5	0,4
Petrópolis e Alto Petrópolis	5	0,4
Cristo Redentor	4	0,3
Jardim Lindóia	4	0,3
Parque dos Maias	4	0,3
Praia de Belas	4	0,3
Restinga	4	0,3
Higienópolis	2	0,2
Intercap	2	0,2
Jardim Itu	2	0,2
Jardim Planalto	2	0,2
Partenon	2	0,2

Rubem Berta	2	0,2
Sarandi	2	0,2
Hípica	1	0,1
Moinhos de Vento	1	0,1
São José	1	0,1
Não informado	9	0,7
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

As atividades de aplicação dos instrumentos de pesquisa foram realizadas em todos os dias da semana, de segunda à domingo, sendo possível ver uma maior concentração da aplicação de cadastros e questionários nas quintas e sextas feiras, os quais totalizaram 47,5% dos instrumentos aplicados.

TABELA 09 – Dia da semana

<i>Dia da semana</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Domingo	144	12,0
Segunda	112	9,3
Terça	110	9,1
Quarta	142	11,8
Quinta	273	22,7
Sexta	298	24,8
Sábado	124	10,3
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Dado o horizonte conceitual trabalhado para definir o seu objeto de estudo, a pesquisa não abarcou somente as pessoas que estavam dormindo na rua em horário noturno ou na madrugada. A pesquisa de campo compreendeu diversos turnos de trabalho, percorrendo toda a cidade de Porto Alegre, embora de forma não simultânea. O turno da manhã concentrou a maior parte da aplicação dos instrumentos de pesquisa (36,2%), seguido do turno da tarde (33,4%). Assim, grande parte da pesquisa foi realizada durante o dia (69,6%), como explícito na tabela abaixo:

TABELA 10 – Turnos das Entrevistas

<i>Turno</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Manhã (Entre 06h e 12h)	435	36,2
Tarde (Entre 12h e 18h)	402	33,4
Noite (Entre 18h e 24h)	339	28,2
Madrugada (Entre 24h e 06h)	27	2,2
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Dos 1203 adultos pesquisados em Porto Alegre, 97,8% foram os próprios responsáveis pelas informações prestadas, sendo que em 0,7% das situações de pesquisa o informante foi o amigo/a, o mesmo percentual também sendo referente a categoria “outros”, isto é, pessoas diversas que se encontravam com o entrevistado no momento da pesquisa e responderam o cadastro por ele/a, devido a alguma impossibilidade de participação do próprio entrevistado/a. Nessa mesma situação, as categorias pai/mãe, irmãos e companheiro/a apareceram com baixos percentuais, todos menores do que 0,5%. Nos casos em que o entrevistado não foi ele próprio, houve apenas a aplicação do cadastro de pesquisa. Vejamos os dados citados, especificados na tabela abaixo:

TABELA 11 – Informantes

<i>Informante</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
O próprio	1177	97,8
Amigo(a)	9	0,7
Pai/Mãe	1	0,1
Irmãos	2	0,2
Companheiro(a)	4	0,3
Outro	9	0,7
Supervisor	1	0,1
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Em acordo com os dados acima expressos, quanto à situação do entrevistado no momento da entrevista temos que em 72,5% dos casos o entrevistado encontrava-se em plenas condições de responder às perguntas, 9,6% apresentava sinais de ingestão de álcool ou droga, 7,8% apresentava sinais de desorientação mental e/ou comportamental e apenas 4,2% negou-se a responder a pesquisa. Essas pessoas foram, no entanto, cadastradas pela pesquisa, seja pelas informações que eles mesmos informaram, seja por dados levantados com outras pessoas que se

encontravam com o pesquisado no momento da entrevista, como explicado anteriormente na tabela anterior. As situações em que o entrevistado estava dormindo, apresentou comportamento agressivo e/ou hostil ao entrevistador ou era mudo abarcaram individualmente percentuais menores do que 1%, conforme explícito em tabela abaixo:

TABELA 12 – O entrevistado

<i>Situação</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Encontrava-se em plenas condições de responder às perguntas	872	72,5
Apresentava sinais de alcoolismo ou drogadição	116	9,6
Apresentava sinais de desorientação mental e/ou comportamental	94	7,8
Negou-se a responder a pesquisa	50	4,2
Estava dormindo	11	0,9
Apresentava comportamento agressivo e/ou hostil ao entrevistador	9	0,7
O entrevistado era mudo	3	0,2
NR	48	4,0
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

2. CARACTERIZAÇÕES GERAIS DA POPULAÇÃO PESQUISADA

2.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1.1. Sexo

Das 383 crianças e adolescentes cadastradas em Porto Alegre, 70,5% eram do sexo masculino e 29,5% do sexo feminino. Em relação à pesquisa de 2004, vê-se um aumento da população feminina, que passou de 23,7%, já cadastrada em Porto Alegre no ano de 2004, para o já revelado percentual de 29,5% na pesquisa atual.

TABELA 13 – Sexo do entrevistado

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	270	70,5
Feminino	113	29,5
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

2.1.2. Idade

No que se refere à idade dos cadastrados, temos que temos uma equivalente representação de crianças de até 11 anos, com 50,5% dos casos, e adolescentes de 12 a 17 anos completos, com 49,5%.

TABELA 14 – Idade do entrevistado

<i>Idade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até 06 anos	76	19,7
De 07 a 11 anos	117	30,5
De 12 a 17 anos	190	49,5
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Caso distribuíam-se os cadastrados de acordo com a sua faixa etária, percebe-se que o maior percentual de crianças localiza-se na faixa dos 7 aos 11 anos completos, que abarcou 30,5% dos dados, seguido da faixa etária dos 12 aos 14 anos completos, com 25% dos dados. A faixa dos 0 aos 6 anos abarcou somente 19,7% dos casos, consolidando-se como o menor

percentual de crianças estudadas. No entanto, quando comparamos com os dados recolhidos na pesquisa de 2004, referentes à cidade de Porto Alegre, vemos um aumento considerável de crianças em situação de rua nessa faixa etária na cidade, que passou de 8,3% em 2004 para os já referidos 19,7% das situações, na pesquisa atual. Vejamos a tabela abaixo, que compara a distribuição dos cadastrados por faixa etária, entre a pesquisa atual e a pesquisa efetivada no ano de 2004, quanto aos dados de Porto Alegre:

**TABELA 15 – Distribuição dos cadastrados por faixa etária
Comparação 2007/8 e 2004 (em %)**

<i>Faixa etária</i>	<i>2004</i>	<i>2007/8</i>
De 0 a 6 anos	8,3	19,7
De 7 a 11 anos	26,5	30,5
De 12 a 14 anos	31,7	25
De 15 a 18 anos (incompletos)	32,7	24,5
NS / NR	0,8	---
Total	100	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008 e Perfil / mundo das crianças e adolescentes em situação de rua GRANPAL, agosto 2004.

Especificando os dados recolhidos em 2007/8, temos que, quanto à distribuição da faixa etária por sexo, no que se refere aos meninos há uma maior prevalência dos adolescentes entre 12 e 17 anos, que representam 57% dos cadastrados do sexo masculino; a faixa com menor representação é a dos meninos entre 0 e 6 anos, com 13,7%. No que se refere às cadastradas do sexo feminino, há uma distribuição mais igualitária de percentuais entre as faixas etárias, ficando com maior representatividade a faixa etária das meninas entre 0 e 6 anos, seguida da faixa etária dos 07 aos 11 anos, com 33,6% e, por último, a faixa dos 12 aos 17 anos, em que foram cadastradas 31,9% das meninas entrevistadas. Vejamos a tabela:

TABELA 16 – Faixa Etária e Sexo

<i>Faixa etária</i>	<i>Sexo</i>					
	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 0 a 06 anos	37	13,7	39	34,5	76	19,8
De 07 a 11 anos	79	29,3	38	33,6	117	30,5
De 12 a 17 anos	154	57,0	36	31,9	190	49,7
Total	270	100	113	100	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

2.1.3. Relação estável e número de filhos

Para os maiores de 12 anos a pesquisa perguntou acerca da existência de relação estável, isto é, se os entrevistados possuíam companheiro/a fixo/a. Dos 191 cadastrados maiores de 12 anos, 19,4% responderam que tinham companheiro/a fixo/a e 72,3% responderam negativamente à questão proposta.

TABELA 17 – Tem companheiro(a) fixo(a)

<i>Companheiro</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	37	19,4
Não	138	72,3
NR	16	8,4
Total*	191	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

Nota * Pergunta apenas para maiores de 12 anos

Quanto à distribuição por sexo dos entrevistados com companheiro(a) fixo(a), tem-se que o sexo feminino tem maiores percentuais de presença de companheiro fixo, quando comparado com os dados do sexo masculino. Entre as cadastradas do sexo feminino, 25% têm companheiro fixo; entre os cadastrados do sexo masculino, somente 18,2% tem. Abaixo os dados:

TABELA 18 – Sexo do entrevistado e se tem companheiro(a) fixo(a)*

<i>Sexo</i>	<i>Tem companheiro(a) fixo(a)</i>							
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	28	18,2	115	74,7	11	7,1	154	100
Feminino	9	25,0	23	63,9	4	11,1	36	100
Total	37	19,5	138	72,6	15	7,9	190	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Nota *Pergunta apenas para maiores de 12 anos

Realizando o cruzamento entre a existência de companheiro(a) fixo(a) e a faixa etária vemos que, entre a faixa dos 15 aos 17 anos, 23,4 têm companheiro(a) fixo(a). Já na faixa dos 12 aos 14 anos, esse percentual baixa para 15,6%, conforme tabela abaixo:

TABELA 19 – Faixa etária do entrevistado e se tem companheiro(a) fixo(a)*

Faixa etária	Tem companheiro(a) fixo(a)							
	Sim		Não		NR		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 12 a 14 anos	15	15,6	76	79,2	5	5,2	96	100
De 15 a 17 anos	22	23,4	62	66,0	10	10,6	94	100
Total	37	19,5	138	72,6	15	7,9	190	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Nota * Pergunta apenas para maiores de 12 anos

Ainda com relação aos cadastrados maiores que 12 anos, foi perguntado sobre a existência de filhos e o número da prole. A grande maioria dos adolescentes – precisamente 90,1% - respondeu não ter filhos, sendo que 5,2% salientou ter 1 filho, enquanto 1% disse ter 2 filhos. Vejamos a tabela abaixo:

TABELA 20 – Número de filhos do entrevistado*

Quantidade de filhos	Freq	%
Não tem filhos	172	90,1
01 filho	10	5,2
02 filhos	2	1,0
Não respondeu	7	3,7
Total	191	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

Nota * Pergunta apenas para maiores de 12 anos

Quanto à distribuição por sexo dos entrevistados com filhos vê-se que as mulheres são mais representativas neste aspecto. Dentre o total pesquisado, 5 mulheres e 7 homens tinham filhos; no entanto, há que considerarmos que a maior representação, entre os cadastrados, foi do sexo masculino, que obteve 70,5% dos casos, enquanto o sexo feminino foi responsável por 29,5% dos cadastrados. Isso proporciona que, entre os adolescentes homens, a proporção da presença de filhos é de 1/38,5 jovens, enquanto que, para as adolescentes do sexo feminino, essa proporção cai para 1/22,6 adolescentes.

TABELA 21 – Sexo dos entrevistados que têm filhos*

Sexo	Sim	
	Freq	%
Masculino	7	58,3
Feminino	5	41,7
Total	12	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008. Nota * Pergunta apenas para maiores de 12 anos.

2.1.4. Raça/Cor

Com relação à raça/cor dos cadastrados, temos que a pesquisa seguiu duas fontes de informações: uma refere-se à identificação atribuída pelo entrevistador, com base na aparência visual e outra se refere à auto-atribuição do entrevistado.

A atribuição do entrevistador trabalhou com as categorias do IBGE e mostrou uma distribuição relativamente equitativa entre os classificados como tendo a raça/cor “parda”, que apareceu em primeiro lugar, com 32,6%, “negra/preta”, que abarcou o percentual de 31,9% e a categoria “branca”, com 28,5% dos casos. Vejamos a distribuição dos dados:

TABELA 22 – Raça/cor atribuída pelo entrevistador

<i>Raça/cor</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Parda	125	32,6
Negra / Preta	122	31,9
Branca	109	28,5
NS	2	0,5
NR	25	6,5
Total	383	100,0

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Já a raça/cor auto-atribuída revelou uma elevada gama de variações, sendo que a categoria branca teve uma pequena variação no percentual em relação à categoria atribuída pelo pesquisador, crescendo de 28,5% para 30,3%. No entanto, caso comparemos as categorias de raça/cor parda e negra/preta vemos as variações mais significativas, havendo uma diminuição de seus percentuais para 18,5% e 21,6% respectivamente, quando comparados aos percentuais mais expressivos de 32,6% e 31,9% na raça/cor atribuída pelo entrevistador. É possível destacar, pela leitura dos dados, que a diminuição dessas categorias corresponde a uma multiplicação das categorias de auto-atribuição, sendo as mais significativas as categorias de “moreno”, com o expressivo percentual de 16,2%, “sarará”, com 1,6% e “mulato/a”, com 1%. Outras categorias, como “bugre”, “alemão”, “indígena”, “mestiço”, “moreno claro”, “café com leite”, “laranja”, “vermelha” e “catuto” também aparecendo, cada uma com o percentual de menos de 1% das respostas, conforme exposto na tabela abaixo:

TABELA 23 – Raça/cor autodefinida pelo entrevistado

<i>Raça/cor</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Branca	116	30,3
Negra / Preta	83	21,6
Parda	71	18,5
Moreno	62	16,2
Sarará	6	1,6
Mulato/a	4	1,0
Bugre	3	0,8
Alemão	3	0,8
Indígena	2	0,5
Mestiço	2	0,5
Moreno Claro	1	0,3
Café com Leite	1	0,3
Laranja	1	0,3
Vermelha	1	0,3
Catuto	1	0,3
Outra	3	0,8
NS	5	1,3
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

2.1.5. Município de Nascimento e Município de Procedência

No que se refere ao município de nascimento do entrevistado, a grande maioria é mesmo nascido em Porto Alegre, o que abarcou 71,8% das situações. Seguem-se com 8,6% os nascidos na região metropolitana de Porto Alegre, 4,4% dos cadastrados nasceram no interior do estado do Rio Grande do Sul, e apenas 3,3% das Crianças e adolescentes nasceram em outros estados, conforme explícito na tabela abaixo:

TABELA 24 – Município de nascimento do entrevistado

<i>Município</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Porto Alegre	275	71,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	33	8,6
Interior do estado do RS	17	4,4
Outros estados	12	3,1
NS/NR	46	12,0
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Mesmo que os nascidos em Porto Alegre representem 71,8% dos casos, esse percentual é ainda maior caso consideremos a cidade de procedência do entrevistado, ou seja, onde as crianças e adolescentes possuem suas referências familiares ou residem. Nesse caso, 84,5% dos pesquisados procedem da capital, seguindo-se cidades próximas como Alvorada, com 3,7% das situações, Viamão, com 2,1% das respostas e Cachoeirinha, com 1,3% dos entrevistados. Outros municípios, como Canoas e Gravataí, abarcaram percentuais menores do que 1%, como vemos abaixo:

TABELA 25 – Cidade de procedência do entrevistado

<i>Cidade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Porto Alegre	324	84,5
Alvorada	14	3,7
Viamão	8	2,1
Cachoeirinha	5	1,3
Canoas	3	0,8
Gravataí	1	0,3
NS/NR	28	7,3
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Novamente, cabe aqui considerar a comparação com os dados recolhidos nos cadastros de 2004, referentes à cidade de Porto Alegre, quando havia um maior percentual de crianças e adolescentes que foram pesquisados em Porto Alegre, mas procediam de outros municípios. Enquanto na pesquisa atual 84,5% dos entrevistados é procedente de Porto Alegre, na pesquisa de 2004 esse percentual era menor, de 78,3%. O município de Alvorada era responsável pela procedência de 7,4% das crianças e adolescentes, ao passo que atualmente é responsável pela procedência de apenas 3,7% dos cadastrados em Porto Alegre. O município de Viamão também diminuiu o percentual de crianças encontradas na cidade de Porto Alegre, desde 2004, quando tinha o percentual de 6,4%, passando para o atual percentual de 2,1%.

Salienta-se a hipótese de que essa diminuição de crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre, mas procedente de outras cidades do Rio Grande do Sul tenha se dado pelo desenvolvimento de programas específicos nessa área nos outros municípios, assim como a fortificação de programas de assistência social, dirigidos à família. A única cidade de procedência dos entrevistados que contraria a tendência de diminuição encontrada na pesquisa atual é o município de Cachoeirinha, que cresceu em percentual de crianças e adolescentes encontrados em

Porto Alegre, passando do percentual de 0,9% encontrado em 2004 para 1,3% na pesquisa atual. Vejamos a comparação dos dados entre a pesquisa atual e a pesquisa realizada em 2004:

TABELA 26 – Cidade de procedência dos cadastrados, comparação entre as pesquisas de 2007/8 e 2004 (%)

<i>Cidade</i>	<i>2004</i>	<i>2007/8</i>
Porto Alegre	78,3	84,5
Alvorada	7,4	3,7
Viamão	6,4	2,1
Canoas	1,1	0,8
Cachoeirinha	0,9	1,3
Gravataí	0,8	0,3
Outras	3,1	---
NS/NR	2,0	7,3
Total	100	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008 e Perfil/mundo das crianças e adolescentes em situação de rua GRANPAL, agosto 2004

No que se refere ao bairro de procedência dos 324 cadastrados procedentes de Porto Alegre, houve o agrupamento por regiões do Orçamento Participativo da cidade. A análise dos dados mostra que a região de maior procedência dos cadastrados é a região Centro (20,4%), seguida da região Centro Sul (12,6%), Lomba do Pinheiro (12%) e Partenon (11,9%), conforme tabela abaixo:

TABELA 27 – Procedência dos Entrevistados por Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre

<i>Regiões do OP</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Região 01 - HUMAITÁ/NAVEGANTES	11	3,3
Região 02 – NOROESTE	14	4,2
Região 03 – LESTE	18	5,5
Região 04 - LOMBA DO PINHEIRO	36	12
Região 05 – NORTE	3	0,9
Região 06 – NORDESTE	0	0
Região 07 – PARTENON	39	11,9
Região 08 – RESTINGA	4	1,2
Região 09 – GLÓRIA	16	4,9
Região 10 – CRUZEIRO	13	3,9
Região 11 – CRISTAL	6	1,8
Região 12 - CENTRO-SUL	41	12,6
Região 13 - EXTREMO SUL	2	0,6
Região 14 - EIXO BALTAZAR	5	1,5
Região 15 – SUL	11	3,3
Região 16 – CENTRO	66	20,4
Região 17 – ILHAS	4	1,2
Outros/Bairro não Identificado/Conhecido	4	1,2
NS/NR	31	9,6
Total	324	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

2.1.6. Situação Escolar e Escolaridade

Com relação à situação escolar dos cadastrados, temos o alto percentual de 24,5% dos cadastrados, em idade escolar, que não está freqüentando a escola. Outros 19,8% de pesquisados não estão freqüentando a escola porque não estão em idade escolar e 52,7% estão freqüentando a escola.

TABELA 28 –Entrevistados que estão estudando

<i>Estudando</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, está estudando	201	52,5
Não está estudando	94	24,5
Não, porque não está em idade escolar	76	19,8
NR	12	3,1
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Quando investigamos a faixa etária e a variável se atualmente o cadastrado está estudando, vemos que há um aumento dos que não estão estudando à proporção do avanço das idades: entre os 15 aos 17 anos, 58% dos cadastrados não estão estudando; entre a faixa etária dos 12 aos 14 anos, 23,2% não estão estudando; entre a faixa etária dos 07 aos 11 anos, 18,8% dos cadastrados não estão estudando:

TABELA 29 – Faixa etária do entrevistado e Atualmente está estudando

<i>Estudando</i>	<i>Faixa etária</i>							
	<i>De 07 a 11 anos</i>		<i>De 12 a 14 anos</i>		<i>De 15 a 17 anos</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, está estudando	91	81,3	73	76,8	37	42,0	201	68,1
Não está estudando	21	18,8	22	23,2	51	58,0	94	31,9
Total*	112	100	95	100	88	100	295	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Nota * Totalização com base nas respostas válidas, excluídos os que não responderam

No que se refere ao sexo, há uma maior representatividade dos que não estão estudando para as crianças e adolescentes do sexo masculino, que apresenta 33,6% de sua população pesquisada na situação de não estar estudando. Entre as cadastradas do sexo feminino, esse percentual baixa para 26,4%:

TABELA 30 – Sexo do entrevistado e se atualmente está estudando

<i>Estudando</i>	<i>Sexo</i>					
	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, está estudando	148	66,4	53	73,6	201	68,1
Não está estudando	75	33,6	19	26,4	94	31,9
Total	223	100	72	100	295	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Nota * Totalização com base nas respostas válidas, excluídos os que não responderam

No que se refere à escolaridade, temos que o maior percentual dos entrevistados disse encontrar-se na 1ª série do Ensino Fundamental, que abarcou 14,6% das respostas, seguido daqueles que afirmaram encontrarem-se na 2ª e 3ª séries do Ensino Fundamental, com 12,5% de respostas em cada item. Com 11,5% aparece ainda àqueles com a 4ª série do Ensino Fundamental. Agrupando-se todos que se encontram na 1ª até a 4ª série do Ensino Fundamental temos mais da metade dos entrevistados, isto é, 51,1% dos casos.

O agrupamento de todos aqueles que têm a 5ª série do Ensino Fundamental ou maior escolaridade, chegando-se até a 3ª série do Ensino Médio, perfaz 22,9% das situações. Associando-se esse percentual com o percentual de pessoas maiores que 12 anos cadastradas pela pesquisa – exatamente 49,5% - é possível sugerir uma defasagem importante na escolaridade do público pesquisado.

Lembrando ainda que temos 19,8% de entrevistados que não se encontram em idade escolar, ficamos com o reduzido percentual de 2,1% dos entrevistados que jamais frequentou a escola. Esse percentual torna possível sugerir que, como vimos anteriormente, dos 24,5% de entrevistados que não estão estudando atualmente encontramos um altíssimo percentual de pessoas que simplesmente evadiram da situação escolar, na medida em que frequentaram a escola em algum momento de suas vidas.

TABELA 31 – Escolaridade do entrevistado

<i>Escolaridade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sem idade escolar (menos de 07 anos)	76	19,8
Nunca foi à escola	8	2,1
1ª série do Ensino Fundamental	56	14,6
2ª série do Ensino Fundamental	48	12,5
3ª série do Ensino Fundamental	48	12,5
4ª série do Ensino Fundamental	44	11,5
5ª série do Ensino Fundamental	35	9,1
6ª série do Ensino Fundamental	18	4,7
7ª série do Ensino Fundamental	20	5,2
8ª série do Ensino Fundamental	9	2,3
1ª série do Ensino Médio	4	1,0
2ª série do Ensino Médio	1	0,3
3ª série do Ensino Médio	1	0,3
NS	2	0,5
NR	13	3,4
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

2.1.7. Atividade Principal e Secundária Realizada na Rua

Quanto à principal atividade realizada pelas crianças e adolescentes na rua, temos que a categoria “trabalha” concentrou a maior parte das respostas, com 44,1% da atividade principal e 6,5% das citações da atividade secundária. Segue-se a categoria “brinca”, com 19,8% casos da atividade principal e 18% da atividade secundária realizada na rua e a categoria “pede”, com 18%

das citações referentes à atividade principal desenvolvida na rua e 10,7% das referências à atividade secundária. O “passar o dia”, ou seja, não ter ocupação definida nos códigos correntes, foi apontado por 7,6% dos entrevistados como atividade principal e 6,3% como atividade secundária.

O percentual de 1% dos entrevistados respondeu “dorme” como a atividade principal realizada na rua, o que representa 4 pessoas (baixo percentual). Somam-se aos 4 entrevistados mais 22 pessoas que responderam “dorme” como atividade secundária realizada na rua, o que representa 5,7% dos casos de citação entre o grupo de atividades secundárias. Esses percentuais sugerem que a maior parte daqueles que dormem na rua conciliam essa atividade com outras, que entendem serem mais relevantes para descrição de suas ações na rua.

Houve ainda 2 entrevistados que afirmaram a resposta que “não fica na rua”, representando 0,5% das respostas referentes à atividade principal. O mesmo percentual para a atividade principal foi encontrado na categoria “rouba”, que teve exclusivamente essas duas citações durante a pesquisa. As atividades de “acompanha a mãe”, “perambula”, “passeia”, “conversa” e “esporte” apareceram com baixos percentuais, 0,3% cada um, sendo que a atividade “acompanha a mãe” foi citada também por três pessoas cadastradas como atividade secundária, perfazendo o total de 0,8% dos casos citados nesse agrupamento. Não há variações significativas das atividades principal e secundária na rua desenvolvidas na rua por faixa etária. Abaixo a tabela com os dados citados:

TABELA 32 – Atividade principal e secundária na rua

<i>Atividades</i>	<i>Principal</i>		<i>Secundária</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Trabalha	169	44,1	25	6,5
Brinca	76	19,8	69	18,0
Pede	69	18,0	41	10,7
Passa o dia	29	7,6	24	6,3
Dorme	4	1,0	22	5,7
Não fica na rua	2	0,5	---	---
Rouba	2	0,5	---	---
Acompanha a mãe	1	0,3	3	0,8
Perambula	1	0,3	---	---
Passear	1	0,3	---	---
Conversa	1	0,3	---	---
Esporte	1	0,3	---	---
Fica no colégio	---	---	1	0,3
Sai com a namorada	---	---	1	0,3
Malabarista	---	---	1	0,3
Nada	---	---	1	0,3
Passear	---	---	2	0,5
Só tem a atividade principal	---	---	171	44,6
Outra	8	2,1	4	1,0
NR	19	5,0	18	4,7
Total	383	100	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

2.1.8. Dados sobre o Contexto Social e Territorial dos Cadastrados

Em relação ao contexto social e territorial dos entrevistados, a pesquisa levantou que, das crianças e adolescentes pesquisados, 31,9% encontravam-se junto com outros jovens e crianças em situação de rua, enquanto 26,1% estavam junto com outros adultos, jovens e crianças em situação de rua e mais 15,1% estavam com outros adultos em situação de rua. Um percentual ainda menor encontrava-se com a família, abarcando 5,7% das situações.

Apenas 14,1% dos entrevistados encontravam-se sozinhos/isolados. A agregação das demais categorias nas quais o entrevistado encontrava-se junto a outras pessoas compreende 85,9% das situações. Abaixo seguem os dados:

TABELA 33 – Com quem se encontrava o entrevistado no momento da entrevista, relacionado ao contexto social

<i>Contexto social</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Com jovens e crianças em situação de rua	122	31,9
Com outros adultos, jovens e crianças em situação de rua	100	26,1
Com outros adultos em situação de rua	58	15,1
Sozinho / Isolado	54	14,1
Com a família	22	5,7
NR	27	7,1
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

Quando especificamos o total referente ao contexto social onde se encontrava o entrevistado por gênero, vemos que, entre as crianças e adolescentes do sexo masculino, a maior proporção encontra-se “com jovens e crianças em situação de rua” (39%), seguido de “com outros adultos, jovens e crianças em situação de rua” (20,7%). As cadastradas do sexo feminino, por outro lado, encontravam-se em maiores percentuais “com outros adultos, jovens e crianças em situação de rua” (44,4%), seguido de “com outros adultos em situação de rua”, que abarcou o percentual de 20,4%. Entre as crianças e adolescentes do sexo feminino, apenas 8,3% encontravam-se sozinhas/isoladas, percentual que duplica para as crianças e adolescentes do sexo masculino, que chegou a 17,9%. Vejamos os dados:

TABELA 34 – Sexo do entrevistado e com quem se encontrava no momento da entrevista, relacionado ao contexto social

<i>Contexto social</i>	<i>Sexo</i>					
	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sozinho / Isolado	45	17,9	9	8,3	54	15,0
Com outros adultos em situação de rua	36	14,3	22	20,4	58	16,2
Com outros adultos, jovens e crianças em situação de rua	52	20,7	48	44,4	100	27,9
Com jovens e crianças em situação de rua	98	39,0	24	22,2	122	34,0
Com a família	17	6,8	5	4,6	22	6,1
Trabalhando	3	1,2	---	---	3	0,8
Total	251	100	108	100	359	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008.

Já no que se refere ao contexto territorial, percebeu-se que a maior percentagem dos entrevistados estava na rua/calçada no momento da pesquisa, situação que abarcou 47,5% dos casos. O espaço da praça era onde se encontravam 15,7% das crianças e adolescentes cadastrados, sendo que 13,3% da população estudada foi abordada quando estava perambulando. Em instituições próprias para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua foram encontrados 10,4% da população cadastrada. Menores percentuais foram encontrados no contexto sob o viaduto, que abarcaram 3,9% dos casos pesquisados, na situação de trabalho, que apareceu com 1,8% dos casos e na Rodoviária de Porto Alegre, que contemplou 1,6% dos cadastrados.

TABELA 35 – Onde se encontrava o entrevistado no momento da entrevista, relacionado ao contexto territorial

<i>Contexto territorial</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Na rua/calçada	182	47,5
Praça	60	15,7
Perambulando	51	13,3
Albergue / Abrigo / Casa de Convivência	40	10,4
Sob viaduto	15	3,9
Trabalhando	7	1,8
Rodoviária	6	1,6
NR	22	5,7
Total	383	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

2.2. ADULTOS

2.2.1 Caracterização de gênero, cor/raça e demográfica

Da população em situação de rua cadastrada, 81,8% são do sexo masculino. Sabe-se, no entanto que a população feminina (18,2%) nesta situação está crescendo em representatividade.

Verifica-se uma relativa concentração etária nas faixas mais jovens da população cadastrada. No intervalo de seis anos, entre 18 e 24 encontra-se 19,7% da população o que corresponde a 3,28% por período de um ano. No intervalo dos 25 aos 34 são 30% o que corresponde a 3,0% por cada intervalo de um ano. Na escala de 35 a 44 anos são 2,2% por intervalo de um ano. Entre 45 e 54 anos corresponde praticamente a 2,2 % também por intervalo de um ano. Os dados mostram que há uma reprodução possivelmente crescente dessa população em Porto Alegre. Os dados das entrevistas por amostragem apontam que quase um terço (28,9%) dessa população está há menos de um ano vivendo nessa situação.

TABELA 36 – Faixa etária dos entrevistados

<i>Faixa etária</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 18 a 24 anos	237	19,7
De 25 a 34 anos	361	30,0
De 35 a 44 anos	266	22,1
De 45 a 59 anos	263	21,9
60 anos ou mais	39	3,2
NS/NR	37	3,1
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Com relação à raça/cor dos cadastrados, temos que a pesquisa seguiu duas fontes de informações: uma refere-se à identificação atribuída pelo entrevistador, com base na aparência visual e outra se refere à auto-atribuição do entrevistado. A atribuição do entrevistador trabalhou com as categorias do IBGE e mostrou que a classificação “negra/preta” apareceu em primeiro lugar, com 33,2%, seguida da raça/cor “branca”, com 32,1% e “parda”, com 24,7%. No que se refere à raça/cor auto-atribuída, temos uma pequena diminuição da categoria branca, que contou com 27,8% dos casos, mas apareceu em primeiro lugar; houve uma diminuição significativa na categoria “negra/preta”, quando comparamos com a classificação do entrevistador. Na situação

de auto-atribuição, essa categoria contou com 22% dos casos. Os auto-declarados “pardos” ficaram com 10%, e apareceu uma importante categoria de auto-atribuição, a categoria “moreno/a”, com 12,1% dos casos. Outras categorias apareceram em menores percentuais, conforme tabela abaixo:

TABELA 37 – Raça/Cor do entrevistado

<i>Raça/cor</i>	<i>Atribuída pelo entrevistador</i>		<i>Auto-atribuída pelo entrevistado</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Branca	386	32,1	334	27,8
Negra / Preta	399	33,2	265	22,0
Parda	297	24,7	130	10,8
Amarela	1	0,1	3	0,2
Indígena	25	2,1	39	3,2
Outra	1	0,1	2	0,2
Moreno(a)	---	---	146	12,1
Misto(a)	---	---	16	1,3
Escuro(a)	---	---	2	0,2
Rosado(a)	---	---	1	0,1
Claro(a)	---	---	5	0,4
Mulato(a)	---	---	14	1,2
Sarará	---	---	34	2,8
Moreno(a) Claro(a)	---	---	20	1,7
Alemão e bugre	---	---	1	0,1
Turco	---	---	1	0,1
Mestiço	---	---	9	0,7
"Normal" sem preconceito	---	---	2	0,2
Bugre	---	---	21	1,7
Jambo	---	---	3	0,2
Alemã	---	---	5	0,4
Misturado - índio e holandeses	---	---	1	0,1
Gaúcho	---	---	1	0,1
Branco aborígine	---	---	1	0,1
Chocolate	---	---	1	0,1
Cor da terra	---	---	1	0,1
Gringo / Italiano	---	---	3	0,2
Cigano e Moreno	---	---	2	0,2
Cafuzo	---	---	1	0,1
Vermelho	---	---	1	0,1
Mesclado	---	---	1	0,1

Africano	---	---	2	0,2
Catarina	---	---	1	0,1
Bugre/índio/espanhol	---	---	1	0,1
Cuia	---	---	6	0,5
Encardido	---	---	2	0,2
Cor de mel	---	---	1	0,1
Cigano	---	---	2	0,2
Índigena com negro	---	---	1	0,1
Brasileira	---	---	1	0,1
Mulato/moreno	---	---	1	0,1
Moreninho queimado do sol	---	---	1	0,1
Marron	---	---	2	0,2
Amarelo	---	---	1	0,1
Índio com bugre	---	---	3	0,2
Comum	---	---	1	0,1
Italiano	---	---	1	0,1
Castelhano	---	---	1	0,1
Italiano com brasileiro	---	---	1	0,1
Jumbo cor de cuia	---	---	1	0,1
Cidadão de cor	---	---	1	0,1
Bugre sarará	---	---	1	0,1
Colorido	---	---	1	0,1
NS	---	---	12	1,0
NR	94	7,8	92	7,7
Total	1203	100	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Mais da metade dessa população nasceu em Porto Alegre ou na região metropolitana (somam 52%). Cerca de um terço (35%) migrou de outros municípios para Porto Alegre e 6,9% de outros estados. Vejamos a tabela:

TABELA 38 – Local de nascimento dos entrevistados

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Porto Alegre	503	41,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	123	10,2
Interior do Estado	421	35,0
Outro estado	83	6,9
Outro país	7	0,6
NS/NR	66	5,5
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Dentre os que nasceram em Porto Alegre, verifica-se uma mobilidade migratória bastante significativa. Quase um terço (30,4%) diz que não morou sempre em Porto Alegre. À resposta à questão de onde morava antes de vir para a Capital verifica-se que muitos viveram por algum tempo em outras cidades e mesmo outros estados.

TABELA 39 – Local de moradia antes de vir para Porto Alegre

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Região Metropolitana de Porto Alegre	202	23,4
Interior do Estado	401	46,5
Outro estado	122	14,2
Outro país	12	1,4
NS	5	0,6
NR	120	13,9
Total	862	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Dos 503 que disseram ter nascido em Porto Alegre, apenas 341 (28,3%) disseram ter sempre morado nessa cidade. Chama a atenção que 22,2% afirmaram estar morando em Porto Alegre no máximo há cinco anos, dentre os quais metade estão morando há menos de um ano. Percentuais bem inferiores dos que disseram morar na Capital há mais de 20 anos (21,8%). Os dados estão indicando duas características: a existência de mobilidade territorial inter municípios e inter-estados e a consolidação em termos de tempo de rua entre a população adulta nessa situação.

TABELA 40 –Tempo de moradia em Porto Alegre

<i>Tempo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Há menos de 01 ano	139	11,6
Entre 01 e 05 anos	128	10,6
Entre 05 e 10 anos	93	7,7
Entre 10 e 20 anos	129	10,7
Há mais de 20 anos	262	21,8
Desde que nasceu	341	28,3
Não lembra	6	0,5
NR	105	8,7
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

2.2.2 Escolaridade e Situação da Leitura e Escrita

A escolarização da população adulta em situação de rua, é muito semelhante a da média da população da cidade. Os analfabetos são menos de 6% e sabem ler e escrever 78,5%.

TABELA 41 – Situação da leitura e escrita

<i>Situação</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sabe ler e escrever	944	78,5
Apenas escrever o nome	86	7,1
Não sabe ler nem escrever	106	8,8
NR	67	5,6
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

A escolarização indica que 16% nunca frequentou a escola e 46,4% frequentou de forma incompleta o fundamental, perfazendo cerca de dois terços (62,4%) da população estudada.

Há um percentual significativo (6%) que concluíram o Ensino Médio e 2,6% que ingressaram no nível superior, sendo que 07% o completou.

TABELA 42 – Escolaridade do entrevistado

<i>Escolaridade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Analfabeto	192	16,0
Ensino Fundamental incompleto	558	46,4
Ensino Fundamental completo	161	13,4
Ensino Médio incompleto	105	8,7
Ensino Médio completo	72	6,0
Ensino Superior incompleto	23	1,9
Ensino Superior completo	8	0,7
Aprendeu sozinho / Ensino Especial	3	0,3
NS/NR	81	6,8
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

2.2.3 Pernoite

Considerando os locais em que geralmente dormem, mostram uma dispersão territorial significativa e o uso diversificado dos recursos oferecidos pela cidade. Também revela uma relativa individualização na busca de soluções de necessidade cotidianas.

TABELA 43 – Locais utilizados com mais frequência como dormitório (1º e 2º lugar)

<i>Local</i>	<i>1º lugar</i>		<i>2º lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Calçadas / Calçadão / Avenida / Rua	247	20,5	94	7,8
Praças / Parques	227	18,9	109	9,1
Albergue	227	18,9	81	6,7
Pontes / viadutos	128	10,6	63	5,2
Em abrigos	73	6,1	53	4,4
Na própria casa	54	4,5	18	1,5
Hotéis / Pensões	39	3,2	22	1,8
Na casa de amigos / parentes	37	3,1	33	2,7
Casas e prédios abandonados / mocós	32	2,7	19	1,6
Terminal de ônibus / Ponto de ônibus	16	1,3	4	0,3
Vários locais	9	0,7	2	0,2
Outros locais	40	3,3	35	3,0
Dorme sempre no 1º lugar	---	---	587	48,8
NR	74	6,2	83	6,9
Total	1203	100	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

São relativamente poucos os que dormem em lugares institucionalizados, 35,8% em primeiro lugar e 16,9% em segundo lugar. Esses lugares são preferencialmente: albergues (18,9% e 6,7%), abrigos, hotéis ou pensões – em geral pagos pela prefeitura – (9,3% e 5,9%), casa própria ou de parentes e amigos (7,6% e 4,3%).

Cerca de 60% dessa população dorme cotidianamente e prioritariamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural. Acrescentando-se os que têm esses espaços como segunda opção (cerca de 20%), conclui-se que mais de 70% da população estudada pode ser caracterizada como “moradora de rua”, sendo rua no sentido mais convencional do termo, já que o local de dormir é um indicador fundamental para esta caracterização. Os principais são: as ruas ou calçadas (20,53% e 7,8%), praças e parques (18,9% e 9,1%) embaixo de pontes e viadutos (10,6% e 5,2%).

Os outros locais apontados, são muito diversificados, como prédios abandonados, rodoviária, garagens, locais diversos ou sem lugar fixo, etc.

2.2.4 Legalidade da vida pessoal

A posse de documentos formais, em uso em nossa sociedade, constitui-se em indicador de inclusão social. O que se percebe é que mais da metade dessa população informou não possuir a maioria dos documentos corriqueiros da cidadania. Metade (50%) possui Carteira de Identidade. O CPF é documento de 41,3%, a Carteira de Trabalho é documento de 36,1% e o título de eleitor para pouco mais de um terço (37%). Constata-se nítida deficiência na identificação formal dessa população.

Quando analisamos a posse de certidão de nascimento e documento de identidade, é possível referir que 76,6% dos que possuem certidão também possuem a identidade. Dentre os que não possuem a certidão se inverte, pois 78,2% deles não possuem também o documento de identidade.

TABELA 44 – Documentos que o entrevistado possui

<i>Documentos</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Carteira de Identidade	601	50,0	531	44,1	71	5,9	1203	100
CPF	497	41,3	638	53,0	68	5,7	1203	100
Carteira de trabalho	434	36,1	697	57,9	72	6,0	1203	100
Título de eleitor	445	37,0	685	56,9	73	6,1	1203	100
Certidão de nascimento/casamento	639	53,1	489	40,6	75	6,2	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3. ESTUDO DO MUNDO DA POPULAÇÃO ADULTA

3.1. Família, Cotidiano e Relações com Instituições

3.1.1. Relações Familiares:

As relações das pessoas em situação de rua com a família foram tema de um bloco de perguntas, compreendendo os contatos com familiares, outros parentes na rua, companheiro(a), filhos(as) e participação dos mesmos no sustento do grupo. Buscou-se, com isso, englobar os vínculos de aliança, consangüinidade e filiação, os quais não portam significados universais, mas, ao contrário, são investidos de sentidos e valores de acordo com os contextos sociais, culturais, históricos, jurídicos, econômicos, políticos, religiosos em que se apresentam. Impossível, portanto, face à dinâmica e enorme heterogeneidade da sociedade brasileira, tomar como parâmetro de referência modelos alheios ao segmento social e contexto em questão, como é o caso dos modelos tradicionais de camadas médias da sociedade - a família nuclear moderna – ou os modelos tradicionais da elite, baseados na linhagem, no orgulho do sobrenome, no espírito corporativista.

Dentre os grupos populares brasileiros, percebem-se características distintas nos padrões familiares, como redes de ajuda mútua criadas nas rotinas cotidianas, escassez de casamentos formais, frequência de lares sem marido/pai fixo, altas taxas de instabilidade conjugal e de circulação de crianças (FONSECA, 1986). Mas mesmo dentre esses grupos populares pode-se constatar formas de organização e sistemas familiares diversificados, com valores, práticas e dinâmicas particulares, reproduzidos e transformados de forma dinâmica em interação com outras instituições sociais, como o estado, a igreja, a justiça, a polícia, a educação, etc. Uma armadilha comum para quem se prende a modelos prévios e extrínsecos ao grupo concreto em questão é encarar essas diferenças como desestruturação, degeneração ou patologia, sem levar em conta o contexto histórico e socioeconômico em que se insere, integrado à estrutura e à lógica motriz do sistema cultural que lhes caracteriza. A família em geral ou, em particular, alguns de seus membros (pais, pai/mãe) acabam, assim, sendo isolados desse contexto maior a que pertencem e são identificados como os responsáveis maiores pela vulnerabilidade dos indivíduos.

A seguir, nos ateremos às respostas das perguntas do questionário.

3.1.1.1 Contato com familiares que não estejam em situação de rua

Para a análise dos dados recolhidos sobre a relação das pessoas em situação de rua com seus familiares, tomemos como ponto de partida uma das questões formuladas aos entrevistados:

TABELA 45 –Contato com familiares que não estão ou não vivem nas ruas

<i>Frequência</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Todas os dias / noites	32	8,4
Às vezes ou de vez em quando, na semana	54	14,1
Nos finais de semana	20	5,2
Às vezes ou de vez em quando, no mês	59	15,4
De um mês a um ano	67	17,5
Não tem contato há mais de 01 ano	48	12,6
Não tem contato há mais de 05 anos	23	6,0
Não tem contato há mais de 10 anos	17	4,5
Perdeu contato	54	14,1
NS	2	0,5
NR	6	1,6
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007

A tabela acima mostra a frequência às alternativas fornecidas pelo entrevistador à pergunta sobre os intervalos de tempo com que o entrevistado mantém contatos com os familiares que não vivem nas ruas.

Apenas 8,4 % da amostragem afirmam contatar a família diariamente, enquanto 15,4 % declaram vê-la mensalmente e 19,3 %, semanalmente ou de vez em quando.

17,5 % disseram não ter visto seus familiares no intervalo de mais de um mês e menos de um ano, e 12,6%, há mais de um ano.

No extremo, configurando o que pode ser considerado como uma ruptura efetiva nos laços familiares, quase ¼ dessa população (24,5 %) afirma ter perdido o contato com parentes há mais de cinco anos.

Considerando que, como veremos adiante, os conflitos parentais e afetivos apareceram como motivo atribuído por um quarto dos informantes para o ingresso em situação de rua, podemos reforçar a hipótese de que o afrouxamento dos vínculos familiares é elemento essencial para a compreensão de seu processo de *desfiliação*, conforme o entende Rober Castel (1995): um

individualismo “negativo” ou “de massa”, ligado a profundas transformações sociais, e que contrasta com o individualismo “positivo”, promotor das potencialidades do sujeito, na medida em que se distingue deste pela carência de vínculos e pela ausência de suportes em meio à sociedade concorrencial.

Na seqüência desta pergunta sobre a freqüência dos contatos com a família, foi formulada outra, de caráter aberto, sobre os motivos para a perda ou dificuldade de contatos familiares, sobre a qual, 4,4% dos entrevistados não se manifestaram.

Dentre os motivos mais citados, encontram-se principalmente fatores relacionais e subjetivos, mas também fatores mais objetivos.

Dentre estes fatores objetivos, podemos incluir as dificuldades no deslocamento devido principalmente ao transporte ou à distância da casa da família, condições desfavoráveis ou perda da moradia e ainda disponibilidade de tempo devido ao trabalho, referidos por 34,1% dos entrevistados.

É importante lembrar que 42,5 % da população cadastrada não nasceram na capital e só 10,2 % são naturais da região metropolitana. Embora não seja possível tirar conclusões precisas destes dados, visto que o informante pode ter migrado acompanhado ou gerado família depois de se estabelecer em Porto Alegre, a possível distância geográfica não é fator a ser negligenciado na perda de vínculos familiares.

De outra parte, fatores subjetivos e relacionais indicados pelos informantes são mais recorrentes e significativos: quase um quarto da população ouvida (24,3%) declarou ter problemas de relacionamento com sua família, sem gostar ou querer visitá-la e, por isso, prefere manter-se na rua. Ainda 10,5% omitiram o motivo, limitando-se a declarar que perderam o contato, não sabem onde ela está, ou simplesmente se criaram na rua. Ademais, 5,2% dos informantes explicitaram violência, maus tratos, ameaças e/ou alcoolismo para não contatá-la.

Além disso, 7,6 % das respostas estão relacionadas à perda da auto-estima e sentimento de culpa do indivíduo perante a família, manifestos em respostas do tipo: “vergonha”, “orgulho”, “insegurança”; “não querer incomodar”, “só depois de se restabelecer”, etc.

Some-se 2,6% que declaram o uso do álcool ou das drogas, e ainda 0,8% declararam a soropositividade como razão de não procurarem a família.

Em síntese, a grande maioria do segmento populacional estudado (86,4 % da amostragem) explicitou ou deu indícios que confirmam a idéia de afastamento, ruptura ou desagregação dos elos familiares e/ou conjugais, seja por fatores objetivos ou relacionais.

Por outro lado, 9,2 % dos entrevistados afirmam não ter nenhuma dificuldade para encontrar a família.

Esses dados podem ser vistos na tabela abaixo, na qual foram agrupadas as respostas por nexos temáticos:

TABELA 46 – Maiores dificuldades de visitar/encontrar a família

<i>Dificuldades</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Dificuldades com transporte, distância, tempo, condições desfavoráveis da moradia	130	34,1
Problemas de relacionamento com a família, não quer visitá-la, prefere não ter contato, gosta da rua	93	24,3
Não sabe onde está sua família/perdeu contato/ se criou na rua	40	10,5
Nenhuma	35	9,2
Fatores relacionados à auto estima, vergonha, insegurança, não querer incomodar, só depois que se restabelecer	29	7,6
Violência, maus tratos, ameaças e alcoolismo na família	20	5,2
Uso de drogas/bebida	10	2,6
Outros: saúde, religião, violência no local de moradia da família	5	1,3
Família não aceita por causa do HIV, preconceito	3	0,8
NR	17	4,4
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007

3.1.1.2 Outro familiar em situação de rua:

Foi perguntado também sobre a existência ou não de outros membros da família vivendo em situação de rua. As respostas afirmativas alcançaram quase ¼ da totalidade, e as negativas, praticamente ¾, como se verifica pela tabela abaixo:

TABELA 47 – Tem familiares que vivem/moram ou estão na rua

<i>Familiar na rua</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	95	24,9
Não	287	75,1
Total	382	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

Para aquele ¼ da amostragem que confirmou a presença de familiares vivendo em situação de rua, as incidências mais significativas ocorrem com irmão(s) - 9,9 % (ou 38 pessoas) e com companheiros(as) - 9,7 % (ou 37 pessoas), seguida de filho(s) - 5,5 % (ou 21 pessoas).

É pouco expressiva a referência aos pais - 2,1 % (ou 8 pessoas) -, que aparece próxima à referência a primos - 2,9 % - e sobrinhos - 1,8 %.

4 pessoas (1% da amostragem) ainda fizeram uma única referência a outros familiares (padrinho, sogro, tio e cunhado, respectivamente).

Na tabela abaixo, temos, com maior precisão, a frequência de afirmativa ou negativa para cada um desses membros da família, tomando-se o informante como ego referencial da relação:

TABELA 48 – São os Familiares que vivem/moram ou estão na rua

<i>Familiares</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Pai/Mãe	8	2,1	374	97,9	382	100
Companheiro(a)	37	9,7	345	90,3	382	100
Filhos	21	5,5	361	94,5	382	100
Irmãos	38	9,9	344	90,1	382	100
Primos	11	2,9	371	97,1	382	100
Sobrinhos	7	1,8	375	98,2	382	100
Outros*	4	1,0	378	99,0	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007

Nota * Outros familiares – 01 caso de cada: padrinho, sogro, tio e cunhado

3.1.1.3. Relações conjugais e presença de filhos

Dentre a totalidade da população cadastrada, 81,8 % é composta por homens e 18,2 % por mulheres. A amostragem, no entanto, abarcou 26,9 % das entrevistas com mulheres e 73 %, com homens. Dentre os indivíduos do sexo masculino, ¾ (ou 75,3 %) disseram ter tido companheiras fixas outrora, embora só 20,1 % deles mantenham vínculos conjugais atualmente.

A proporção de mulheres que já teve companheiros fixos no passado é menor que a de homens, totalizando a metade das informantes (ou 50,5 % da amostra). No entanto, se tomarmos por base as relações conjugais atuais, são mais frequentes para indivíduos do sexo feminino do que para os do sexo masculino, num total de 47,6% para elas ou seja, mais do que o dobro do que para eles (20,1 %).

Ou seja, a quantidade de mulheres na situação de rua é inversamente proporcional à solidão em termos de uniões conjugais; os homens são em maior número e apresentam maior trajetória de rompimentos afetivos com suas companheiras de outrora.

Um percentual de 3,6 % do grupo masculino e uma mulher (1% da amostragem feminina) declararam nunca terem tido cônjuge – o que configura 2,9 da totalidade dos entrevistados de ambos os sexos na condição celibatária. Somando-se a estes o conjunto dos que não têm companheiros atualmente (68,6 %), vemos que a maioria da população estudada (71,5 %) vive só, alheia a vínculos conjugais.

As tabelas abaixo trazem estes dados em detalhes:

TABELA 49 – Tem ou teve companheiro(a) fixo(a)

<i>Situação</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, tem	105	27,5
Não, mas já teve	262	68,6
Nunca teve	11	2,9
NR	4	1,0
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

TABELA 50 – Sexo do entrevistado e Tem ou teve companheiro(a) fixo(a)

<i>Sexo</i>	<i>Tem ou teve companheiro(a) fixo(a)</i>									
	<i>Sim, tem</i>		<i>Não, mas já teve</i>		<i>Nunca teve</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	56	20,1	210	75,3	10	3,6	3	1,1	279	100
Feminino	49	47,6	52	50,5	1	1,0	1	1,0	103	100
Total	105	27,5	262	68,6	11	2,9	4	1,0	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.1.1.4. Número de filhos e cuidado com os filhos:

No que se refere à existência de prole, 29,1% afirmaram não ter filhos, enquanto 70,2% declararam tê-los.

TABELA 51 – Tem filhos

<i>Filhos</i>	<i>Freq</i>	
Sim	268	70,2
Não	111	29,1
NR	3	0,8
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Entre os entrevistados do sexo masculino, 33,3% não tem filhos, o que baixa para 17,5% no caso do sexo feminino. A maioria da população estudada, portanto – 70,2% - declarou tê-los, com uma incidência maior entre as mulheres (81,6%) do que entre os homens (65,9%).

TABELA 52 – Sexo e Tem filhos

<i>Sexo</i>	<i>Tem filhos</i>						<i>Total</i>	
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NR</i>			
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	184	65,9	93	33,3	2	0,7	279	100
Feminino	84	81,6	18	17,5	1	1,0	103	100
Total	268	70,2	111	29,1	3	0,8	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007

Entre os que têm descendência, prevalece a incidência de dois a três filhos (47,4%), seguida de 1 filho (28,7 %), 4 a 5 filhos (11,6%) e mais de sete filhos (11,5 %), bastante semelhante à média da sociedade brasileira.

TABELA 53 – Quantidade de filhos

<i>Quantidade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Um filho	77	28,7
Dois ou três filhos	127	47,4
Quatro ou cinco filhos	31	11,6
Seis ou sete filhos	17	6,3
Oito filhos ou mais	14	5,2
NR	2	0,7
Total	268	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Em sua maioria, são crianças de menoridade (82,5%), que, via de regra, não estão com o informante - exceto em 8,1% dos casos - e geralmente ficam sob a responsabilidade da mãe

(47,1% das incidências) ou dos avós (19,9%). Recorrer a outros parentes ou conhecidos (10,4%) aparece como terceira alternativa para deixar o(s) filho(s), antes mesmo dos 3,2% dos casos em que ele(s) fica(m) com o pai.

Temos ainda 2,8% dos entrevistados (seis pessoas) informando que as crianças estão em instituições, e 0,9% (dois indivíduos) que ignoram o paradeiro dos filhos.

Vejam as tabelas:

TABELA 54 – Filhos menores de idade

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	221	82,5
Não	45	16,8
NR	2	0,7
Total	268	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

TABELA 55 – Com quem ficam os filhos menores

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Comigo	18	8,1
Com a mãe (se o entrevistado for o pai)	104	47,1
Com o pai (se a entrevistada for a mãe)	7	3,2
Com os avós da criança	44	19,9
Com outro parente	19	8,6
Com amiga/conhecida	2	0,9
Não sabe	2	0,9
Casou (tem 17 anos)	2	0,9
Abrigo de menores	6	2,8
Cada filho mora com pessoas diferentes	2	0,9
Um com o pai outro com a mãe	2	0,9
NR	13	5,9
Total	221	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.1.1.5. Contribuição dos filhos para sobrevivência:

Para quem declarou ter filhos menores, foi perguntado se estes ajudam na sobrevivência e, em caso afirmativo, de que forma o fazem, com resposta não direcionada pelo entrevistador. As

respostas a ambas as questões constam descritas abaixo, sendo que a segunda tabela apresenta uma tabulação dos resultados:

TABELA 56 – Filhos menores que ajudem na sobrevivência

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	29	13,1
Não	174	78,7
NR	18	8,2
Total	221	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

TABELA 57 – Formas as quais os filhos ajudam na sobrevivência

<i>Maneira</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ajudam a não estar no crime e fazer coisa errada/não usar drogas	4	13,8
Com um pouco de pensão que recebem da mãe	6	20,7
Bolsa escola	2	6,9
Dando dinheiro / roupas	3	10,3
Estimula a gente a fazer outras coisas	2	6,9
Trabalham	5	17,2
Ajudam com dinheiro da atividade profissional	1	3,4
Dinheiro e moradia	1	3,4
Comida e roupa	2	6,9
Ajudam na casa	1	3,4
Dividem o que ganham	1	3,4
NS	1	3,4
Total	29	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Embora 4,7% não tenham respondido a primeira questão – sobre os fatos dos filhos ajudarem ou não na sobrevivência - pode-se precisar que menos da metade (45,5%) dos informantes com filhos negam qualquer forma de contribuição dos mesmos.

Apenas 7,6% das pessoas entrevistadas afirmaram que os filhos colaboram com o informante, seja de forma direta ou indireta, material ou moral, conforme especificado abaixo.

Dessa pequena percentagem de 7,6% da amostragem, 48% referem contribuições oriundas do trabalho ou de atividades afins repassadas ao informante através de dinheiro, comida, roupas e/ou manutenção da moradia.

Outros 27,6% participam da renda familiar indiretamente através de auxílios pecuniários, como pensão da mãe ou bolsa escola.

Enfim, 20,7% dentre a pequena parcela que recebe auxílio dos filhos, citam ajuda em termos morais, ao evitarem que os pais façam “coisas erradas” ligadas ao crime, às drogas e outras transgressões.

3.1.2. Cotidiano

A luz lançada sobre a importância do estudo do cotidiano veio mostrar que para além dos grandes eventos e dos personagens ilustres, e, indissociável das dimensões macroscópicas da infra e da supra-estruturas da sociedade, o modo de vida das populações anônimas, em muitos casos iletrada, ficou por muito tempo excluído de análises históricas e sociais.

Com o intuito de conhecer melhor as práticas diárias das pessoas estudadas, procurou-se saber quais suas redes sociais e as formas de uso do espaço quando estão na rua, assim como as estratégias que acionam para responder às necessidades corporais básicas de alimentação, higiene e excreção.

3.1.2.1 Com quem passa a maior parte do tempo na rua:

Como foi apontado anteriormente, dentre a totalidade dos cadastrados, 40,9% estavam sós quando abordados pelos entrevistadores. Essa taxa coincide, basicamente, com a resposta dada pelos que responderam ao questionário sobre com quem passam a maior parte do tempo na rua: a maioria (42,9%) afirmou passar o dia, prioritariamente, sozinha e/ou, como vários acrescentaram, “com Deus” – representação essa que, se, por um lado, salienta a suposição da existência de um elo invisível, sobrenatural, que o preserva do isolamento total, por outro, reforça a certeza do rompimento com as redes sociais (família, comunidade, outras instituições e sociedade em geral). Tal ruptura extrema também pode ser inferida quanto aos três informantes (0,8%) que apontaram um animal de estimação como principal companhia diária.

Parceiros de rua, colegas de trabalho e amigos em geral, dentre os quais, alguns incluíram irmão(s), foram apontados por 36,6% dos informantes como sendo aqueles com quem passam a maior parte do dia.

Embora 27,5% tenham afirmado ter companheiro(a) fixo(a) atualmente, conforme vimos mais acima, apenas 12,3% dos entrevistados apontaram o cônjuge como principal companhia

quando estão na rua, percentual que se eleva para 16,8% se considerada também a presença de filho(a)(s).

Somente dois indivíduos (0,5%) referiram pai(s) e irmão(s) como principal(ais) parceiro(s) de rua, e a mesma frequência (0,5%) é apontada para a companhia de outros familiares. Um percentual 4,1 pessoas não responderam a essa questão.

TABELA 58 – Com quem passam a maior parte do tempo na rua

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Companheiro(a)	47	12,3
Companheiro(a)/Filhos	17	4,5
Companheiros de rua / amigos	114	29,8
Irmãos / companheiros de rua / amigos	25	6,5
Pais / irmãos	2	0,5
Parentes (tios, avós, primos)	2	0,5
Sozinho/ com Deus	164	42,9
Animal	3	0,8
Não sai muito do abrigo	2	0,5
Colega de trabalho	1	0,3
NR	5	1,3
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.1.2.2. Onde passa a maior parte do tempo acordado:

Dentre os equipamentos ou instituições destinados a acolher a população em situação de rua, a maioria são de uso noturno e destinados ao pernoite. Assim, ao se analisar onde passam a maior parte do tempo quando estão acordados, a Casa de Convivência (de uso exclusivamente diurno) e abrigos foram apontados por apenas 9,8% dos entrevistados, como primeira opção. Saliente-se que esses equipamentos são espaços de acolhida e não de trabalho remunerado, o que contrasta com a resposta de 9,4% dos entrevistados que disseram trabalhar, pedir nas esquinas ou atividades afins, priorizando a atividade exercida em detrimento do local onde a exercem – o que indica também o caráter informal e itinerante dessas atividades.

Outros espaços da cidade são valorizados para passar o tempo acordado, como praças, parques, pontes, viadutos ou afins 38,8%; perambular pelas ruas e calçadas, ficar sob as marquises e afins 24,7%. Outros preferem os pontos de ônibus ou terminais (2,1%) e ficar à beira do rio ou do gasômetro (4,2%)

Em síntese, são locais públicos, em geral de grande circulação de pessoas, os preferidos para passar o tempo em que estão acordados.

A maioria desses locais de grande circulação de pessoas permite desenvolver estratégias de sobrevivência e alguns deles ainda possibilitam conciliar essas atividades com repouso, atividades domésticas, convívio entre pares, etc. Diversamente do que ocorre com os cidadãos domiciliados, grande parte da população estudada está constrangida a não manter uma fronteira clara entre o tempo do ócio e do trabalho, o espaço público e o privado. Muitos outros locais foram apontados com baixa incidência mas que representam alternativas individuais importantes.

TABELA 59 – Lugares em que passam o tempo quando estão acordados (1º, 2º e 3º lugar)

<i>Lugares em que passa bastante tempo</i>	<i>1º lugar</i>		<i>2º lugar</i>		<i>3º lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Praças / Parques / Pontes / Viadutos	148	38,8	68	17,8	20	5,2
Trabalho / Procurando trabalho/esquina	36	9,5	7	1,83	1	0,26
Pelas ruas/perambulando/ calçados/marquises	95	24,7	72	18,8	25	6,54
Casas de convivência / Abrigos	37	9,8	22	5,7	16	4,2
Beira do rio / Gasômetro	16	4,1	20	5,2	6	1,6
Ponto do ônibus / Terminal de ônibus	8	2,1	3	0,8	3	0,8
Em frente a comércio	12	3,1	8	2,1	8	2,1
Ceasa / Mercado Público	6	1,6	---	---	---	---
Biblioteca / Casa de Cultura	2	0,6	4	1,0	---	---
Vila / Em casa	4	1,0	1	0,3	---	---
Outros	17	4,7	15	3,9	5	1,3
NR	4	1,0	---	---	---	---
Só a opção 1	---	---	153	40,1	151	39,5
Só a opção 1 e 2	---	---	---	---	145	38,0
Total	382	100	382	100	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.1.2.3 Locais de banho, higienização e necessidades fisiológicas:

Metade da população estudada (50 %) afirma fazer a sua higiene íntima em instituições assistenciais previstas especialmente para a sua acolhida, sejam albergues, abrigos ou a Casa de Convivência (esta última de uso exclusivamente diurno).

Logradouros como praças, parques, calçadas e ruas, assim como rios, córregos e arroios - ou seja, locais não previstos para esse fim - correspondem à segunda alternativa mais citada para o banho e higienização, com 21 % das respostas.

Banheiros e chuveiros públicos previstos para essa finalidade, sem serem destinados exclusivamente para esse segmento da população, constituem a terceira resposta mais recorrente (12,8 %).

Como quarta alternativa mais citada, com um total de 8,7 % de frequência, aparecem espaços privativos, como a própria casa e hotel (7,1 % daquele total) ou então a casa de amigos, parentes ou companheiro(a) (1,6 % sobre aquela soma).

Com baixa relevância, aparecem ainda espaços de grande circulação pública (postos de gasolina, bares, hospitais, com 0,9 % de respostas); o local de trabalho (0,5 %), a vila (0,3 %) e outros locais (0,3 %). Sete pessoas (1,8 %) afirmaram ainda jamais se banhar.

TABELA 60 – Locais onde normalmente se lavam/tomam banho

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Albergue	62	16,2
Abrigos	32	8,4
Casa de Convivência	97	25,4
Banheiro público	47	12,3
Chuveiro público	2	0,5
Lugares públicos (ruas, praças, calçadas)	53	13,9
Rio / córregos / arroios	27	7,1
Posto/Praça	1	0,3
Hospitais	1	0,3
Bar	1	0,3
Outros locais	1	0,3
Casa (onde moro)	22	5,8
Hotel	5	1,3
Casa de amigos/parentes/ companheira	6	1,6
Na vila	1	0,3
No trabalho	2	0,5
Não toma banho	7	1,8
NR	15	3,9
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Quanto às necessidades fisiológicas, metade da população estudada (50,3 %) afirma utilizar banheiros públicos, enquanto 19,9 % servem-se de logradouros não previstos para esse fim, ao que podemos acrescentar o próprio instrumento de trabalho (carrinho de entulhos), citado por uma pessoa (0,3 %). Apenas 16,3 % dos entrevistados diz servir-se dos equipamentos e serviços urbanos direcionados a essa população (albergues, abrigos, casas de convivência), lembrando que alguns deles restringem o acolhimento a determinados turnos do dia. Estabelecimentos comerciais são locais buscados por 6,8 % da população estudada para defecar e urinar. A casa de moradia foi indicada por 2,6 % dos informantes. A negativa de respostas para ambas as questões apresentadas acima foi de 3,9 % do total. A tabela a seguir dá conta dessas informações:

TABELA 61 – Locais onde costumam fazer as necessidades fisiológicas (urinar/defecar)

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Albergue	17	4,5
Abrigos	19	5,0
Casa de Convivência	26	6,8
Banheiro público	192	50,3
Lugares públicos (ruas, praças, calçadas)	76	19,9
Estabelecimento comercial	26	6,8
Casa (onde moro)	10	2,6
No carrinho de entulho	1	0,3
NR	15	3,9
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.1.2.4. Considerações sobre o uso do espaço e as práticas cotidianas⁵:

Construídos com a finalidade de controlar o espaço e o tempo citadinos, disciplinar os fluxos, as trocas comerciais, reservar áreas verdes e abertas em um meio sobrecarregado de artifícios, os logradouros citados como locais frequentes de permanência, convívio com os pares e satisfação das necessidades fisiológicas, têm sido subvertidos em sua finalidade urbanística por esse segmento populacional excluído das vantagens do projeto neoliberal.

⁵ Tais considerações agregam aos dados aqui levantados, alguns elementos interpretativos da dissertação de mestrado de um dos membros da equipe desta pesquisa, publicada no livro *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre, Sta Cruz do Sul*: EDUNISC, 2006, sob autoria de Claudia Turra Magni.

Apesar da aparente precisão das respostas às perguntas formuladas sobre onde passam o dia, tais indicações espaciais não devem ser tomadas como referências fixas, pois, de forma voluntária ou não, a maioria das pessoas em situação de rua tende a não criar uma relação estável com os locais onde permanece e, muitas vezes improvisa moradia temporária. Praticamente não há onde exercer a privacidade; inexistente a propriedade que resguarda e preserva a família e os bens materiais, evidenciando, portanto, uma outra noção de moradia, mais flexível e transitória do que aquela acalentada pela população domiciliada.

Ao utilizarem os locais públicos, como calçadas, viadutos, praças, parques, etc, com finalidades domésticas e privadas, essas pessoas corrompem a ordem de classificação dos espaços urbanos. Dormir, comer, excretar, copular, divertir-se, brigar, enfim, sobreviver e conviver com os seus pares na própria rua subverte a organização espacial cidadina, construída sob a ótica sedentária.

O espaço público apresenta-se, assim, como local de sociabilidade e espaço ecológico onde esta população que não tem moradia fixa nem estabilidade profissional pode prover a sua subsistência e satisfazer as suas necessidades vitais. Mais do que meramente um local de passagem, como é para os outros cidadãos, a rua representa para essas pessoas um elemento vital e inevitável de existir; a mobilidade que ela proporciona, representa a própria condição de sua sobrevivência.

3.1.3. Relações com Instituições:

Neste quesito situamos, simultaneamente, aspectos relativos ao cotidiano (relacionados também ao item anterior), quanto outros relativos às relações das pessoas em situação de rua com certas instituições. Especificamente, trataremos de seus locais de alimentação e serviços/equipamentos de uso frequentemente, assim como dos motivos em recusá-los, dentre aqueles que não se servem deles.

3.1.3.1 Locais de alimentação:

Esta transversalidade entre os âmbitos cotidianos e institucionais fica evidente no que concerne aos locais de alimentação, em que parte das respostas aponta para equipamentos específicos de distribuição alimentar, parte aponta para estratégias espontâneas, as quais dependem de uma rede de conhecimentos e informações sobre formas de sobrevivência na rua, dentre outras opções que veremos a seguir.

Os dados coletados indicam que 38 % dos informantes recorrem a alguma organização pública ou particular, leiga ou religiosa, destinada para a distribuição de comida junto a pessoas necessitadas. Em seguida, com 35,1% de incidência, é mencionado o pedido em residências, estabelecimentos comerciais ou cozinhas como recurso principal para saciar a fome. O percentual de 16,5 % das respostas indica a compra de alimentos com seus próprios recursos, ocorrência que baixa para 13,1 % como alternativa secundária, em caso de insucesso da alternativa anterior.

Temos ainda 3,7 % da amostragem (14 pessoas) acusando a cata de restos dentre os dejetos urbanos como principal alternativa para se alimentar, o que aumenta para 4,5 % das freqüências, como opção secundária. A apelação a amigos, conhecidos e/ou familiares é indicada em 1,3 % das respostas. Do total, 40,6 % das pessoas dizem alimentar-se sempre da mesma fonte, sem recorrer a uma segunda alternativa.

Nove pessoas (2,4 %) não responderam a essa questão.

TABELA 62 – Principais Locais onde conseguem comida quando estão na rua (1º e 2º lugar)

<i>Locais em que consegue comida</i>	<i>1º lugar</i>		<i>2º lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Igreja / Instituição	26	6,8	19	5,0
Abrigo / Albergue	40	10,5	19	5,0
Restaurante Popular	50	13,1	29	7,6
Programas assistenciais (Sopão, ONG's, etc)	29	7,6	27	7,1
Come o que ganha das pessoas (casas, restaurantes, na rua, macaquinho)	132	34,6	44	11,5
Amigos/Colegas/Conhecidos/Familiares	5	1,3	6	1,6
Cozinha	2	0,5	4	1,0
Cata sobras	14	3,7	17	4,5
Troca trabalho por comida	2	0,5	7	1,8
Compra com seu próprio dinheiro	63	16,5	50	13,1
Outro	10	2,6	5	1,3
NR	9	2,4	---	---
Só a opção 1	---	---	155	40,6
Total	382	100	382	100

Fonte : Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2008

3.1.3.2 Serviços de uso mais freqüentes

Alguns dos dados acima, relativos às principais fontes de alimentação, reaparecem com maior precisão nesse item, que especifica os serviços de uso mais freqüentes da população em situação de rua. É o caso do Restaurante Popular, que atende 46,9 % do universo em questão,

enquanto 49,2 % afirmam não freqüentá-lo. Outro local de distribuição de comida é o Sopão Ramiro d'Ávila, usado por 30,4 % dos entrevistados, embora 66,0 % não faça uso dessa entidade tradicional da cidade. Centros religiosos que prestam assistência à população em situação de rua, como igrejas, centros espíritas e/ou terreiros, são buscados por 42,7% dos informantes, e 53,7 % do total disse não recorrer a seus préstimos.

Dentre os equipamentos de pernoite disponíveis à população de rua, 39,3 %, da amostragem afirma freqüentar albergues e 32,2 % diz servir-se de abrigos. Mas quando solicitados sobre o local onde dormem com mais freqüência (pergunta feita à totalidade dos cadastrados), apenas 18,9 apontaram os albergues e 6,1 % indicaram os abrigos como primeira alternativa.

De outra parte, 56,8 % dos que responderam ao questionário falaram que não vão a albergues e 64,1 % que nunca vão a abrigos, de acordo com os motivos apresentados mais abaixo. De fato, através do cadastro, soube-se que os abrigos improvisados em logradouros da cidade são os mais recorrentes para o pernoite (pelo menos durante as estações quentes do ano, quando foi feita esta pesquisa), ultrapassando a metade das freqüências (55 %) da totalidade do universo cadastrado.

Dentre os serviços/locais de uso diurno, a Casa de Convivência é buscada com freqüência por 47,4 % dos entrevistados, enquanto 48,2 % não fazem uso dela. De 3,7 a 4,5 % dos entrevistados (entre 14 e 17 indivíduos) não responderam a essa pergunta.

TABELA 63 – Serviços usados com mais freqüência

<i>Serviços</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Igreja / Terreiro / Centro Espírita	163	42,7	205	53,7	14	3,7	382	100
Abrigos	123	32,2	245	64,1	14	3,7	382	100
Albergues	150	39,3	217	56,8	15	3,9	382	100
Casa de Convivência	181	47,4	184	48,2	17	4,5	382	100
Restaurante Popular	179	46,9	188	49,2	15	3,9	382	100
Sopão da Getúlio (Ramiro D'Ávila)	116	30,4	252	66,0	14	3,7	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.1.3.3 Principais motivos para não usar albergues/abrigos com freqüência:

Dentre os 382 indivíduos da amostragem, os 214 que disseram não usar albergues ou abrigos com freqüência justificaram por respostas não direcionadas, mas que puderam ser agrupadas nos motivos apresentados na tabela mais abaixo:

- as regras e normas internas da instituição, assim como o sentimento de aprisionamento que ela gera no acolhido aparecem como principal justificativa em 37,8% dos casos.

- a possibilidade de acesso e preferência a outros locais para dormir (como hotéis e mesmo a rua ou casa) está em segundo lugar, com 18,6% das ocorrências;

- a dificuldade de conviver com os demais freqüentadores, julgados sujos, doentes, violentos, desagradáveis consta como terceira justificativa (11,2%);

- a forma de tratamento dos responsáveis pelo acolhimento, associada à hostilidade interna (que nesse caso, pode englobar também o meio social dos freqüentadores), aparece como quarto motivo de recusa (8,4%);

- o limite de vagas é apontado por 8,0% dos entrevistados, ocupando a quinta posição dentre as justificativas;

- um percentual 5,1% afirmam desconhecer esses equipamentos;

- outros motivos, menos recorrentes, aparecem com 4,4% de incidência;

- dentre a totalidade, 3,7% dos entrevistados alegaram que freqüentar esses serviços acarretaria em algum tipo de prejuízo a sua atividade de renda, seja por ser inconciliável em termos do tempo, seja pelas limitações do local para a guarda do instrumento e/ou do animal de estimação.

Finalmente, 2,8% da amostragem não responderam.

A seguir, a tabela com os dados:

TABELA 64 – Principais motivos de não usar albergues/abrigos com freqüência

<i>Principal motivo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Regras, normas internas da instituição e sentimento de aprisionamento	81	37,8
A possibilidade de acesso e preferência a outros locais para dormir	40	18,6
A dificuldade de conviver com os demais freqüentadores, julgados sujos, doentes, violentos, desagradáveis	24	11,2
Forma de tratamento pelos administradores/hostilidade interna (Vítima de racismo, maus tratos/violência, arrogância dos administradores, os funcionários são sujos, já sabe o que eles tem para falar...)	18	8,4
Dificuldade em conseguir vagas	17	8,0
Desconhecimento dos equipamentos	11	5,1
Freqüentar estes serviços acarretaria em algum tipo de prejuízo a sua atividade de renda ou limitação do local para guardar o instrumento de trabalho ou acolher o animal de estimação	8	3,7
Outro	9	4,4
NR	6	2,8
Total	214	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.2. Relações de Trabalho e Renda

3.2.1 Qualificação profissional

De maneira geral a população adulta em situação de rua desempenha atividades que podem ser caracterizadas como ocupação socialmente legitimadas, na rua. A população se auto-representa afirmativamente em relação a identificação com uma profissão, sendo 81,% os que afirmam possuírem profissão. Fica mais complexa a referência da profissão entre os que dizem saber exercer. Foram declaradas 69 profissões pelos entrevistados. A maioria refere-se a atividades de baixa qualificação, atividades predominantemente exercidas com o esforço físico, como na construção civil, operadores de máquina e domésticos ou faxineiros.

TABELA 65 – Principais Profissões declaradas pelos entrevistados

<i>Profissões</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Carpinteiro/Serralheiro/Marceneiro/Pedreiro/Azulegista/Hidráulico/Eletricista	63	20,3
Doméstica/Faxineira/Babá	25	8,1
Pintor/Auxiliar de pintura	17	5,5
Serviços Gerais	16	5,2
Cozinheiro/Padeiro/Confeiteiro	15	4,8
Motorista	11	3,5
Artesão	10	3,2
Comércio - Vendedor/balconista/comerciante/comerciário	10	3,1
Segurança/Guarda/Vigilante	9	2,9
Gari	7	2,3
Garçom	7	2,3
Mecânica/Chapeação/Pintura	6	2,0
Operador de máquinas pesadas (tratores, guindastes)	6	2,0
Carregador e descarregador / Estivador	6	1,9
Lava/Guarda carro	5	1,6
Manicure/pedicure/cabeleireira	5	1,6
Papeleiro/carroceiro	5	1,6
Dona de casa	5	1,6
Técnico/auxiliar em contabilidade/administração/escritório	5	1,6
Entregador/divulgador	4	1,3
Auxiliar geral / de depósito	5	1,6
Desenhista/Gráfico	3	1,1
Soldador	3	1,1
Auxiliar/técnico em enfermagem	3	1,1
Ferreiro, armador	3	1,1
Jardineiro	3	1,1
Torneiro mecânico / metalúrgico	3	1,1
Calçadista / sapateiro	3	1,1
Outras	39	11,7
NR	8	2,6
Total	310	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

As profissões mais representativas referem-se a atividades vinculadas à construção civil, à vida doméstica e a serviços em geral. O exercício da profissão faz parte da história ou das lembranças para a maioria que declarou estar ou ter sido profissionalizado. Cerca de um quinto (19,7%) estão exercendo a atividade coerente com sua qualificação profissional

Os cerca de 80% que não exercem a profissão declararam motivos variados, destacando-se a falta de emprego no ramo, a falta de documentos, doenças, a discriminação social, não ter endereço fixo e a idade. Esses argumentos são apresentados por 71,7% dos que declaram ter profissão. Os demais se distribuem entre 35 outras razões, desde falta de ferramentas ou equipamentos, problemas de saúde, falta de dinheiro para passagem, problemas emocionais, etc.

TABELA 66 – Motivos pelos quais não estão exercendo profissão

<i>Motivos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não acha trabalho por falta de empregos no ramo	57	23,4
Não tem documentos	33	13,5
Está/ficou doente e não pode mais trabalhar	28	11,4
É discriminado em função de estar em situação de rua (não tem roupa adequada, carrega suas coisas consigo)	25	10,2
Não tem endereço fixo	16	6,5
Por causa da idade	16	6,6
Falta ferramentas / material / aparelhos / licenças	11	4,4
Drogas/Alcoolismo	7	3,5
Encaminhando aposentadoria / Aposentado	5	2,0
Falta de oportunidade / Desemprego	5	2,0
Outros motivos	41	16,5
Total	244	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

A prática de atividades profissionais com vínculo formal, através de Carteira Assinada foi exercida por quase dois terços (62,3%) e cerca de um terço nunca teve este tipo de vínculo.

TABELA 67 – Trabalhou ou está trabalhando com carteira assinada

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, atualmente trabalho com carteira assinada	19	5,0
Sim, já trabalhei	219	57,3
Nunca trabalhei com carteira assinada	123	32,2
NR	21	5,5
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Essa experiência, porém, foi relativamente curta. 47,5% dos que tiveram o documento assinado não foi por mais de três anos. 18,1% tiveram mais de 10 anos de Carteira assinada.

3.2.2 Renda e Fonte

A renda resultante de atividades, descritas abaixo, foi mensurada através da declaração sobre o que cada um ganha por semana ou por mês. Feita a conversão em salário mínimo mensal, apresentou-se o seguinte quadro.

Cerca de um terço (29,1%) tem ganho mensal de até meio Salário Mínimo. Metade da população estudada auferir renda entre meio SM e um e meio SM (26,6% e 23,9% respectivamente). Alguns, como revela a tabela, auferem renda superior a três SM. São relativamente poucos os que não possuem nenhuma renda. Considerando o bolsa família como referência, constata-se que a maioria da população desse universo possuem renda superior à que serve de referência ao bolsa família, pois trata-se neste caso de renda individual, não familiar.

Tabela 68 – Rendimento mensal em Salários Mínimos (SM)

<i>Rendimento mensal*</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até 1/2 SM (<i>Até R\$ 190,00</i>)	84	29,1
De mais de 1/2 a 01SM (<i>De R\$ 191,00 a R\$380,00</i>)	77	26,6
De mais de 01 a 1 1/2 SM (<i>De R\$ 381,00 a R\$570,00</i>)	69	23,9
De mais de 1 1/2 a 02 SM (<i>De R\$ 571,00 a R\$ 760,00</i>)	22	7,6
De mais de 02 a 03 SM (<i>De R\$ 761,00 a R\$ 860,00</i>)	15	5,2
De mais de 03 a 04 SM (<i>De R\$861,00 a R\$ 1.520,00</i>)	14	4,8
Mais de 04 SM (<i>Mais de R\$ 1520,00</i>)	8	2,8
Total**	289	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

*Salário Mínimo considerado de R\$ 380,00 em vigor no Brasil, na data da aplicação dos questionários.

** Totalização com base nas respostas válidas, excluídos os que Não Souberam ou Não Responderam 24,3%

As atividades exercidas para sobrevivência tendem a concentrar-se em atividades autônomas e de pouca estabilidade, como catação de materiais recicláveis (22,9%), guardar e lavar carros (12,3%) e pedir (15%). Em segunda opção, foram repetidas com maior representatividade as mesmas atividades.

TABELA 69 – Principal atividade de sobrevivência (1º e 2º lugar) Cadastro

<i>Atividade</i>	<i>1º lugar</i>		<i>2º lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Catador de materiais recicláveis	276	22,9	85	7,1
Pede / achaca	181	15,0	75	6,2
Lava / guarda carros / flanelinha	148	12,3	57	4,7
Reciclagem	96	8,0	39	3,2
Vendedor (doces, frutas, amendoim, flores, jornais)	75	6,2	19	1,6
Construção Civil / Pedreiro / Pintor	54	4,5	32	2,7
Limpeza / Faxina	30	2,5	27	2,2
Carga e descarga	21	1,7	16	1,3
Aposentado/Pensionista	18	1,5	2	0,2
Artesanato	16	1,3	7	0,6
Faz programas / prostituição	14	1,2	6	0,5
Bico / Biscate	14	1,2	16	1,3
Outros	137	11,5	59	5,2
Faz sempre a atividade do 1º lugar	---	---	671	55,8
Nada	37	3,1	4	0,3
NR	86	7,1	86	7,1
Total	1203	100	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Além da renda monetária oriunda de atividades exercidas cotidianamente, um percentual relativamente pequeno recebe benefícios de assistência social. O Bolsa Família é usufruído por 3,4% e 2,1% recebem seguro desemprego. O maior percentual é de aposentados ou pensionistas, 7,6%.

TABELA 45 – Recebimento de benefícios

<i>Benefícios</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Pensão / Aposentadoria	29	7,6	353	92,4	382	100
Seguro desemprego	8	2,1	374	97,9	382	100
Bolsa Família	13	3,4	369	96,6	382	100
BCP (Benefício de Prestação Continuada)	3	0,8	379	99,2	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.3. Saúde

O processo saúde e doença entrecruza variáveis de ordens diferentes de realidade: a ordem biológica e a ordem social. Ao contrário dos radicais defensores do modelo biomédico, aquele que entende a doença como simples resultado de manifestações de origem biológica, entendemos que a percepção da doença e a leitura da diversidade de sintomas de sua manifestação e diagnóstico são elementos que fundem dimensões sociais, psicológicas e comportamentais. Ao falar sobre saúde e doença não estamos falando apenas de corpos biológicos, mas de homens que vivem em redes de significados culturais que permitem a elaboração arbitrária de sentidos sobre alterações no corpo e dimensões do espírito. Na medida em que noções de saúde e doença não são simples produtos individuais, mas configuradas por redes de significados culturais, o debate sobre a relação entre saúde e doença permite iluminar certas nuances acerca dos processos sociais que recortam a vida de populações ou determinados grupos sociais.

No caso dessa pesquisa, são importantes fios condutores para se discutir o modo de inserção social da população adulta em situação de rua, assim como a forma de auto-percepção dessa população quanto aos processos de adoecimento e vulnerabilidade que perpassam a sua vida cotidiana. Sabemos que saúde não pode ser simplesmente entendida como não-doença. A saúde é a existência de um digno nível de vida e o desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade, dado através de políticas sociais e econômicas. Conforme o artigo 196 da Constituição Federal de 1988:

"A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Desta forma, a saúde não é pertinente somente a um saber constituído como especializado em doença – a medicina – mas ao conjunto de nossas relações sociais e políticas; a resolução dos problemas de saúde, portanto, vai muito além da formação de uma sociedade “medicalizada” (ILLICH, 1975). De outro lado, o processo do adoecimento não pode ser entendido, simplesmente, como um percurso linear que objetivamente corresponde um conjunto de sintomas com a produção de um diagnóstico. Isso seria esquecer a construção social da doença,

constituição que se realiza no interjogo entre os agentes e suas condições de existência e conjunto de seus relacionamentos sociais.

Para os dados levantados nesta pesquisa, essas observações importam para se destacar que, mais do que uma objetivação da doença, o nosso foco é na construção existencial dos sujeitos pesquisados e de sua leitura sobre determinados processos corporais. Diferentemente de uma construção de uma atribuição externa da doença – como pertinente à prática do diagnóstico – tratou-se aqui de investigar as percepções das pessoas estudadas acerca de perturbações físico-morais que, em nossa cultura, convencionamos chamar de “doença”, por influência do modelo biomédico (DUARTE, 1986).

Ao interrogarmos sobre a percepção da “doença”, estamos admitindo a importância do modelo biomédico na estruturação da leitura cultural das perturbações físico-morais, não rompendo, portanto, com essa forma de classificação social hegemonicamente utilizada. No entanto, atentamos para a necessidade de um tratamento crítico acerca das categorias utilizadas e suas apropriações, assim como também para as intrínsecas reduções de outras construções possíveis da relação saúde e doença que certas categorizações propostas no questionário não permitem esboçar. Em algumas questões, conjugamos a expressão “doença” com “problemas”, de forma a tentar pluralizar a coleta de perturbações diversas que pudessem interferir na percepção de bem-estar dos entrevistados. A idéia é trabalhar com uma concepção ampla de saúde que ligue esse elemento à totalidade das pessoas e suas formas de existência, não reduzindo as perturbações físico-morais à conceituação médica, embora levando em conta sua influência na configuração dos processos físico-morais.

3.3.1. Doenças e/ou Problemas que os Entrevistados Possuem

Uma das questões mais completas no que se refere à percepção de doença e/ou problemas que o entrevistado possui foi realizada no cadastro da pesquisa, sendo respondida pela totalidade dos sujeitos participantes do estudo. Com um enunciado simples: “Agora vou listar algumas doenças ou problemas de saúde, me diga, por favor, se tem ou não”, todos os adultos em situação de rua participantes da pesquisa foram interrogados acerca da presença de um conjunto de problemas e/ou doenças, tendo sido possível acrescentar outras de acordo com as respostas dadas pelos entrevistados.

As respostas demonstraram que, entre as doenças e/ou problemas encontrados, os dois primeiros são a “dependência química/álcool” e as doenças/problemas “nos dentes”, ambos com o mesmo percentual de 40,1%. Em seguida temos as “dores no corpo”, com 37,2%, expressão de

problemas difusos e não-diagnosticados, mas que, não obstante, estão presentes em grande incidência nessa população. Esses elementos pertinentes às dores difusas podem demonstrar dificuldade de acesso ao tratamento especializado de saúde e/ou complicações no reconhecimento das sensações corporais através de classificações médicas especializadas, provavelmente evocadas pela permanência de problemas de saúde não-assistidos.

Essa hipótese ganha peso quando analisamos outras questões presentes no questionário. No que se refere aos elementos mais citados, “dependência química/álcool” e o problema/doença “nos dentes”, temos que, quando analisamos as respostas à questão: “Quando fez a última visita ao dentista?”, apenas 23% dos entrevistados afirmaram ter visitado o dentista no período de até 12 meses atrás. O percentual de 30,9% das pessoas pesquisadas destacaram ter visitado o dentista há mais de 5 anos e 28,8% disse ter visitado o dentista no período compreendido entre 1 e 5 anos atrás. Quase 15% dos entrevistados – especificamente 14,4% - afirmou nunca ter ido ao dentista, o que mostra grande falta de assistência nesse aspecto da saúde e tornando compreensível o alto percentual de pessoas que colocou a doença/problema “nos dentes” como a principal queixa de saúde. Vejamos a tabela abaixo sobre os dados anteriormente destacados:

TABELA 70 - Última visita ao dentista

<i>Última visita</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Há um mês	38	9,9
De 01 a 06 meses	39	10,2
De 06 a 12 meses	11	2,9
De 01 ano a 05 anos	110	28,8
Mais de 05 anos	118	30,9
Nunca fez	55	14,4
NR	11	2,9
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

O mesmo acontece quando verificamos a presença de tratamento para álcool e drogas, em que encontramos o alto percentual de 57,6% de pessoas dizendo nunca ter realizado nenhum tratamento do tipo, sendo que apenas 14,4% disseram ter feito e concluído o tratamento e 13,9% assinalaram ter iniciado o tratamento, mas não finalizado. Nessa questão, 9,7% dos entrevistados disseram jamais ter usado drogas e/ou álcool, não lhes sendo pertinente esse tipo de tratamento de saúde; 4,5% dos estudados não responderam a questão. A tabela abaixo explicita tais informações:

TABELA 71 – Tratamento para parar com o uso de álcool e/ou drogas

<i>Tratamento</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, mas não terminei	53	13,9
Sim, conclui o tratamento	55	14,4
Não fiz	220	57,6
Nunca usei álcool/drogas	37	9,7
NR	17	4,5
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Esses dados contribuem para compreender a fraca relação da população adulta em situação de rua com tratamentos médicos de saúde e/ou a dificuldade de diagnóstico ou mesmo finalização de tratamento médico. Assim também contribuem os dados a respeito da tuberculose. Embora apenas 5,7% da população estudada salientou ter tuberculose - o que pode ser explicado por uma percepção de doença apenas em seu estado ativo – 5,2% do total dos pesquisados disseram ter feito tratamento para tuberculose e não finalizado, enquanto 12,6% disse ter feito e finalizado o tratamento. O grande percentual de 78,8% dos entrevistados salientou jamais ter feito tratamento para tuberculose. Como estamos trabalhando com a auto-percepção da doença, nos limites desse estudo é impossível dizer se a ausência de tratamento relaciona-se com a ausência efetiva de diagnóstico da doença, falta de tratamento em si ou dificuldades de permanência em tratamento de saúde (o que requer consultas regulares, respeito aos horários de medicação, etc). Todavia, trata-se de um dado importante para ser avaliado por estudos mais específicos sobre o tema. Vejamos a tabela sobre o tratamento à tuberculose:

TABELA 72 – Tratamento para tuberculose

<i>Tratamento</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, mas não terminei	20	5,2
Sim, conclui o tratamento	48	12,6
Não fiz	301	78,8
NR	13	3,4
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Com grande incidência como uma doença/problema de saúde também aparece a categoria que engloba “doença mental/psiquiátrica/psicológica/depressão/dos nervos/da cabeça”, citada por 30,7% das pessoas entrevistadas. Essa categoria deve ser analisada com cuidado, uma vez que, tal como as demais categorias citadas, não corresponde a uma descrição objetiva de doença, que deve ser constituída somente a partir de um diagnóstico médico preciso. O dado coletado expressa, ao contrário, alguns sinais de insatisfação dos sujeitos, aos quais são atribuídos sintomas de doenças. Mesmo assim, são expressões relevantes de sofrimento das pessoas estudadas e elementos importantes para se entender a dimensão subjetiva da construção de um problema/doença particular, constituído a partir da totalidade de suas experiências sociais.

Nesse caso, podemos tentar relacionar um estilo de vida complexo e, muitas vezes, marcado por instabilidade, vulnerabilidade e provisoriedade, com a percepção de perturbações psíquicas, psicológicas, emocionais e/ou morais, as quais desafiam uma noção de saúde como pleno desenvolvimento dos indivíduos e de seu bem-estar. Dessa forma, o sofrimento psíquico, as possíveis queixas de depressão, ansiedade, angústia, ataques e agitação e o amplo leque de possibilidades de exploração dessa percepção de sofrimento devem ser relacionados às limitações socioestruturais do contexto de vida das pessoas estudadas. Isto porque não é possível esquecer que esse tipo de sofrimento, o qual articula sensações diversas singularizadas na percepção de “problemas na cabeça”, “dos nervos”, “psicológicos” ou “psíquicos”, são vias de expressão culturalmente aceitas das preocupações diárias e sofrimentos cotidianos, corporificando a adversidade e a desordem (DUARTE, 1986 E FINKLER, 1989).

Vejamos a tabela abaixo, com todos os dados acerca das doenças/problemas de saúde destacados pelos entrevistados:

TABELA 73 – Doenças e/ou problemas que o entrevistado possui

Doenças/problemas	Tem		Não tem		NS		NR		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Doenças de pele	175	14,5	926	77,0	5	0,4	97	8,1	1203	100
DST	112	9,3	985	81,9	7	0,6	99	8,2	1203	100
HIV / AIDS	137	11,4	953	79,2	11	0,9	102	8,5	1203	100
Doença mental / Psiquiátrica / Psicológica / Depressão / Dos nervos / Da cabeça	369	30,7	731	60,8	3	0,2	100	8,3	1203	100
Dependência química / Álcool	482	40,1	615	51,2	2	0,2	103	8,6	1203	100
Doenças respiratórias / Asma	239	19,9	855	71,1	4	0,3	105	8,7	1203	100
Tuberculose	68	5,7	1020	84,8	12	1,0	103	8,6	1203	100
Diabetes	52	4,3	1033	85,9	12	1,0	106	8,8	1203	100
Hepatite	81	6,7	1003	83,4	11	0,9	108	9,0	1203	100
Doença cardíaca	113	9,4	973	80,9	10	0,8	107	8,9	1203	100
Dores no corpo	447	37,2	644	53,5	4	0,3	108	9,0	1203	100
Pressão alta	252	20,9	843	70,1	8	0,7	100	8,3	1203	100
Nos dentes	483	40,1	617	51,3	2	0,2	101	8,4	1203	100
Deficiência física	138	11,5	953	79,2	2	0,2	110	9,1	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Especificando o dado acima colocado, realizamos um cruzamento entre as respostas positivas às doenças ou problemas de saúde com o sexo e a faixa etária. Através desse cruzamento é possível perceber que, no que diz respeito à variável gênero, as mulheres têm, em praticamente todos os problemas de saúde – a única exceção são as doenças cardíacas -, um percentual maior do que os homens de percepção da existência dos problemas na faixa etária dos 18 aos 24 anos. É possível sugerir que elas desenvolvem ou percebem tais problemas mais cedo do que as pessoas do sexo masculino.

No que diz respeito às especificidades das doenças por gênero e faixa etária, temos que, para os homens, a tuberculose é vivenciada mais tardiamente na vida dessas pessoas, com apenas 31% da população masculina de 18 a 34 anos dizendo estar com esse problema de saúde, percentual que sobe para 69% para todos aqueles acima de 35 anos. O pico da percepção da tuberculose, no grupo de homens, é exatamente dos 45 aos 59 anos, que compreendeu 32,8% de respostas positivas quanto à doença.

No mesmo sentido, a diabetes é salientada como existindo em 42,1% daqueles entre 18 e 34 anos e em 57,9% para aqueles com mais de 35 anos, tendo o pico de 38% das percepções positivas quanto a esse problema para a faixa etária dos 45 aos 59 anos. Inversamente, a presença do HIV é acentuada de forma significativa pela população mais jovem, sendo que 55,4% daqueles que salientaram portar o HIV encontram-se na faixa etária dos 18 aos 34 anos,

percentual que sobe para 91,3% se considerarmos a faixa dos 18 aos 45 anos. O mesmo acontece com as DSTs, percebidas como existentes em 53,9% da população masculina na faixa etária dos 18 aos 34 anos, daqueles disseram ter esse problema de saúde, percentual que sobe para 86,5% se consideramos a faixa etária dos 18 aos 45 anos dos que disseram ter essas doenças.

Já no que diz respeito à população feminina que disse ter algum problema de saúde, temos algumas tendências semelhantes ao público masculino, as quais podem ser associadas com as características das próprias doenças. Assim como para os homens, as DST's e a presença do HIV é destacada com maior incidência para a faixa etária dos 18 aos 34 anos. O percentual de 69,5% das mulheres que disseram ter DSTs concentra-se nessa faixa, subindo para 95,6% se considerarmos a faixa etária dos 18 aos 45 anos. O mesmo acontece com o HIV que, entre aquelas que se disseram portadoras do vírus, foi referido por 66,7% das mulheres na faixa etária dos 18 aos 34 anos, percentual que se eleva para 95,6% se ampliarmos a faixa etária para os 18 aos 45 anos.

TABELA 74 – Sexo, faixa etária e respostas positivas à doenças ou problemas de saúde (%)

Sexo	Faixa Etária	Doenças/Problemas de saúde													
		Doenças de pele	DST	HIV/AIDS	Doença mental / Psiquiátrica / Psicológica / Depressão	Dependência química / Alcool	Doenças respiratórias / Asma	Tuberculose	Diabetes	Hepatite	Doença cardíaca	Dores no corpo	Pressão alta	Nos dentes	Deficiência física
Masculino	De 18 a 24 anos	15,9	15,7	14,1	16,7	16,3	22,9	3,4	13,2	9,2	13,8	14,3	10,4	16,8	5,5
	De 25 a 34 anos	32,6	38,2	41,3	32,2	34,7	30,1	27,6	28,9	33,8	32,2	35,6	30,8	33,5	26,4
	De 35 a 44 anos	19,6	32,6	35,9	23,9	25,9	18,1	29,3	15,8	24,6	20,7	21,3	22,0	22,9	20,0
	De 45 a 59 anos	29,0	13,5	7,6	23,9	21,4	24,1	32,8	36,8	32,3	27,6	24,8	31,9	23,5	42,7
	60 anos ou mais	2,2	---	1,1	2,7	1,2	4,2	6,9	5,3	---	4,6	3,5	3,8	2,8	3,6
	NS/NR	0,7	---	---	0,8	0,5	0,6	---	---	---	1,1	0,6	1,1	0,5	1,8
	Total Masculino	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Feminino	De 18 a 24 anos	35,1	30,4	35,6	24,8	30,2	38,4	20,0	21,4	25,0	11,5	27,9	31,4	31,6	21,4
	De 25 a 34 anos	10,8	39,1	31,1	21,0	30,2	17,8	20,0	14,3	18,8	11,5	23,1	18,6	21,1	21,4
	De 35 a 44 anos	29,7	26,1	28,9	24,8	24,5	24,7	50,0	21,4	37,5	26,9	26,0	20,0	25,3	25,0
	De 45 a 59 anos	16,2	4,4	4,4	21,0	13,2	12,3	10,0	35,7	---	30,8	17,3	20,0	17,9	25,0
	60 anos ou mais	8,1	---	---	6,7	1,9	6,8	---	7,1	18,8	15,4	4,8	8,6	3,2	7,1
	NS/NR	---	---	---	1,9	---	---	---	---	---	3,8	1,0	1,4	1,1	---
	Total Feminino	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Inversamente, a doença cardíaca aparece pouco na faixa etária dos 18 aos 34 anos; para aquelas que disseram ter esse problema de saúde, apenas 23% referem sua presença na faixa etária dos 18 anos aos 34 anos, o que muda para 73,1% se considerarmos o grupo acima dos 35 anos. O pico de percepção das doenças cardíacas, para aquelas que disseram portar esse problema, é dos 45 aos 59 anos. A diabetes é também referida como mais presente nas mulheres mais velhas, com pico de incidência dos 45 aos 59 anos, responsável por 35,7% das percepções daquelas que disseram portar esse problema de saúde. Esse problema é referido por apenas 35,7% das mulheres entre 18 e 34 anos, subindo para 64,2% para as mulheres acima dos 35 anos.

3.3.2. Produtos que os Entrevistados Utilizam

As observações acerca da forma de leitura dos dados, colocadas no item anterior, são importantes porque permitem, de um lado, não objetivar um diagnóstico sem as ferramentas necessárias para tanto e, de outro, manter-se aberto para entender novas nuances dos problemas e doenças ressaltados a partir do relacionamento desses dados com outras informações trazidas pela pesquisa. Apesar de que, como vimos, a categoria “dependência química/álcool” ter sido, juntamente com problema/doença “nos dentes”, a mais citada como problema/doença, abarcando 40,1% de respostas, quando os entrevistados foram interrogados acerca do tipo de produtos que consumiam, apenas 22,9% disse utilizar bebida alcoólica todos os dias, sendo este o segundo item mais citado entre todos os produtos pesquisados, perdendo apenas para o cigarro (56,2%). 31,1% dos entrevistados disse utilizar álcool de vez em quando e mais de um terço dos entrevistados - 39,1% - disse não utilizar esse produto.

Heroína, álcool medicinal, cocaína e loló são os produtos que as pessoas pesquisadas disseram menos consumir, sendo que o percentual dos que não usam tais produtos ultrapassa 80% em todos esses casos. Há que se levar em conta o alto custo da cocaína e heroína como constrangedores para o uso no grupo pesquisado. Maconha e craque tiveram o percentual do não-uso na faixa de 60% a 70% das pessoas, o que pode ser considerado alto, se compararmos a visibilidade que a questão do uso de produtos alcança na configuração dos elementos discursivos definidores da imagem dessa população para a maior parte dos domiciliados e até mesmo para algumas pessoas em situação de rua.

Deve-se considerar, entretanto, as especificidades metodológicas da pesquisa, que trabalhou com o cadastro e questionário estruturado de questões, não possibilitando a criação do

estabelecimento de uma relação de confiança durável entre pesquisador e pesquisado, o que pode ter constrangido as respostas nesse quesito. Mesmo assim, 15% do grupo pesquisado disse utilizar a maconha todos os dias e 11,1% destacou fazer uso de craque cotidianamente, o que pode causar alterações no comportamento de forma contínua, na vida dessas pessoas. A tabela abaixo contribui na visibilidade dos dados levantados:

TABELA 75 – Substâncias que o entrevistado consome

<i>Produtos</i>	<i>Todos os dias</i>		<i>De vez em quando</i>		<i>Não usa</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Cigarro	676	56,2	139	11,6	294	24,4	94	7,8	1203	100
Bebida alcoólica (cachaça, cerveja, uísque)	276	22,9	374	31,1	470	39,1	83	6,9	1203	100
Loló (benzina, gasolina, solvente, cola de sapateiro)	67	5,6	65	5,4	980	81,5	91	7,6	1203	100
Maconha (verde, pau podre, beck, baseado)	181	15,0	196	16,3	737	61,3	89	7,4	1203	100
Craque (pedra, brita, diaba...)	133	11,1	147	12,2	834	69,3	89	7,4	1203	100
Cocaína (pó)	17	1,4	73	6,1	1020	84,8	93	7,7	1203	100
Heroína	4	0,3	11	0,9	1096	91,1	92	7,6	1203	100
Álcool medicinal	5	0,4	20	1,7	1076	89,4	102	8,5	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

No que diz respeito às especificações por gênero e faixa etária do consumo de substâncias, para aqueles que disseram se utilizar destes, temos que, entre a população masculina, o consumo de loló e craque se concentra na faixa etária mais jovem e o consumo de álcool e do álcool medicinal se faz na faixa etária mais velha. No que se refere ao consumo de loló, temos que 81,2% dos que disseram utilizar o produto todos os dias e 87,3% dos que assinalaram utilizá-lo de vez em quando estão na faixa etária dos 18 anos aos 34 anos. Para o consumo de craque, temos que 76,7% daqueles que disseram utilizá-lo todos os dias e 72,2% daqueles que disseram utilizar-se de vez em quando estão na faixa etária dos 18 anos aos 34 anos.

Já para o consumo de bebida alcoólica e álcool medicinal acontece o inverso, há 37,7% dos que o utilizam bebida alcoólica todos os dias e 53,6% que estão na faixa etária dos 18 aos 34 anos, subindo para 53,4% para os que utilizam todos os dias e 61,6% para os que utilizam essa substância de vez em quando para homens acima de 35 anos. Quanto ao álcool medicinal, entre os que usam todos os dias, todos estão na faixa etária acima dos 35 anos, sendo utilizado de vez em quando por 66,7% dos seus usuários dessa periodicidade, na faixa etária acima de 35 anos.

No que se refere às mulheres, há maior consumo de loló e maconha mais recorrente na faixa dos 18 aos 24 anos, com 94,8% do consumo diário concentrando-se nessa faixa etária e 80% do consumo daquelas que utilizam às vezes. No que se refere à maconha, o percentual daquelas que usam diariamente é de 78,9% na faixa etária dos 18 aos 24 anos e 84% de uso de vez em quando. A bebida alcoólica é utilizada mais tardiamente, sendo que 75% daquelas que utilizam o produto todos os dias e 42,9% das que utilizam esta bebida de vez em quando têm mais de 35 anos. Vejamos a tabela com essas especificações:

TABELA 76 – Sexo, faixa etária e respostas positivas ao consumo de substâncias (%)

	Substancias	Cigarro		Bebida alcoólica		Loló		Maconha		Craque		Cocaína		Heroína		Álcool medicinal		
		Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	
		Faixa etária (anos)																
Sexo Masculino	18 a 24	21,2	15,2	10,4	18,2	33,3	38,2	27,8	26,9	31,8	23,8	15,4	22,6		28,6		13,3	
	25 a 34	35,8	30,5	27,3	35,4	47,9	49,1	43,8	42,1	44,9	48,4	38,5	50,0		42,9		20,0	
	35 a 44	20,3	23,8	30,8	21,8	14,6	10,9	19,1	19,9	18,7	21,3	30,8	21,0		28,6	66,7	40,0	
	45 a 59	20,3	24,8	28,5	21,5	4,2	1,8	9,3	10,5	2,8	6,6	15,4	6,5	100		33,3	20,0	
	60 ou mais	1,7	4,8	2,3	2,8	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	6,7
	NS/NR	0,5	1,0	0,8	0,3	---	---		0,6	1,9	---	---	---	---	---	---	---	---
	Total Masculino	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Total masculino que consome	85,1	75,5	94,2	86,9	71,6	84,6	89,5	87,2	80,5	83,0	76,5	84,9	50,0	63,6	60,0	75,0	
Sexo Feminino	18 a 24	32,7	41,2		24,5	63,2	50,0	52,6	48,0	38,5	48,0	25,0	27,3	50,0	25,0	50,0	20,0	
	25 a 34	30,7	5,9	18,8	32,7	31,6	30,0	26,3	36,0	34,6	20,0	50,0	27,3	50,0	50,0	50,0	40,0	
	35 a 44	20,8	32,4	50,0	24,5		10,0	21,1	8,0	23,1	28,0	25,0	36,4	---	25,0		20,0	
	45 a 59	12,9	14,7	25,0	14,3	5,3	10,0	---	8,0	3,8	4,0	---	9,1	---	---	---	20,0	
	60 ou mais	3,0	5,9	---	4,1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	NS/NR	---	---	6,3	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	Total Feminino	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Total feminino que consome	14,9	24,5	5,8	13,1	28,4	15,4	10,5	12,8	19,5	17,0	23,5	15,1	50,0	36,4	40,0	25,0	

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.3.3. Cuidados com a Saúde

Mesmo que nas respostas às questões anteriormente citadas tenhamos algumas indicações da falta de acesso ou dificuldade de manutenção de tratamentos médicos de saúde, outros dados mostram que a primeira reação quando os entrevistados percebem-se doentes é procurar um posto de saúde, que abarcou 33,2% dos casos, seguindo-se da procura de hospital, com 29,1%. Esses dados mostram a influência do sistema biomédico como opção preferencial de tratamento. Outras maneiras de enfrentamento da situação são a utilização de recursos tradicionais para cura, com 6,9% dos casos, e a procura de instituições e/ou pessoas para assistência, categoria que abarcou 5,5% das respostas. Mesmo assim, 10,3% dos pesquisados disse utilizar-se de procedimentos de espera/cuidados paliativos, como tomar água e dormir, como atitude frente à doença. O percentual de 6,5% salientou jamais ter estado doente. Vejamos os dados agrupados por essas categorias:

TABELA 77 – Ações quando ficam doentes

<i>Grupos</i>	<i>Providência</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Grupo a:	Utiliza procedimentos ou instituições da biomedicina	258	67,6
	Procura o posto de saúde	127	33,2
	Procura hospital	111	29,1
	Toma remédio	13	3,4
	Dra Isabel/Santa Marta	2	0,5
	Pronto Socorro	2	0,5
	Farmácia	1	0,3
	SAMU	1	0,3
	Santa Casa	1	0,3
Grupo b:	Utiliza procedimentos de espera/paliativos	39	10,3
	Não faz nada / Espera passar	30	7,9
	Fica nas ruas	5	1,3
	Dorme/repousa	3	0,8
	Toma água	1	0,3
Grupo c:	Utiliza recursos de cura tradicionais	26	6,9
	Toma chá	19	5,0
	Pede a Deus	5	1,3
	Passa babosa	1	0,3
	Faz seus remédios	1	0,3
Grupo d:	Procura instituições ou pessoas para assistência	21	5,5
	Procura pais/irmãos	8	2,1
	Procura abrigos/albergues	4	1,0

	<i>Procura a Casa de Convivência/Ação Social de Rua</i>	3	0,8
	Procura instituição religiosa	2	0,5
	Procura parente	2	0,5
	Procura companheiros da rua	1	0,3
	Procura assistente social	1	0,3
	Outro	1	0,3
	Nunca ficou doente	25	6,5
	NR	12	3,1
	Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Mesmo o sistema biomédico sendo uma referência nas citações sobre o comportamento dos entrevistados na presença de doença, não podemos dizer que a população adulta em situação de rua seja uma população medicalizada. O maior percentual de uso de remédios foi de 15,5%, referente à pílula contraceptiva, utilizada pelas mulheres. Mesmo assim, o percentual de seu uso para o grupo de mulheres é baixo, pois 79,6% das mulheres entrevistadas disseram não estar usando esse método contraceptivo.

Os remédios mais citados, em segundo lugar, foram àqueles envolvidos na categoria “para doença mental”, com 11% das referências dos entrevistados. Caso lembremos que, na questão referente à presença de doenças/problemas de saúde, a categoria que envolvia “doença mental/psiquiátrica/psicológica/depressão/dos nervos/da cabeça” foi citada por 30,7% das pessoas entrevistadas, podemos avançar no desenvolvimento da hipótese da diferença entre objetivação de um diagnóstico sobre perturbação mental - que possibilita o uso de remédios - e a dimensão subjetiva da construção do sofrimento psíquico. Ao mesmo tempo, essa relação entre a percepção da doença/problema e o uso de remédios para seu tratamento pode estar também informando sobre a não existência de cuidados mais específicos na área de saúde mental, o que seria muito preocupante, na medida em que se trata de uma população com um estilo de vida sujeito a muitos riscos e vulnerabilidades sociais, o que pode levar a um agravamento do sofrimento descrito pelos adultos pesquisados.

Essa hipótese ganha expressão quando consideramos as demais respostas de uso de medicamentos, comparadas com a percepção da doença. Caso considerarmos a terceira categoria de remédios mais utilizada pelos adultos em situação de rua, àqueles para “pressão alta”, vemos que são utilizados pelo total de 5,2% das pessoas entrevistadas, ao passo que 20,9% das pessoas estudadas citaram a pressão alta como uma doença/problema de saúde. A mesma diferença

aparece no caso do uso de remédios para tratamento de “HIV/Aids”, que foram assinalados por apenas 3,7% das pessoas, ao passo que a presença de HIV/Aids foi citada por 11,4% da população, como uma doença/problema de saúde. A utilização de remédios para Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) foi assinalada por 2,1% das pessoas estudadas, sendo que 9,3% do total haviam citado essa doença/problema como um problema de saúde. Com relação ao uso de remédios “para o coração”, foram referidos por 1,8% dos entrevistados, sendo que a doença cardíaca foi referida como presente em 9,4% dos adultos em situação de rua. Por fim, os remédios para tuberculose apareceram assinalados por somente 1,6% das pessoas, sendo que o percentual cresce para 5,7% quando analisamos as respostas dessa doença/problema na questão sobre a existência de alterações na saúde.

Esse conjunto de dados mostra uma percepção subjetiva da doença/problema de saúde que não corresponde ao uso de remédios para sua atenção e controle, o que pode significar ausência de assistência à saúde dessas pessoas, seja por uma não procura do serviço, seja por dificuldades de vinculação ao tratamento, indisponibilidade de medicamentos ou mesmo inadequação ou ineficiência dos serviços de assistência. Vejamos a tabela abaixo, sobre o uso de medicamentos:

TABELA 78 – Remédios utilizados pelo entrevistado no momento da entrevista

<i>Remédios</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Para doença mental	42	11,0	326	85,3	14	3,7	382	100
Para o coração	7	1,8	360	94,2	15	3,9	382	100
Para pressão alta	20	5,2	347	90,8	15	3,9	382	100
Para AIDS/HIV	14	3,7	353	92,4	15	3,9	382	100
Para DST	8	2,1	359	94,0	15	3,9	382	100
Para tuberculose	6	1,6	362	94,8	14	3,7	382	100
Para não engravidar (somente para as mulheres)	16	15,5	82	79,6	5	4,9	103	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Já quando analisamos a internação hospitalar, vemos que o Hospital Pronto Socorro é o equipamento mais utilizado pelos adultos em situação de rua, na medida em que 10,7% dos entrevistados disseram ter se internado nesse hospital muitas vezes, 16,8% salientaram já tê-lo utilizado algumas vezes e 20,2% disse ter o utilizado uma vez. Esse hospital recebeu os percentuais mais altos entre os hospitais, em todas as faixas de resposta. É possível destacar sua característica de atendimento de urgência e também sua proximidade geográfica com o centro da

cidade, região de grande circulação de pessoas, como possíveis causas de destaque deste equipamento.

Em segundo lugar aparece o Posto de Saúde da Vila dos Comerciantes, chamado “Postão da Cruzeiro/PAM 3”, que caracteriza-se por atendimentos de urgência, urgência odontológica e também de saúde mental. Com relação a esse equipamento, 7,1% dos entrevistados disse tê-lo utilizado muitas vezes, enquanto 12% das pessoas estudadas disse tê-lo usado algumas vezes e 8,9% salientou ter usado apenas uma vez. O terceiro equipamento mais utilizado como foi o Hospital Conceição, localizado na zona norte da cidade e também caracterizado pelo atendimento de situações de urgência hospitalar. O Hospital Conceição aparece com 3,7% das pessoas fazendo referência de muitas internações neste hospital, 8,4% dizendo ter sido internados algumas vezes e 12,3% de referências a uma única internação.

Os hospitais menos utilizados como possibilidade de internação pelo público estudado foram o Hospital Presidente Vargas, que obteve 89% de pessoas afirmando que jamais o utilizaram, o Sanatório Partenon, que nunca foi utilizado por 88,5% das pessoas estudadas e, finalmente, o Hospital Parque Belém, com 88% das pessoas respondendo que jamais esteve internado nesse local. A tabela com a especificação dos dados encontra-se abaixo:

TABELA 79 – Hospitais em que o entrevistado já esteve internado

<i>Hospitais</i>	<i>Nunca</i>		<i>Uma vez</i>		<i>Algumas vezes</i>		<i>Muitas vezes</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
São Pedro	317	83,0	29	7,6	7	1,8	10	2,6	19	5,0	382	100
Espírita	312	81,7	31	8,1	11	2,9	8	2,1	20	5,2	382	100
Vila Nova	299	78,3	34	8,9	17	4,5	13	3,4	19	5,0	382	100
Conceição	269	70,4	47	12,3	32	8,4	14	3,7	20	5,2	382	100
Parque Belém	336	88,0	12	3,1	13	3,4	3	0,8	18	4,7	382	100
Sanatório Partenon	338	88,5	12	3,1	7	1,8	6	1,6	19	5,0	382	100
Pronto Socorro	183	47,9	77	20,2	64	16,8	41	10,7	17	4,5	382	100
Postão da Cruzeiro / PAM 3	254	66,5	34	8,9	46	12,0	27	7,1	21	5,5	382	100
Cristo Redentor	297	77,7	36	9,4	18	4,7	12	3,1	19	5,0	382	100
Clínicas	298	78,0	30	7,9	20	5,2	11	2,9	23	6,0	382	100
Fêmnia	332	86,9	12	3,1	10	2,6	8	2,1	20	5,2	382	100
Presidente Vargas	340	89,0	9	2,4	9	2,4	1	0,3	23	6,0	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

No que se refere à prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, as informações levantadas apontam que quase ¼ da população estudada não usa nenhuma forma de proteção, realidade de 19,9% dos pesquisados. O método de prevenção à gravidez e às DST's

preferencialmente usado pela população adulta em situação de rua é o preservativo, o qual abarca 57,3% das respostas dos informantes. O anticoncepcional feminino, em sua forma de pílula, injeção ou implante, foi utilizado por 6,6% da população, sendo que, destes, em 1,3% ainda foi casado com o preservativo para abarcar a prevenção as DST's. Veja-se a exposição dos dados na tabela abaixo:

TABELA 80 – Cuidado/proteção nas relações sexuais do entrevistado e seu(s) parceiro(s) para não ter filhos ou não pegar doença (DST)

<i>Cuidado/Proteção</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não usa nenhuma forma de proteção	76	19,9
Não tem relações sexuais	40	10,4
Preservativo	219	57,3
Anticoncepcional (pílula, injeção ou implante)	20	5,3
Preservativo e pílula	5	1,3
Laqueadura/ligação das trompas	3	0,8
Faz exame antes de começar a se relacionar	1	0,3
NR	18	4,7
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Quanto ao número de gestações vivenciadas pelas mulheres adultas em situação de rua, 47,1% das pesquisadas tinham tido de 1 a 3 gestações, sendo que o percentual de mulheres que assinalou ter tido de 4 até 6 gestações foi de 17,3%. O percentual de mulheres com mais de 8 gestações abarcou 6,8% das entrevistadas. A ausência de gravidez foi destacada por 9,6% das mulheres pesquisadas.

TABELA 81 – Número de gestações

<i>Quantidade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Nenhuma	10	9,6
De 01 a 03	49	47,1
De 04 a 06	18	17,3
De 08 a 15	7	6,8
NS	3	2,9
NR	17	16,3
Total	104	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

No que se refere à intercorrência de aborto para aquelas que já haviam engravidado alguma vez, notou-se que 54,2% das mulheres disseram nunca ter abortado, sendo que mais de 1/3 das entrevistadas nessa questão salientaram ter realizado aborto, resposta que compreendeu 44,2% dos casos.

Esse índice bastante alto, casado com as dificuldades de acesso e permanência em tratamentos de saúde, expostas nos itens anteriores, pode ser um complicador da situação de saúde das mulheres em situação de rua, aumentando sua vulnerabilidade nesse espaço social.

TABELA 82 – Ocorrência de aborto

<i>Aborto</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	34	44,2
Não	42	54,5
NR	1	1,3
Total	77	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.4. A Rua: Riscos, Atrativos e Cidadania

As pessoas que habitam, permanecem ou moram na “rua” desenvolvem um modo de relação e entendimento desse espaço social que em muito difere do imaginário social hegemônico que, em geral, percebe a rua somente como lugar da ameaça e de perigo. Partindo de uma perspectiva diferenciada, pode-se ver a existência de inúmeras apropriações criativas que nos conduzem à percepção da rua também como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de consecução de fins específicos ou respondem puramente a necessidades básicas de vida. Estar na rua não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um modo específico de constituir a existência, mediado por sentidos sobre a habitação e apropriação desse espaço, assim como pelas tramas de relações que a circunscrevem. O espaço da rua aparece, então, como um “lugar praticado” (DE CERTEAU, 1984): um lugar existencial e simbólico, mais do que simplesmente geometricamente instituído.

Ao mesmo tempo, não existe uma experiência homogênea e generalizável de estar em situação de rua. Inclusive, a permanência na “rua” torna-se um problema somente para aqueles que se tornam um problema visível para os domiciliados, seja através de certas marcas corporais de *incorporação* desse espaço social, seja através de práticas de *instalação e apropriação* da rua. A “rua” não pode ser, portanto, reificada como uma categoria objetiva, oposta ao que entendemos por “privado”, mas entendida a partir dos relacionamentos específicos dos agentes diversos com esse espaço existencial e simbólico. Sendo verdade que, para os domiciliados, a rua é, geralmente, percebida como local do perigo e do desvio, é também verdade que as dinâmicas variadas dos processos de habitar/inscrever-se na rua reinventam esse espaço através de experiências diárias. A descrição dos atrativos da rua, de seus riscos e desafios, assim como a percepção dos adultos em situação de rua sobre a sua existência social e o modo de relação com outros moradores domiciliados de Porto Alegre e com instituições e agentes que lhes recortam a experiência social é o tema desta seção.

3.4.1. Tempo de Rua e Motivo de Ida para a Rua

3.4.1.1. Tempo de Rua

Diversamente da população sedentária residente nas cidades, uma característica marcante de grande parte das pessoas em situação de rua de diferentes épocas e lugares é a instabilidade e transitoriedade características de seu modo de vida (STOFFELS: 1977; MOLLAT: 1978; FARGE: 1979; GEREMEK, 1980; FLORA: 1987; VIEIRA: 1992; MAGNI: 1994; SNOW & ANDERSON: 1998).

Esta pesquisa, de caráter pontual, promove o diagnóstico do momento presente na cidade de Porto Alegre, tal como se encontram essas pessoas quando foram contatadas. Diversamente de um estudo de caráter longitudinal⁶, ela não capta os fluxos de entradas e saídas, duração dos

⁶ Exemplo de estudo longitudinal foi realizado em Minneapolis por SOSIN, PILLAVIN e WESTERFELT (*apud* FIRDION e MARPSAT, 1994). Constou de uma primeira entrevista realizada em outubro de 1985 com usuários de serviços assistenciais, sendo um grupo de pessoas sem-abrigo recentes (menos de dois meses) e um grupo testemunho. Nessa ocasião, foi solicitado um nome de referência para a realização de novo contato, seis meses mais tarde, quando também foram feitas outras formas de divulgação da “recaptura”. O pagamento das entrevistas (US\$ 5,00 pela primeira e US\$ 7,00 pela segunda) também contribuiu para o re-encontro de 58 % dos sem-abrigo recentes e 59% do grupo-testemunho. A pesquisa revelou que nesse intervalo de tempo, uma alta taxa dos informantes saiu

períodos de permanência, de frequência, de retiradas ou intermitências dos indivíduos na condição de rua. É com base, portanto, nos testemunhos dos informantes, com as possíveis lacunas, esquecimentos, omissões e re-interpretações próprias do trabalho sobre a memória, da comunicação em geral e das relações entre entrevistador e entrevistado em particular, que os dados sobre o tempo de permanência na rua foram coletados.

Os dados assim obtidos mostram que mais de 1/4 (26,5 %) dessa população vive na rua há mais de uma década, o que pode ser considerado um longo prazo de tempo, enquanto, na extremidade oposta, outro 1/4 dos entrevistados (24,7 %) ingressou nesse modo de vida nesse semestre – percentual que se eleva a 35,2 % se considerarmos o transcorrer do último ano.

Entretanto, esses dados empíricos devem ser interpretados com cautela, visto que, antes de perceber como um “estado” que reúne características estáveis de uma população homogênea, a situação de rua deve ser analisada, em muitos casos, como uma circunstância, um fluxo, uma flutuação, não sendo, portanto, possível afirmar que aquela percentagem que ingressou nessa situação virá agregar-se à população já enraizada na rua.

É por isso que Robert Castel (1995) sustenta que estamos, sobretudo, diante de “processos” de “precarização” e de “vulnerabilização” – termos priorizados em detrimento de outros, como pobreza, marginalidade, exclusão, que geram a idéia enganosa de um “estado”. Nesse mesmo sentido, o autor cunhou a noção de “desfiliação”, buscando salientar que, além da insuficiência de recursos materiais, esses segmentos populacionais sofrem com o processo de individualismo crescente generalizado na sociedade (em curso desde o séc. XVIII), em que estão também em jogo a ruptura de vínculos sociais, a fragilidade relacional e o isolamento.

Mais da metade da amostragem (65,4 %) afirmou estar em situação de rua há mais de um ano, com destaque para uma média mais alta de ingressos há dois anos (7,6% em 2005), dez anos (7,1% em 1997), quinze anos (3,4 % em 1992) e vinte anos (3,1 % em 1987).

Cabe salientar que as formas de marcação, registro e controle do tempo para quem vive na rua não são necessariamente iguais aos ritmos das pessoas domiciliadas no meio urbano, e uma longa permanência naquela situação pode romper com referências temporais precisas. A ênfase em números cheios, por exemplo (dois, dez, quinze, vinte anos), mais do que uma referência precisa, pode expressar uma simplificação do tempo pretérito, embora os dados não se prestem a confirmar essa hipótese. No entanto, associado ao material empírico levantado, outras pesquisas

dessa situação, enquanto muitos outros perderam seus domicílios. Ver também SNOW & ANDERSON (1998), que enfocam a dimensão longitudinal em seu estudo etnográfico, além da obra fundadora em psicologia social sobre *O Clochard*, de Alexandre Vexliard (1957).

(VEXLIARD, 1957; STOFFELS, 1977; PAUGAM, 1991; VIEIRA, 1992; GABORIAU, 1993; SNOW e ANDERSON, 1998) mostram que quanto maior a permanência nessa condição, maior a possibilidade de ruptura com os grupos e as instituições sociais de origem (como família, escola, formação profissional, comunidade) e maior a perda de vínculos sociais e/ou substituição desses vínculos por aqueles encontrados na socioecologia da rua.

Nesse sentido, as noções de trajetória e de carreira desviante, desenvolvidas por Howard Becker (1963), permitem incorporar a perspectiva temporal na análise do sujeito estigmatizado, buscando entender os seus sucessivos deslocamentos no espaço das posições sociais. O desvio, para os interacionistas, resulta de um duplo percurso social em que interagem uma dimensão mais subjetiva (as biografias dos desviantes) e outra dimensão mais objetiva (as instituições sociais que definem o desvio); ou seja, antes de tornar-se, de fato, delinqüente, o sujeito desviante passa por várias etapas, e a permanência prolongada em situação de rua é exemplo do que demonstra Marie-Ghislaine Stoffels:

"A rua, como espaço no qual passa a viver um tipo de indivíduo socialmente estigmatizado ou psiquicamente deficiente, pode tornar-se o único espaço sócio-ecológico no qual o mesmo recompõe seu ego,...); o lugar que garante a sobrevivência, por mais dura e imperativa que seja a exigência de satisfazer suas necessidades imediatas." (STOFFELS, 1977: 150)

Considerando-se o tempo que está em situação de rua, constata-se uma distribuição bem diversificada no tempo. Percebe-se uma clara predominância dos que estão nessa condições, no intervalo entre um e dez anos, perfazendo quase metade, com maior incidência entre os de um a três anos (18,4%). Há um número significativo que já se consolidou por estarem assim vivendo a mais de 15 anos (12,5%). Igualmente se percebe-se um percentual significativo que está a menos de um anos (28,9%), o que indica mobilidade e renovação. Dentre esses 5,8% estão a menos de um mês, podendo significar situação passageira.

Os dados mostram que há um aparente *continuum* na reprodução dessa população. Há uma incidência mais alta considerando-se os últimos meses, porém de maneira geral nesse período há muita alternância e situações transitórias, não sendo possível concluir-se se há ou não tendência a aumentar. No entanto, aparentemente não se percebe ciclo involutivo.

TABELA 83 – Tempo de rua

<i>Tempo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Há 01 semana ou menos	13	3,4
De 02 semanas a menos de 01 mês	9	2,4
De 01 a 05 meses	55	14,4
Há 06 meses	17	4,5
De 06 meses a menos de 01 ano	16	4,2
De 01 a 03 anos	70	18,4
De 04 a 06 anos	51	13,4
Há 07 a 10 anos	54	14,2
Há 11 a 15 anos	26	6,9
Há 16 a 20 anos	27	7,0
De 21 a 25 anos	5	1,3
De 26 a 30 anos	11	2,9
De 31 a 50 anos	5	1,3
NS/NR	23	6
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.4.1.2. Motivo da ida para rua:

A passagem à situação de rua é ocasionada por uma complexidade de fatores inter-relacionados de forma cumulativa, muitas delas, ao longo de gerações, sendo os mais significativos deles relativos à macro-estrutura a qual o indivíduo pertence (ou da qual está “excluído”) e, portanto, dificilmente perceptíveis pelo sujeito de forma consciente e global. Ademais, a separação entre fatores originários e fatores decorrentes da vulnerabilidade do sujeito não são claramente delimitáveis, nem por ele, que vive naquela situação, nem pelo observador externo, visto que causas e efeitos da condição de rua se retroalimentam.

Apesar disso, a procura de explicações causais para a sua condição faz parte das necessidades humanas, na busca de um sentido – seja real ou mítico - para a sua existência. Por outro lado, é freqüente a demanda de explicações sobre o motivo da ida para a rua nas instituições caritativas e assistenciais como condição da concessão ou não de auxílios, de modo que a constante exposição de suas deficiências e carências configura é, ao mesmo tempo, o preço simbólico para acedê-las e o reforço do estigma progressivamente incorporado pelo sujeito. Desse modo, algumas respostas se tornam mecanicamente repetidas, além de serem redutoras dessa complexidade, embora também possam fornecer pistas para diagnosticar o universo em questão.

A grande maioria dos entrevistados (41,1 %) atribui sua situação a rupturas familiares – seja por maus tratos, desavenças, rejeições, falta de apoio, ameaças, abandono, seja por separação ou morte. Se ainda incluirmos nesse tipo de justificativa, problemas de álcool, drogas ou tráfico na família, o percentual seria acrescido de 3,2 %, chegando a um total de 44,3 % sobre o conjunto das respostas.

Contrariamente, não são as rupturas, mas sim as vinculações familiares ou afetivas que também aparecem como razões da saída de casa para um pequeno grupo de seis pessoas (1,8 % dos casos), que afirmam terem sido conduzidas, atraídas ou estarem em busca de terceiros, sejam companheiros(as), pais ou filhos.

A segunda razão mais referida para o ingresso na rua, com um total de 22,8 % de incidência, é a carência de condições materiais e financeiras, notadamente relativas ao desemprego e à busca de trabalho ou de alguma forma de renda ou auxílio (16,3 %), seguida da perda da moradia (6,5 %).

O consumo de álcool, drogas ou fumo por parte do sujeito entrevistado aparece em terceiro lugar, com 12,1 % das razões citadas, o que pode ser elevado para 15 % nos casos desse fator vir associado a problemas familiares, consumo de drogas/álcool e/ou envolvimento com o tráfico por parte da família.. Outros problemas de saúde do informante agregam 2,4 % àquela percentagem.

A opção própria e/ou tentativa de realização de algum ideal de autonomia, liberdade ou espírito de aventura relativamente a sua experiência de vida anterior ocupa o quarto posto, com 5,8 % das respostas da amostragem.

Do total, 2,9% dos entrevistados justificam a ida para a rua por ameaças ou conflitos junto à localidade onde moravam. Ainda, 1,8 % referem a saída de instituições prisionais ou o cometimento de um crime como motivo de estarem em situação de rua.

A percentagem de 4,1 % dos casos reúne justificativas diversas, com pouca reincidência (um ou dois casos de cada) e/ou com sentido vago, embora tais respostas também pudessem ser associadas à proposta de classificação apresentada acima. Dentre elas estão: a distância da casa em relação ao centro da cidade, onde permanecem; a imigração de outra cidade ou estado; o roubo de documentos; problemas relacionais, afetivos ou morais.

Com baixo percentual sobre a totalidade, 0,6 % das pessoas em situação de rua entrevistadas afirmam não morarem efetivamente na rua. Um índice de 4,5 % sobre o total não apontou respostas.

Na tabela a seguir, foram agrupadas as justificativas de acordo com a similaridade de respostas que congregavam:

TABELA 84 – Motivo de ida/caída na rua

<i>Grupos</i>	<i>Categorias</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Grupo a	Rupturas familiares	156	41,1
	Separação/decepção amorosa	40	10,5
	Maus tratos na família (fuga de situação de violência)	33	8,6
	Não tem família / não sente bem na família que tem	22	5,8
	Por causa da morte de algum familiar	20	5,2
	Problemas familiares	17	4,5
	Rejeição da família pela orientação sexual	4	1,0
	A família o abandonou	3	0,8
	Briga na família/Desavença familiar/vizinhos	9	2,4
	Ameaça do ex-marido	1	0,3
	Padrasto	1	0,3
	Por causa do companheiro	1	0,3
	Falta de apoio da família	2	0,5
	Mulher ficou em Passo Fundo, fiz exame, dei alta e fiquei	1	0,3
	Desilusão/Desgosto/Angústia	1	0,3
Saiu de casa	1	0,3	
Grupo b	Carência de condições materiais e financeiras	87	22,8
	Desemprego	41	10,7
	Veio trabalhar e não conseguiu	3	,8
	Necessidade/Problemas financeiros/Falta de oportunidade	10	2,6
	Ajudar na renda / Conseguir trabalho	1	0,3
	Para trabalhar em casa não podia	1	0,3
	Fome	1	0,3
	Para não depender financeiramente dos familiares	2	0,5
	Falta de oportunidade	1	0,3
	Porque perdeu tudo	2	0,5
	Perda da moradia	23	6,0
	Casa pegou fogo	2	0,5
Grupo c:	Álcool, drogas ou fumo (do indivíduo ou na família)	57	15,0
	Uso de drogas/Alcoolismo na família de origem	9	2,4
	Família e drogas	2	0,5
	Porque a família está envolvida com o tráfico	1	0,3
	Uso de drogas/ Alcoolismo próprio	44	11,5
	Para fumar cigarro	1	0,3
Grupo d:	Conflitos junto à localidade de origem	11	2,9
	Sofre ameaças / jurado ("pedido") na comunidade	10	2,6

	Problemas no bairro	1	0,3
Grupo e:	Vinculações familiares ou afetivas	6	1,8
	O pai trouxe e se acostumou	1	0,3
	Não lembra, está na rua desde pequeno	1	0,3
	Conheceu namorado	1	0,3
	Companheira foi para a rua	1	0,3
	Por causa das mulheres	1	0,3
	Para procurar o filho	1	0,3
Grupo f:	Opção, ideais de autonomia, liberdade ou espírito de aventura	22	5,8
	Porque gosta / opção	16	4,2
	Aventura	1	0,3
	Liberdade/Ganhar o mundo	2	0,5
	Optou	1	0,3
	Enjoou de ficar em casa	2	0,5
Grupo g:	Saída de instituições prisionais ou ato criminal.	7	1,8
	Saída de instituições prisionais (Fase, prisões)	4	1,0
	Saída do Sistema Penitenciário	2	0,5
	Crime	1	0,3
Grupo h:	Doença	9	2,4
	Porque estava doente	9	2,4
Grupo i:	Não se aplica	2	0,6
	Não mora na rua / Não está na rua	2	0,6
Grupo j:	Outros	15	4,2
	Outro	4	1,0
	Porque a casa é longe do centro	1	0,3
	Não tem dinheiro para pagar a passagem para o Mato Grosso	1	0,3
	Roubo dos documentos	2	0,6
	Inveja	1	0,3
	Discriminação	1	0,3
	Questões étnicas / conceito moral	1	0,3
	Golpe "namorada de aluguel"	1	0,3
	Levei tiros	1	0,3
	Muitas coisas	2	0,5
NS		1	0,3
NR		17	4,5
Total		382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Na tabela acima, que reúne a totalidade das respostas “abertas”, ou seja, de caráter não direcionado pelo entrevistador, fica clara a incapacidade do sujeito refletir sobre a sua condição para além de uma problemática individual. Nesse sentido, uma análise interpretativa dos dados não pode tomar como explicação socioantropológica do fenômeno do ingresso em situação de rua as motivações apresentadas pelo informante, o que incorreria em uma sociologia espontânea.

Os dados refletem, contudo, uma dimensão subjetiva importante referente à atribuição de motivos - certamente parte de uma narrativa mais abrangente - formulada pelas pessoas em situação de rua para compreensão de sua situação social.

3.4.2. A Rua: atrativos e perigos

É possível verificar uma ambigüidade importante nos dados a respeito das dinâmicas sociais referidas pelas pessoas em situação de rua, que por vezes trazem à tona os valores da aventura, ênfase na autonomia e espírito de luta das pessoas em vencer desafios e, em outras situações, destacam o sofrimento e as dores da vida na rua. Tanto os perigos de estar na rua, quanto a noção de certa liberdade e sensação de aventura são vistos como fundamentais para o entendimento do significado desse espaço para seus habitantes⁷. Esta pesquisa também percebeu essa conjugação particular entre a *correria* da vida na rua e a valorização da liberdade de estar na rua, com o sofrimento, os riscos constantes e a capacidade de seu enfrentamento. Esses elementos são pontos importantes de construção desse espaço social particular – a rua – para aqueles colocados nessa situação social específica, que chamamos de “situação de rua”.

Para tentar abarcar as relações sociais estabelecidas na rua, não simplesmente a partir de um ponto de vista negativo acerca desse espaço social, a pesquisa interrogou os entrevistados acerca dos atrativos da rua, questionando: “O que você mais gosta na rua?”. Mesmo com essa pergunta, a qual configurava uma orientação específica ao entrevistado no sentido de induzi-lo a destacar boas experiências ou atrativos desse espaço social, 23% das pessoas que responderam a pesquisa disseram que não gostavam de estar na rua. Isso significa que, quase ¼ da população não diz perceber nenhuma positividade nesse espaço social, afirmando assim um incômodo ou contrariedade em estar nessa situação social particular. Enquanto categoria de resposta, esse item

⁷ Sobre isso, ver: Costa, J. C., 2006; Gregori e Silva, 2000; Hecht, 1998; Magni, 1994; Silva e Milito, 1995 e Sheper Hughes e Hoffman, 1998.

perdeu apenas para a categoria “independência/liberdade”, que apareceu em ¼ dos entrevistados, com um percentual de 25,7%. Ressalta-se aqui que essa independência e liberdade podem estar se contrapondo a espaços sociais particulares, como o ambiente familiar ou o ambiente dos abrigos/albergues, cuja configuração de funcionamento requer certos ajustamentos individuais ao coletivo. Isto é, a categoria “independência/liberdade” não deve ser entendida como uma valorização ou postura naturalmente espontânea das pessoas em situação de rua, mas como parte de uma elaboração singular às condições sociais de existência.

Como contraponto à dependência e constrição por regras, a independência e a liberdade estão associadas à possibilidade de circulação, deslocamento e autonomia, o que requer também certa disposição para a não-fixação. Mais uma vez, destaca-se que esses elementos não podem ser lidos de forma voluntarista, como se fossem simplesmente produtos de uma vontade individual, mas são valores configurados na própria experiência social, ou seja, em relação com o campo de possibilidades sociais existentes. Enquanto valorização ou gosto específico, manifestam uma disposição social incorporada, geradora de práticas determinadas⁸. Um usuário do sistema de abrigamento para adultos em situação de rua, que participou como apoiador da pesquisa no processo de inserção em campo assinalou que jamais gostou de dormir em abrigos/albergues. No momento, diz estar utilizando-os por motivos de saúde. Mas afirma: “O que eu gosto mesmo é sentir o vento em meu rosto. Eu gosto da rua. Eu gosto de dormir na rua. Eu gosto da pedra mesmo”.

Uma atenção para a fala desse usuário de abrigo/albergue nos indica que, frente aos abrigos, a rua é extremamente atrativa pela sensação de liberdade e, certamente, pela sua incerteza, imprevisibilidade e dinamicidade, frente à fixidez e regulamentação do abrigo. Mas dificilmente a valorização da liberdade explicaria sozinha a habitação, permanência e existência nas ruas. Isto porque ao mesmo tempo em que se exalta essa experiência social, também se delimita um lugar importante de sofrimento que lhe é intrínseco: de estar deitado na pedra, de estar deitado no frio, de ter que se acordar na chuva e caminhar para não morrer de frio. Como disse um outro usuário do sistema de abrigamento, ao falar de suas experiências: “ainda bem que os moradores de rua não são muito sensíveis... Ainda bem que eles não falam dos dias em que se lembra todo molhado, com um pé de brigadiano batendo na gente e mandando a gente caminhar na chuva. E a gente caminha para não morrer de frio. Mas a gente não fala nada disso. Ainda bem. Os moradores de rua não são muito sensíveis”.

⁸ Sobre o gosto como configurado através da experiência social, ver: Bourdieu (1983).

Essas falas trazem à tona a possibilidade de que a independência e liberdade, como categorias positivas associadas à rua, possam estar relacionadas também ao enfrentamento dos desafios e da luta constante que, para muitos, define a situação de rua. A posse de poucos objetos, a já vista fragilidade dos laços familiares e a também já explicitada instabilidade e precariedade das relações de trabalho podem configurar uma experiência social marcada pela *correria* diária, expressão comumente usada pelos sujeitos entrevistados, que salienta a busca constante pela sobrevivência, a qual depende da formulação de estratégias individuais para sua obtenção, na medida em que se conta com recursos acumulados escassos. A cada dia é preciso contar consigo mesmo para se *virar*, individualmente lutando pela própria sobrevivência⁹. Nesse caso, a independência/liberdade estariam relacionadas a um contexto de vida que, na fragilidade de vinculações sociais de suporte e apoio, tende a acentuar a capacidade individual no enfrentamento das incertezas e desafios da vida na rua.

Isso não quer dizer que a experiência de rua seja uma experiência necessariamente solitária e o terceiro item mais citado, com relação ao que os entrevistados mais gostavam na rua, foi exatamente a resposta que abarca a existência de redes de companheirismo e amizade, desenvolvidas na rua. A categoria “pessoal da rua, as amizades”, alcançou 12,8% das respostas dos entrevistados, expressando que esse espaço é um lugar também de criação de relações sociais e não apenas de seu rompimento, como é freqüente no imaginário social. Destaca-se que redes de companheirismo e amizade tendem a tornar menos vulnerável a vida de indivíduos em situação de instabilidade, uma vez que se dinamizam outras formas de pertencimento social, para além da vinculação familiar e do emprego, que podem também ser importantes em situações de crise. Vejamos os dados descritos acima:

⁹ Sobre a dinâmica da *viração* para meninos e meninas em situação de rua, ver Gregori (2000). Apesar da autora estudar o universo de crianças e adolescentes, o termo também é parte do vocabulário da população adulta em situação de rua, representando uma dinâmica específica de, em situações precárias, lançar mão de alternativas e possibilidades diversas para seu enfrentamento.

TABELA 85 – Aspecto mais apreciados na rua

<i>Aspectos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
A independência/ liberdade	98	25,7
Não gosta de estar na rua	88	23
Pessoal da rua, as amizades	49	12,8
Passear, viajar, caminhar/perambular	23	6,0
Diversão, namoros e das mulheres	21	5,5
Trabalhar	18	4,7
A possibilidade de receber doações de roupas e alimentação	15	3,9
A possibilidade de usar droga/bebidas	14	3,7
Outros	39	10,2
NS	2	,5
NR	15	3,9
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Se, de um lado, temos a valorização dos amigos e companheiros da rua como elemento importante de positividade no espaço da rua, por outro lado, quando perguntamos: “O que você menos gosta na rua”, o item mais citado foi, juntamente com a categoria “violência/marginalidade/drogas”, o item: “as brigas/roubos/relações com as pessoas que estão na rua”, cada uma dessas categorias alcançando o percentual de 16,8% das citações dos entrevistados. Necessariamente, não há contradição entre as respostas, uma vez que a efetivação de laços de companheirismo e amizade podem se coadunar com uma permanente desconfiança frente aos outros usuários de serviços para população em situação de rua, ou mesmo pessoas desconhecidas que podem, potencialmente, ocupar os mesmos espaços de viadutos, calçadas e praças. Há que se lembrar da dinâmica da não-fixação e a permanente possibilidade de habitar lugares não protegidos, o que faz com que roubos e brigas possam ser freqüentes e com sérias conseqüências, tornando compreensível a preocupação com a “violência/marginalidade/drogas”, também citada como o que menos as pessoas adultas em situação de rua gostam na experiência da rua.

A vigilância da polícia apareceu em terceiro lugar, com 12% das respostas, marcando a experiência de vida nesse espaço social particular. Essa categoria liga-se com o item “a discriminação de estar na rua”, que apareceu com 10,5% das respostas dos entrevistados. Há, pelas indicações das respostas dadas pelos entrevistados, um processo de criminalização da situação de rua, seja uma criminalização *legal*, que se efetiva pelo trabalho de vigilância da

polícia, seja uma criminalização *moral* da atividade de se estar em situação de rua, expressa pela percepção de discriminação social, vivenciada pelas pessoas em situação de rua em Porto Alegre¹⁰. Essas categorias são tão negativas que causam mais insatisfação e sofrimento, na visão dos entrevistados, do que aquelas que se referem à própria condição vulnerável de vida frente às interferências do meio ambiente – frio e chuva – que receberam 8,6% das respostas. Assim também acontece com a categoria: “Falta de comida / fome / necessidades/pobreza”, que apareceu com apenas 7,1% das respostas, demonstrando que o desrespeito moral expresso na prática de discriminação social ou na suspeita constante esboçada pelo trabalho da Polícia frente a essa população sobrepõe-se, na percepção dos entrevistados, até mesmo às ameaças que colocam em risco a sobrevivência do corpo físico, como o frio, a fome e as necessidades características da situação de pobreza. Os dados da tabela abaixo são reveladores:

TABELA 86 – Aspectos menos apreciados na rua

<i>Aspectos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
As brigas / roubos /relações com as pessoas que estão na rua	64	16,8
Violência/Marginalidade/Drogas	64	16,8
A vigilância da Polícia	46	12
A discriminação de estar na rua	40	10,5
Ficar na chuva e no frio durante o inverno	33	8,6
Falta de comida / fome / necessidades/pobreza	27	7,1
Ajuntamentos/tumulto de gente, falta de sossego	13	3,4
Nada/Gosta de tudo	12	3,1
Não gosta de nada	10	2,6
Solidão/Tristeza/Sofrimento	9	2,4
Estar na rua/dormir na rua	7	1,8
Outros	31	8,1
NR	22	5,8
NS	4	1,0
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Quanto à questão sobre o principal medo na rua, a categoria com maior índice de respostas foi: “Ser morto(a)/ assassinado(a)/Dormir e não acordar”, que contemplou 21,7% das respostas, manifestando a percepção de um grande perigo em estar na rua, que coloca em risco a

¹⁰ Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2002) destaca dois aspectos importantes na discussão da cidadania: a dimensão *legal*, referente ao âmbito dos direitos formais, e a dimensão *moral*, relativa ao reconhecimento da pessoa e de sua dignidade.

própria existência pessoal e social. Outras categorias que envolvem agressão e violência, embora não tenham menção direta ao risco de vida, também foram muito citadas, tais como o medo de “Ser agredido/violência/marginalidade”, que abarcou 14,1% das respostas e o medo “Da polícia, ser agredido e preso”, que contou com 12,6% dos casos. “Ser violentado sexualmente” também pode ser considerado uma agressão; essa categoria recebeu 4% das menções na pesquisa. Todas essas categorias podem ser agrupadas no âmbito das agressões físicas; somando-as temos o alto percentual de 30,7%. Isso significa que mais da metade dos entrevistados (52,4%) temem por agressões físicas ou violência contra a própria vida. O medo generalizado – expresso na categoria “De tudo, de todos” apareceu com o pequeno percentual de 1,3%, mas expressa uma noção importante de risco que perpassa a experiência da rua para algumas pessoas que se encontram nessa situação social.

Essa categoria contrasta significativamente com a noção de destemor expressa em 21,2% das respostas dos entrevistados, os quais assinalaram a categoria: “Não tem medo de nada”, quando perguntados acerca de seu principal medo na rua. Podemos interpretar essas respostas como estando relacionadas ao já referido senso de capacidade individual acentuado, no enfrentamento das incertezas e dos desafios da vida na rua, que pode caracterizar a auto-percepção de alguns indivíduos colocados nessa situação social. Como sabemos que o universo das pessoas em situação de rua é composto prioritariamente por indivíduos do sexo masculino, também podemos relacionar tais respostas de destemor da vida na rua com a possível valoração de uma noção de masculinidade viril e guerreira. Nesse caso, poderíamos relacionar o destemor com uma representação de masculinidade viril e agonística. Não podemos descartar, também, que esse mesmo modelo de masculinidade pode ter configurado uma resposta performática no momento da entrevista. Vejamos a tabela com os dados acima referidos:

TABELA 87 – Principais medos na rua

<i>Medo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ser morto(a) / assassinado(a) / Dormir e não acordar	83	21,7
Não tem medo de nada	81	21,2
Ser agredido/violência/marginalidade	54	14,1
Da polícia, ser agredido e preso	48	12,6
Ser roubado(a) /assaltado(a)	43	11,3
Ser violentado(a) sexualmente	15	4
De tudo / De todos	5	1,3
Dos outros moradores	4	1
Discriminação, Incompreensão e Covardia	4	1
A incerteza/insegurança	3	0,8
Ser atropelado	3	0,8
Os viciados em drogas não se respeitam	3	0,8
Solidão	2	0,5
Não sair da rua/o futuro	2	0,5
Outros	19	5,0
NR	13	3,4
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.4.3. Violência

Como vimos nas questões anteriores, o receio da violência é um dos principais fatores de medo das pessoas em situação de rua. Esse temor tem absoluta relação com as experiências sociais dessas pessoas. Quando perguntados se já sofreram algum tipo de violência, 66% dos entrevistados responderam positivamente: 28,3% afirmou ter sofrido algumas vezes; 25,1% destacou ter sofrido muitas vezes e 12,6% assinalou ter sofrido uma única experiência de violência. Os dados encontram-se abaixo:

TABELA 88 –Violência sofrida

<i>Sofreu</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, uma vez	48	12,6
Sim, algumas vezes	108	28,3
Sim, muitas vezes	96	25,1
Nunca	118	30,9
NR	12	3,1
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

No que se refere aos seus agentes causadores, temos que a categoria “Brigadianos” destacou-se, compreendendo 26,6% das citações de primeiro lugar e 11,9% das citações em segundo lugar. Ou seja, a Polícia Militar é o agente causador de violência mais citado entre as pessoas em situação de rua. Segue-se a categoria “Outros grupos de rua”, que abarcou 19,8% das respostas do primeiro agente agressor e 8,3% das respostas do segundo agente agressor. A categoria “pessoas desconhecidas” apareceu em terceiro lugar como agente causador, com 15,9% das citações em primeiro lugar e 8,3% das citações em segundo lugar. Trata-se de uma categoria importante, uma vez que explicita um tipo de aleatoriedade da situação da violência vivenciada pelas pessoas em situação de rua, ou seja, representam situações de violência incidental, provavelmente acontecidas em situações de contingência da vida em situação de rua. A tabela abaixo é importante para a compreensão dos dados:

TABELA 89 – Praticantes da violência

<i>Praticante</i>	<i>1º Lugar</i>		<i>2º Lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Brigadianos	67	26,6	30	11,9
Outros grupos/moradores de rua	50	19,8	21	8,3
Pessoas desconhecidas	40	15,9	21	8,3
Familiares	21	8,3	6	2,4
Companheiro(a)	21	8,3	5	2,0
Policiais Cíveis	14	5,6	16	6,3
Moradores das casas e apartamentos	8	3,2	4	1,6
Assaltantes / Bandidos	4	1,6	3	1,2
Amigo / Ex-amigo	3	1,2	---	---
Conhecido/Colega	3	1,2	1	0,4
Motoristas carro/moto	2	0,8	---	---
Guarda Municipal	1	0,4	2	0,8
Funcionários SMAM	1	0,4	2	0,8
Funcionários FASC	1	0,4	2	,8
Seguranças Privadas (de ruas/quarteirões e de lojas)	1	0,4	3	1,2
Briga de gangue	1	,4	---	---
Vizinhos	1	,4	1	0,4
Traficantes	1	0,4	---	---
Homofóbicos	1	0,4	---	---
Jovens drogados	1	0,4	---	---
Patrão	1	0,4	---	---
Exército	---	---	1	0,4
Só ameaças	---	---	1	0,4
Só a opção 1	---	---	132	52,4
Outros	2	,8	1	0,4
NS	3	1,2	---	---
NR	4	1,6	---	---
Total	252	100	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Tanto na questão sobre o que menos gosta na rua, quanto na interrogação sobre o principal medo na rua, as categorias que envolveram a violência policial apareceram entre as principais citadas. Como vimos na tabela anterior, isso é compreensível à luz das experiências da população com relação à prática de violência policial. Outras informações constantes na pesquisa, referentes à experiência de detenção pela Polícia, corroboram tais impressões. Quando

perguntados sobre a experiência de detenção pela Polícia, mais da metade dos entrevistados – precisamente 57,8% - salientaram que sim, sendo que, destes, 37,4% já foram detidos mais de uma vez e 20,4% já foi detido ao menos uma vez. O percentual de 39,3% dos entrevistados jamais passou por essa experiência e 2,9% não respondeu.

No que se refere aos motivos da detenção, das 221 pessoas que assinalaram já terem sido detidas pela Polícia, cerca de ¼ respondeu que foi devido à “furto/roubo”, que apareceu com 24,9%. Em seguida, com o percentual de 23,1% temos as detenções que ocorreram em função da própria situação de rua, expressas na categoria “pelo fato de estar na rua”. Isto significa que quase ¼ das pessoas em situação de rua que foram detidas não dizem ter cometido nenhum crime como justificativa para a detenção, que segundo essas pessoas aconteceu simplesmente por estarem nessa situação social. O terceiro item mais citado foi “uso de álcool/drogas”, que apareceu com 17,6% das citações dos entrevistados, seguido da categoria “briga na rua”, com 10,4% das situações apresentadas pelos entrevistados. Vejamos os dados na tabela a seguir:

TABELA 90 – Motivos de detenção

<i>Motivo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Furto/Roubo	55	24,9
Pelo fato de estar na rua	51	23,1
Uso de droga/álcool	39	17,6
Briga na rua	23	10,4
Por engano	12	5,4
Tentativa de Homicídio/Homicídio	7	3,2
Violência familiar	5	2,3
Danos ao patrimônio	4	1,8
Foragido	3	1,4
Porque não pagou a pensão	3	1,4
Desacato a autoridade	2	0,9
Trabalho informal/camelô	2	0,9
Porte de arma	2	0,9
Agressão	2	0,9
Fazia sacanagem	1	0,5
Outro	6	2,7
NR	4	1,8
Total	221	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Ainda no que se refere ao sofrimento de violência, temos que, no que se refere propriamente ao sofrimento de violência sexual e/ou da obrigação compulsória do sexo, temos

que a grande maioria dos entrevistados – 81,9% - destacou que jamais passou por essas experiências. O percentual de 7,3% dos casos representa aqueles que já sofreram uma vez a violência sexual ou foram obrigados à prática sexual, enquanto 4,7% disse ter passado por essas experiências algumas vezes e 2,1% destacou ter passado muitas vezes por esse tipo de violência. A tentativa de violência sexual foi assinalada por 0,5% do grupo pesquisado. Vejamos a tabela:

TABELA 91 – Violência sexual ou prática de sexo sem vontade

<i>Violência</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Nunca	313	81,9
Sim, uma vez	28	7,3
Sim, algumas vezes	18	4,7
Sim, muitas vezes	8	2,1
Tentativa de violência sexual	2	0,5
NR	13	3,4
Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Quando especificamos o dado acerca daqueles que já sofreram violência sexual, percebemos que as mulheres estão muito mais suscetíveis a esse tipo de violência. Enquanto 90,7% dos homens jamais sofreram algum tipo de violência sexual ou foram obrigados a fazer sexo involuntariamente, este percentual baixa para 58,3% no caso das mulheres em situação de rua. Para aqueles que já sofreram, ao menos uma vez na vida, algum tipo de violência sexual ou foram obrigados a fazer sexo com alguém sem querer 17,5% eram mulheres e somente 3,6% eram homens. Para aqueles que foram obrigados a fazer sexo contra vontade ou sofreram violência sexual algumas vezes 12,6% eram do sexo feminino e apenas 1,8% do sexo masculino. A diferença entre os sexos diminui para aqueles que fizeram sexo contra a vontade ou sofreram violência sexual muitas vezes, em que 3,9% eram do sexo feminino e 1,4% do sexo masculino.

TABELA 92 – Sexo e violência sexual ou prática de sexo sem vontade

<i>Sexo</i>	<i>Sofreu violência sexual ou já foi obrigado a fazer sexo com alguém sem querer</i>													
	<i>Uma vez</i>		<i>Algumas vezes</i>		<i>Muitas vezes</i>		<i>Nunca</i>		<i>Tentativa de violência sexual</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	10	3,6	5	1,8	4	1,4	253	90,7	1	0,4	6	2,2	279	100
Feminino	18	17,5	13	12,6	4	3,9	60	58,3	1	1,0	7	6,8	103	100
Total	28	7,3	18	4,7	8	2,1	313	81,9	2	0,5	13	3,4	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.4.4. Preconceito e Discriminação: o Insulto Moral

A violência, como vimos, perpassa a vida cotidiana das pessoas em situação de rua, as quais acabam criminalizadas, *legal e moralmente*, por estarem nessa situação social. No que se refere aos aspectos morais da violência, podemos ressaltar a percepção de uma falta de *reconhecimento* ou *desconsideração* - isto é, de negação de sua identidade como cidadão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002) - que é vivenciada na existência social de grande parte das pessoas em situação de rua. A impressão destas populações sobre o modo de relação com as outras de Porto Alegre, conectadas com o relato da ocorrência de práticas efetivas de desrespeito a direitos básicos da cidadania, são significativas para iniciar um debate sobre esse tema.

Quando perguntados a respeito de: “Como a população de Porto Alegre trata as pessoas que moram/vivem nas ruas” os entrevistados foram confrontados com a possibilidade de configurar a relação entre eles e outras populações da cidade em termos das seguintes variáveis: desconfiança, preconceito, medo e respeito. Dessas variáveis sobressaíram-se as categorias “com desconfiança”, que abarcou 72,8% da percepção dos entrevistados e “com preconceito”, que obteve 68,8% das citações das pessoas em situação de rua. A categoria “com medo” apareceu na percepção de mais da metade dos entrevistados – 64,1% - sendo que a categoria menos citada foi “com respeito”, que abarcou 44,2% das situações de pesquisa. Essa diferença entre uma alta percepção de desconfiança, preconceito e medo e uma menor citação do desrespeito pode ser atribuída, por hipótese, à potencial maior abrangência semântica da categoria “respeito”, que pode abarcar também, na conexão dos entrevistados, a própria violência física.

Caso levemos em conta a dimensão moral da cidadania, podemos compreender a percepção de desconfiança, preconceito e medo como atos de *desconsideração*, isto é, de falta de reconhecimento de uma identidade de cidadão. Nesse tipo de insulto, a agressão pode se situar mais na atitude ou intenção do agressor do que nas ações em sentido estrito. Considerar a percepção desse tipo de *insulto moral* é importante porque permite um acesso mais denso ao ponto de vista dos próprios entrevistados, em torno da discussão dos direitos e cidadania, freqüentemente circunscritas as suas definições jurídicas formais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002). Conjugadas ao estudo das experiências sociais que lhe dão sentido, tais percepções nos dão acesso ao lugar existencial e simbólico que é construído, pelos entrevistados, para sua existência social. Vejamos as tabelas com os dados referidos:

TABELA 93 – Tratamentos dispensados às pessoas que moram/vivem pela população Porto Alegre em relação a desconfiança, preconceito, respeito e medo

<i>Categorias</i>	<i>Tratamento dado</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Desconfiança	Com desconfiança	278	72,8
	Sem desconfiança	71	18,6
	NS/NR	33	8,6
	Total	382	100
Preconceito	Com preconceito	263	68,8
	Sem preconceito	79	20,7
	NS/NR	40	10,5
	Total	382	100
Respeito	Com respeito	169	44,2
	Sem respeito	178	46,6
	NS/NR	35	9,2
	Total	382	100
Medo	Com medo	245	64,1
	Sem medo	100	26,2
	NS/NR	37	9,7
	Total	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Tais percepções estão articuladas com a experiência social das pessoas em situação de rua, não se constituindo em simples opiniões descoladas de contextos que lhe dão inteligibilidade. Além da recorrente dimensão da violência e agressão física, explorada nos itens anteriores desse relatório, temos a dimensão da falta de reconhecimento social, explícita nas respostas dos entrevistados, quando interrogados acerca do impedimento de acessar/frequentar/permanecer em certos espaços da vida social, como bancos, transporte público, lugares públicos, serviços públicos, etc.

A categoria com maior frequência de respostas a esta questão foi exatamente o impedimento de “Ficar em lugares públicos”, que apareceu com 45% das respostas afirmativas, seguindo-se a categoria “Entrar em transporte coletivo”, que contou com 40,1% dos dados recolhidos. Em terceiro lugar apareceu o impedimento de “Entrar em outros estabelecimentos comerciais”, com 27,5% das citações dos entrevistados, seguida da “Entrar em shopping center”, com 24,9% das respostas. Todos esses limites colocados à experiência social das pessoas em situação de rua explicitam a ocorrência de efetivas fronteiras sociais que estabelecem critérios de diferenciação entre os cidadãos, no acesso até mesmo ao próprio espaço público, numa negação

frontal à própria existência das pessoas entrevistadas. Vejamos as informações recolhidas pela pesquisa:

TABELA 94 – Impedimentos

<i>Lugares e situações</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ficar em lugares públicos	172	45,0	197	51,6	13	3,4	382	100
Entrar em transporte coletivo	153	40,1	219	57,3	10	2,6	382	100
Entrar em outros estabelecimentos comerciais	105	27,5	266	69,6	11	2,9	382	100
Entrar em Shopping Center	95	24,9	275	72,0	12	3,1	382	100
Receber atendimento em rede de saúde	73	19,1	297	77,7	12	3,1	382	100
Entrar em bancos	57	14,9	314	82,2	11	2,9	382	100
Entrar em órgãos públicos (prefeitura, correios)	50	13,1	321	84,0	11	2,9	382	100
Tirar documentos	37	9,7	335	87,7	10	2,6	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.4.5. Conhecimento e Participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's e Avaliação de Serviços Públicos e das Relações Pessoais

3.4.5.1. Conhecimento e Participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's

Todos os aspectos acima referidos, condizentes com as dimensões *legal* e *moral* da cidadania, também devem ser relacionados com a própria participação e conhecimento de fóruns, movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais de promoção e proteção de direitos. No que diz respeito ao aspecto do *conhecimento* de fóruns, movimentos sociais e ONG's, entre as entidades pesquisadas, vê-se o destaque ao Jornal Boca de Rua, que apareceu com o percentual de 47,9% de conhecimento das pessoas em situação de rua. A elaboração desse jornal está dentre as atividades para a promoção da cidadania da ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ALICE), sendo uma publicação produzida e vendida pelas próprias pessoas em situação de rua, com colaboração de jornalistas profissionais, o que torna compreensível sua grande disseminação para esse público. Em segundo lugar, apareceu o conhecimento do Orçamento Participativo da Prefeitura de Porto Alegre com 37% das respostas, seguido do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA), o qual é conhecido por 33% das pessoas pesquisadas.

Já no aspecto da *participação* em fóruns, movimentos sociais ou ONG's, o destaque dos entrevistados que participam de alguma entidade se deu para o Grupo Realidade de Rua, formado por integrantes do Jornal Boca de Rua que participam do Projeto Hip Hop Saúde no GAPA, no

qual 36,4% dos entrevistados acusaram participar. A segunda entidade mais citada foi o Fórum das Pessoas em Situação de Rua, que apareceu em 33,8% das citações daqueles que participam de algum fórum/movimento social ou ONG's. O Fórum das Pessoas em Situação de Rua é coordenado por um estudante universitário cuja trajetória social é demarcada pela presença da situação de rua. Salienta-se que a participação nas duas entidades mais citadas – Grupo Realidade de Rua e Fórum das Pessoas em Situação de Rua – justifica-se pela particularidade da vinculação direta dessas entidades com a singularidade da experiência das pessoas em situação de rua.

Em terceiro lugar na categoria de participação, temos ainda o Grupo Nuances e o Orçamento Participativo, cada um com o percentual de 33,3% de índice de conhecimento. O Grupo Nuances milita pelos direitos humanos e saúde dos homossexuais, mas abrange parcerias com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério da Saúde e outras ONG's, tendo incidência na distribuição de preservativos masculinos, parte da política de prevenção à Aids e DST's. Isso pode acabar incidindo também na população heterossexual das pessoas em situação de rua e explicar seu sucesso na pesquisa realizada. Já o Orçamento Participativo é um instrumento político de mobilização popular, sendo importante para as pessoas em situação de rua nas suas lutas por habitação, assistência social e saúde, o que faz compreender seu índice de participação nesse público. Os dados estão citados abaixo:

TABELA 95 – Conhecimento e participação em Fóruns/Movimentos Sociais/ONG

<i>Fóruns/Movimentos Sociais/ONG</i>	<i>Conhece</i>		<i>Participa</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Boca de Rua	183	47,9	34	18,6
Orçamento Participativo	141	37,0	47	33,3
GAPA	127	33,3	38	30,2
Fórum das Pessoas em Situação de Rua	77	20,2	26	33,8
Grupo Realidade de Rua	66	17,3	24	36,4
Nuances	38	10,0	13	33,3
Rede Integrada	30	7,9	9	29,0

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.4.5.2. Avaliação de Serviços Públicos e das suas Relações Pessoais

Ainda no que diz respeito à percepção das pessoas e de seu modo de relação com agentes e instituições que fazem parte de suas experiências sociais, a pesquisa perguntou qual a nota média que os entrevistados dariam para uma série de organismos e grupos de pertencimento. A avaliação realizada explicita uma valoração positiva de instituições que representam possibilidades de auxílio na resolução de problemas, verificando-se em primeiro lugar a centralidade das instituições de saúde, como os “Hospitais”, que apareceram com uma nota média

de 8,0 e os “Postos de Saúde/PAM3”, que receberam a nota média de 7,5. As “Casas de Convivência” apareceram em terceiro lugar, manifestando uma valoração positiva da sua existência, possivelmente em função da possibilidade de encontro de serviços diversos importantes para uma população sem domicílio fixo, como banho, higiene pessoal, lavagem de roupas, guarda de material/bagagens/pertences durante o dia, lazer (televisão, jornal, tele-centro, no Caso da Casa de Convivência 2), etc. O serviço das Casas de Convivência recebeu a nota média 7,3 na avaliação dos entrevistados, mais alta do que a nota média atribuída aos abrigos e albergues para pessoas em situação de rua, que receberam a nota média 6,8.

A experiência escolar dos entrevistados foi avaliada com a nota média 7,2, exatamente igual à nota média concedida à categoria “Outros moradores da cidade de Porto Alegre”. As instituições religiosas, possivelmente de cunho filantrópico, obtiveram a nota média 7,1. Ainda nessa questão, a nota média para a experiência familiar dos entrevistados ficou em 6,7, enquanto a nota para a categoria “Outras pessoas que estão na rua” foi 6,4.

Como um dado que corrobora as percepções anteriores acerca do temor à violência policial, explicitadas em outras questões ao longo da pesquisa, as instituições com menores índices de avaliação positiva foram as instituições de controle policial e judiciário: a Brigada Militar recebeu a nota de 3,9%; a Polícia Civil e a Guarda Municipal ficaram com a nota média de 4,8% cada uma delas; e o Sistema Judiciário recebeu a nota média de 5,0 pelos entrevistados. Vejamos a tabela abaixo, com a explicitação desses dados:

TABELA 95 – Nota média para instituições

<i>Itens</i>	<i>Nota média</i>
Hospitais	8,0
Postos de Saúde/PAM 3	7,5
Casas de Convivência	7,3
A sua experiência escolar	7,2
Outros moradores da cidade de POA	7,2
Experiência com Igrejas/ Terreiros/Centros Espíritas	7,1
Abrigos e Albergues	6,8
Experiência familiar	6,7
Outras pessoas que estão na rua	6,4
Sistema Judiciário	5,0
Guarda Municipal	4,8
Polícia Civil	4,8
Brigada Militar	3,9

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.5. Identidade, Representações sobre Moradores de Rua, Sonhos e Projetos

3.5.1. O que é ser morador(a) de rua?

Durante muito tempo, os estudos e as políticas de intervenção relativas ao sujeito de nosso interesse limitaram-se a construir categorias ou meramente designá-lo a partir de um ponto de vista externo ao dele, sem levar em consideração as formas pelas quais essas pessoas referem-se a si mesmas, e sem atentar para o fato de que, mais do que tentativa de nominar e classificar a realidade, as formas de designação têm o poder simbólico de investir sobre ela, alterando inclusive a auto-imagem do indivíduo.

Diversamente, consideramos que a identidade não é atribuída exclusivamente do exterior (exo-identidade), nem meramente do interior do grupo (endo-identidade), mas constitui uma categoria relacional e dinâmica em que estão em jogo as trocas materiais e simbólicas que o indivíduo estabelece com a sociedade envolvente. Ou seja, a questão sobre “o que é ser morador de rua”, demanda algumas considerações prévias sobre as noções de identidade e de representação utilizadas nesse estudo.

As teorias de constituição dos grupos sociais ajudam a entender os elos e rupturas entre o indivíduo e as coletividades, assim como as formas de representação sobre o pertencimento que remetem aos binômios identidade/alteridade e inclusão/exclusão.

Dentre as concepções objetivistas a respeito da identidade, podemos citar as teorias raciológicas - que percebem as características dos indivíduos e grupos humanos como inatas e herdadas geneticamente (a exemplo da idéia de “raças”) – e as teorias culturalistas que entendem a identidade como um processo de aquisição ou perda de modelos culturais pré-existentes, através da socialização ou dessocialização dos indivíduos. Tanto num caso como no outro, a identidade pré-existe ao indivíduo que a herda, seja pelos genes, seja pela cultura a que pertence, sendo inerente ao grupo, com contornos fixos e conteúdos estáveis.

Por outro lado, as teorias subjetivistas consideram que as características identitárias não pré-existem no grupo de forma precisas e estáticas, importando, sobretudo, os sentimentos de pertencimento ou exclusão à coletividades em questão enquanto escolhas arbitradas pelo sujeito.

A perspectiva relacional que adotamos aqui diverge de ambas, ao considerar que a identidade social não é exclusivamente objetiva nem subjetiva, não tem conteúdos estáveis ou

limites precisos, mas se constrói e reconstrói constantemente, renovando-se nas negociações sociais e formas como os indivíduos interagem na sociedade em que estão inscritos. Assim, como já foi explicitado anteriormente, “ser morador de rua” remete a um problema social e existencial com conteúdos e significados variáveis, não apenas internamente ao segmento social assim designado por essa pesquisa, mas em sentido lato, com enormes variações ao longo da história Ocidental e mesmo entre sociedades distintas.

Se nas sociedades tradicionais o pobre, aquele que recebe a caridade, tem um papel social e simbólico crucial que contribui para dar sentido à hierarquia social e à relação com a totalidade (tal como são concebidos o mundo natural, social e sobrenatural), nas sociedades contemporâneas de convicção individualista e igualitária o pobre tende a perder seu caráter místico, deixa de participar das trocas sociais, perdendo seu lugar e seu status perante o coletivo. Ele passa, então, a ser identificado pela ótica da “exclusão”, cujo sentido não é literal (pois só em casos excepcionais ele é eliminado fisicamente ou banido da sociedade), mas metafórico, remetendo a uma forma de pertencimento marcada por um “ser de menor valor” - o que constitui um insuportável paradoxo para a auto-imagem de uma sociedade que se vê como democrática, em que todos os indivíduos seriam equivalentes em direitos e obrigações.

Com base nas contribuições do Interacionismo Simbólico, divergimos das concepções substantivistas, que acreditam ser possível encontrar características estáveis ao fato de “ser morador de rua”, e insistimos sobre a incorporação dos atributos sociais (variáveis ao longo do tempo e dentre as sociedades), que pesam sobre a auto-imagem do indivíduo num processo constante de assimilação ou de resignificação dessa determinação social. Desse modo, nas nossas sociedades a não-participação das trocas materiais (devido ao desemprego, à carência econômica, à exclusão do mercado de consumo), as rupturas de pertencimento a coletividades e instituições de base (família, escola, etc.), assim como o prejuízo na partilha de muitos valores dominantes (disciplina, sobriedade, etc.) podem configurar um acúmulo de derrotas diante das expectativas sociais que desencadeia uma degradação pessoal capaz de deteriorar a identidade social do indivíduo, projetando-o no que Robert Castel (1996: 139-140) chama “terra de ninguém” social.

Por esses motivos, debruçar-se sobre o processo de construção de identidade e das auto-representações da pessoa em situação de rua não deveria ser procedimento omitido, assessorio ou periférico nos estudos e nas políticas públicas preocupadas com a inclusão dos indivíduos. Indissociável dos aspectos materiais, econômicos, institucionais e relacionais da exclusão, os aspectos subjetivos, simbólicos e identitários do que venha a significar “ser morador de rua” são

extremamente relevantes para entender os canais e trânsitos entre o “excluído” e a sociedade, e mais especificamente, os papéis, status e espaços que esta última está disposta a lhe conceder.

No questionário aplicado à amostra do universo pesquisado, a pergunta “Para você, o que é ser morador de rua” não disponibilizava alternativas fechadas, dando margem a uma grande diversidade de respostas, cujos temas principais poderiam ser organizados de várias formas distintas. A forma que propomos aqui se baseia no agrupamento de respostas por conteúdos temáticos convergentes, situados numa escala com um pólo de representações positivas a um pólo de representações negativas, passando por uma gama de variações.

Embora possamos ter algumas conclusões estatísticas, o teor das respostas parece mais significativo em termos qualitativos pelos atributos e associação de idéias reveladas pelos informantes. Partindo dessas respostas, propomos o seguinte agrupamento conforme temáticas convergentes:

a) Respostas de valoração negativa:

A grande maioria dos informantes (64,3% da amostra) deixou claro, através das respostas sobre o que seja ser morador de rua, seus sentimentos de constrangimento, impotência e desgosto face a essa situação. Os temas mais evocados estão nos subitens a seguir:

a. 1) Valoração negativa associada à condição de morar na rua ou ao próprio sujeito que vive nessa situação:

Um quarto da totalidade (ou 24,9 %) das pessoas entrevistadas utilizou predicados de valoração negativa para sintetizar a maneira como compreendem sua existência. Morar na rua aparece, nesses casos, como “ruim, péssimo, difícil, arriscado (exposição à violência, aos roubos, às drogas), humilhante, terrível, horrível, uma maldade, um desafio, uma tristeza, xarope, duro, sofrido, solitário, é o fim do mundo”, etc.

Alguns adjetivos empregados ao sujeito que mora na rua evocam a sua degradação identitária, o sentimento de desamparo e de ultraje perante sua condição de cidadão. O morador de rua, nesta perspectiva, é identificado como “vagabundo, mendigo, derrotado, fracassado, pobre-coitado, abandonado, drogado, sofredor, desamparado, desgraçado, esquecido, desiludido, fedorento, discriminado, desamparado; é uma pessoa sozinha, fora do próprio convívio, fora da constituição, sem direitos, esquecida pela sociedade, sem ajuda, sem apoio, sem perspectiva, sem futuro, sem sossego, sem direito, fora da constituição, uma imperfeição criada, um ninguém, semelhante a um rato”.

a. 2) Valoração negativa associada à ausência de casa, moradia, paradeiro, desabrigo:

Outras respostas neste mesmo sentido de uma valoração negativa do morador de rua tenderam a associar a sua condição existencial com as causas que a originaram. Assim, um quarto dos entrevistados (25,6 %) entende que o sujeito se define prioritariamente pelo fato de não ter casa, moradia ou paradeiro (resposta essa que se mostrou a mais recorrente de todas, com 16,6 % do total), devendo sujeitar-se em dormir ao desabrigo, passar frio, fome e dificuldades ou aceitar as normas institucionais de albergues ou abrigos. Dentre os que manifestaram essa opinião, a carência de moradia foi associada à inexistência de apoio familiar por um número significativo de treze pessoas (3,4%), e associada à falta de emprego por duas pessoas (0,5%).

a. 3) Valoração negativa associada à carência material, desemprego, falta de oportunidades:

Como no subitem anterior, nessa série de respostas também se percebe uma tendência em associar a identidade do morador de rua com causas que o levaram e o mantêm nessa situação. Um total de 9,9 % dos informantes identificam a carência financeira, o desemprego e a falta de oportunidades como elementos definidores do morador de rua, ao que duas pessoas agregaram problemas emocionais/depressivos e uma delas incluiu ainda o consumo de drogas. Frente a essas agressões, a rua não se apresenta como mera “escolha”, tal como é veiculado pelo senso comum, mas sim como última alternativa - a única maneira de se “defender” - e a “luta” pela sobrevivência, a “guerra” e o “combate” da situação de rua são figuras recorrentes nesses discursos.

a. 4) Valoração negativa associada a problemas familiares:

Com 3,9 % de incidência, configurando o terceiro lugar na caracterização do morador de rua através de referências à suposta raiz de sua condição, aparece a família, referenciada pela ausência, estigma, falta de apoio e/ou violência. A rua, nesses casos, surge como alternativa de um ambiente social mais protegido do que o ambiente doméstico.

b) Respostas de valoração positiva e/ou associada à normalidade

No extremo oposto daquela desvalorização do morador de rua, temos pouco mais de 1/6 (16,6 %) dos entrevistados encarando essa condição como algo positivo ou normal, o que deve ser visto numa comparação com suas experiências de vida anteriores. Vejamos quais os aspectos mais ressaltados nessa direção:

b.1) Valoração positiva associada à autonomia, liberdade:

O fato dessa situação lhes permitir maior autonomia e liberdade em termos de tempo (flexibilidade de horários), de espaço (formas de uso dos logradouros e de deslocamentos), assim como de comportamento (auto-determinação) foi verificado em 7,3 % dos casos;

b. 2) Valoração positiva associada à solidariedade, fraternidade, afetividade:

Vantagens no sentido de encontrar, nesse meio social, mais apoio, solidariedade, fraternidade ou permanência junto a alguém com quem têm forte vínculo afetivo estiveram presentes em 2,3 % da amostra.

b. 3) Valoração positiva associada ao conhecimento

A situação de rua também foi positivada por aqueles que a encaram como forma de desenvolver conhecimento de vida, aprendizado e reflexão filosófica sobre o mundo, resposta esta explicitada por 1,8% dos informantes;

b. 4) Valoração positiva ou naturalização, sem justificativa

Dentre os entrevistados, 5,2 % se limitaram a afirmar que se acostumaram ou gostam de viver na rua, sem atribuírem justificativas, o que demonstra uma naturalização dessa situação.

c) Respostas de valoração ambígua:

As respostas ainda revelam que ser morador de rua aparece com sentidos ambíguos em 3,7% dos casos, mas com sentidos diferentes – ora com comentários que projetam para a sociedade ou que introjetam para si a culpa dessa condição, ora com respostas que apontam suas vantagens e desvantagens, como veremos a seguir:

c.1) Ambigüidade pela projeção ou introjeção da culpa

Ao tentarem identificar o que é ser morador de rua, 8 pessoas (2,1 % dos informantes) alternaram argumentos relativos a condicionantes sociais (falta de oportunidade, de apoio) com argumentos relativos ao livre-arbítrio e à individualização da culpa: “Alguma coisa nós fizemos pra estar aqui na rua”; “Não tem apoio, não quer se apoiar”, “falta de vontade”; Muitas pessoas têm aonde ir e não vão por causa das drogas”

c. 2) Ambigüidade por vantagens/desvantagens da situação de rua:

Os outros 1,6 % (6 pessoas) apontaram simultaneamente aspectos positivos e negativos, através de atributos contrários identificados no contexto da vida na rua: gente boa mas excluída; amizade e violência (entre os pares); solidariedade (entre os pares) e coação (das forças

policiais); liberdade e/ou ociosidade em contraposição à sujeição às normas institucionais e sociais.

d) Respostas que consideram a situação de rua como transitória ou contrastiva com a vida em instituições

Num sentido diverso, um pequeno número de entrevistados - 6 pessoas ou 1,6 % da amostragem - entende a própria situação de rua como transitória ou contrastiva com o fato de dormirem no albergue ou em casa, sem considerar, portanto, que ela seja capaz de impregnar seu modo de vida a ponto de alterar a sua condição existencial.

e) Outras respostas:

Embora pouco recorrente diante da totalidade de respostas, três pessoas (0,8 %) salientaram suas expectativas ao viver na rua, reivindicando sua condição humana, de fuga da agressão, busca segurança, salvação, amparo e cidadania.

Um número significativo – 33 pessoas ou 8,6 % da amostra - respondeu não saber, “não existe”, “nada” para o que seja morador de rua.

Outros casos menos expressivos (1,9 %) e deslocados do contexto em que foram pronunciados, não permitem avançar na interpretação de seus significados, a exemplo da resposta “nada”, “não existe”, “Tem que achar seus motivos” e “Modo do meu pensar e falta de vontade das pessoas de fazer a continuação do seu trabalho”.

O índice de abstenção de respostas a esta pergunta foi de 4,4% (17 pessoas) sobre o total.

A tabela a seguir apresenta a síntese dos dados acima, sendo que o detalhamento das respostas encontra-se no anexo:

TABELA100 – O que é ser morador(a) de rua no entendimento do entrevistado

<i>Grupos</i>	<i>Categorias</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
	a) Respostas de valoração negativa	245	64,3
Grupo a:	a.1) Valoração negativa associada à condição de morar na rua ou ao próprio sujeito que vive nessa situação:	95	24,9
	a. 2) Valoração negativa associada à ausência de casa, moradia, paradeiro, desabrigo:	97	25,6
	a. 3) Valoração negativa associada à carência material, desemprego, falta de oportunidades:	38	9,9
	a. 4) Valoração negativa associada a problemas familiares:	15	3,9
	b) Respostas de valoração positiva e/ou associada à normalidade	64	16,6
Grupo b:	b.1) Valoração positiva associada à autonomia, liberdade:	28	7,3
	b.2) Valoração positiva associada à solidariedade, fraternidade, afetividade	9	2,3
	b.3) Valoração positiva associada ao conhecimento	7	1,8
	b.4) Valoração positiva ou naturalização, sem justificativa	20	5,2
	c) Respostas de valoração ambígua:	14	3,7
Grupo c:	c.1) Ambigüidade pela projeção ou introjeção da culpa	8	2,1
	c. 2) Ambigüidade por vantagens/desvantagens da situação de rua:	6	1,6
Grupo d:	d) Respostas que consideram a situação de rua como transitória ou contrastiva com a vida em instituições	6	1,6
	e) Outras respostas	36	9,4
Grupo e:	e.1) Busca de reconhecimento humano, respeito, segurança, cidadania	3	0,8
	e.2) Não sabe o que é ser morador de rua/ Não existe/Nada/Outros	33	8,6
NR		17	4,4
Total		382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.5.2. Você se considera morador(a) de rua?

Outra questão associada à identidade e representações sobre morador de rua foi dada pela interrogação: “Você se considera morador de rua?” Nesse item tem-se que 65,7% dos entrevistados se consideram morador de rua, enquanto 31,7% não se consideram. Houve ainda o percentual de 2,6% de não respostas a esse tópico.

Dos 251 indivíduos que se consideram morador de rua atribuem esse fator, em primeiro lugar, a falta de moradia e ao fato de permanecerem na rua ou utilizarem-se de abrigos e albergues (58,5%). A noção de que fazem tudo na rua, já estão acostumados ou essa é a vida que levam foi o eixo articulador da categoria que agrupou o segundo maior tipo de respostas, com 14,7%. A resposta de que é morador de rua porque gosta de estar na rua configurou 5,6% das respostas, sendo a terceira categoria mais citada.

Salientamos que essa questão não apresentava categorias de respostas pré-construídas, deixando o entrevistado à vontade para apresentar suas idéias. Posteriormente, para fins de apresentação dos dados, houve o agrupamento de respostas semelhantes, em 10 categorias descritivas. Como vemos na tabela abaixo, as noções de que se é morador de rua em função de problemas familiares (5,2%); porque tem necessidades, sobrevive de doações e não tem outra saída (4,8%); não ter moradia nem emprego; por causa das drogas (cada uma com 2%); por causa dos amigos (1,2%); por circunstâncias de vida (0,8%), também apareceram. É possível perceber que todas essas categorias de respostas têm relação direta com a construção da representação de morador de rua, explorada na questão anterior. Veja a tabela:

TABELA 101 – Porque se considera morador de rua

<i>Motivo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Porque não tem onde morar: vive na rua ou em abrigos e albergues	147	58,5
Porque faz tudo na rua; está acostumado; pela vida que leva	37	14,7
Porque gosto de estar na rua	14	5,6
Problemas familiares	13	5,2
Porque tenho necessidades; vivo de doações; não tenho outra saída	12	4,8
Não tem moradia nem emprego	5	2
Por causa das drogas	5	2
Por causa dos amigos	3	1,2
Foi por circunstâncias da vida.	2	0,8
Outros	9	3,6
Não sabe	1	0,4
NR	3	1,2
Total	251	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

Para aqueles que não se consideram morador(a) de rua - como vimos, 31,7% da amostra - a maior parte salientou a provisoriidade de seu momento de vida atual, manifestando uma visão negativa em relação ao mesmo e projetando sair /melhorar de vida. A categoria que abarcou esse tipo de resposta compreendeu 23,9% dos casos. A possibilidade de voltar para casa, pois tem onde morar foi respondida por 21,1% daqueles que não se consideram morador de rua e abarcou os casos das pessoas que dizem permanecer na rua de forma intermitente, para trabalho, por exemplo, mas que voltam para suas casas ou casas de parentes/conhecidos.

O fato de não dormir efetivamente na rua levou 18,1% dos entrevistados a não se considerar morador(a) de rua, compreendendo respostas que salientaram a ajuda de entes diversos – familiares, conhecidos e abrigos/albergues – para isso acontecer. Uma forte representação de

morador de rua como aquele sem trabalho e sujo configurou as respostas que negaram a identidade de morador(a) de rua em função de que o entrevistado disse trabalhar e andar limpo (9%). Essa representação negativa da situação de rua motivou as respostas de 8,2% dos casos, de pessoas que afirmaram não se considerar morador(a) de rua em função de que dizem não se adaptar com essa situação, nem aceitá-la. Houve ainda 2,5% das pessoas que não aceitam a atribuição de serem morador(a) de rua porque a relacionam com um processo fora de qualquer escolha pessoal; esses entrevistados não se dizem moradores de rua porque salientam que estão na rua porque querem/opção pessoal. A categoria “outros” compreendeu respostas muito variadas, que não puderam ser agrupadas em categorias tipológicas. Vejamos a tabela:

TABELA 102 – Porque não se considera morador de rua

<i>Motivo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Estou numa situação provisória; período ruim; tenho planos para sair dessa situação	29	23,9
Porque posso ir para casa; tenho onde morar, fico na rua de forma intermitente	26	21,5
Porque tem ajuda pra dormir (parentes, conhecidos ou albergue/abrigo); não mora na rua	22	18,1
Porque trabalho e ando limpo	11	9
Não se adapta; não aceita sua situação	10	8,2
Estou aqui porque quero, é uma opção	3	2,5
Outros	12	9,9
Não sabe	2	1,7
NR	6	5,2
Total	121	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

3.5.3. Sonhos e Projetos

O planejamento do futuro, os sonhos e projetos que recortam as experiências individuais são expressões importantes da leitura social que as pessoas fazem de suas inserções sociais particulares, assim como das condições de possibilidade para sua efetivação. Mais do que simples desejos individuais que expressam certas categorias mentais, tais elementos são conteúdos simbólicos importantes, pois expressam experiências e relacionamentos diversos que configuram a vida pessoal dos sujeitos, gerando suas escolhas, decisões, planos e expectativas para o futuro. Por isso, constituem leituras sociais dos contextos vivenciados, ao mesmo tempo em que revelam os campos de possibilidades que dirigem comportamentos e práticas.

Baseando-se nesses dois aspectos, a pesquisa interessou-se em conhecer o imaginário sobre o futuro e a existência de planos e sonhos da vida das pessoas em situação de rua. Sendo uma questão que permite a expressão de vontades e os planos para o futuro, dá visibilidade ao

resultado de uma elaboração particular frente às circunstâncias da vida. Ao mesmo tempo, manifestando certas expectativas, nos informa sobre a construção de um campo de possibilidades fabricado pelos sujeitos para dirigir suas escolhas e orientar seu comportamento. É nesse sentido que perguntamos aos entrevistados: “Como imagina o futuro? Tem algum projeto que espera realizar?” A questão foi formulada de forma a permitir a livre expressão dos entrevistados, sendo o que, metodologicamente, denominamos de uma “questão aberta”.

Para apresentação dos dados, agrupamos as respostas trazidas em 133 categorias semelhantes que foram posteriormente re-agrupadas em outras 21 categorias, definidas por suas principais ênfases. Obviamente, esse procedimento constitui uma simplificação dos dados levantados, mas, no entanto, permite certa generalização a partir da comparação entre aspectos semelhantes que recortam desejos e sonhos das pessoas pesquisadas. A análise dessas 21 categorias permitiu classificá-las, ainda, em cinco distintos agrupamento de respostas: a) aquelas que relacionavam a saída da rua com a volta para família, conquista da casa e emprego/trabalho; b) aquelas que diziam respeito a realização de outros projetos para o futuro; c) as respostas que salientavam uma expectativa de melhoria para o futuro, sem especificar nenhum plano; d) as respostas que expressaram uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro; e) aquelas que salientavam a impossibilidade de planejamento para a vida futura, relacionadas a uma percepção de que é impossível controlar o destino. Vejamos o conteúdo de cada um desses agrupamentos:

- a) Respostas que relacionam a saída da rua com a volta para a família, conquista da casa e emprego/trabalho

A análise dos dados possibilita compreender que as principais ênfases colocadas pelos entrevistados são, exatamente, na transformação dos atributos que os colocam nessa situação social de rua. Isto é, a conquista de trabalho, casa e família aparecem de forma muito significativa nos dados levantados. Em muitas vezes, as respostas conjugaram um ou mais desses aspectos. Caso consideremos os percentuais de resposta que congregam a saída da rua e a conquista de um trabalho/emprego, o acesso a uma casa e a restauração/fabricação de laços familiares, vemos que tais elementos perfazem 55,9% das respostas dadas. Salienta-se que essas respostas têm relação direta com a atribuição do motivo ida/permanência na rua, uma vez que, como vimos anteriormente neste relatório, as rupturas familiares foram o fator de prevalência, na visão dos entrevistados, que configurou a situação de rua. Também vimos que a segunda razão mais citada nesse aspecto foi exatamente a carência de condições materiais e financeiras, específicas ao desemprego e a perda de trabalho/renda/auxílio, seguida da perda da moradia. Essas informações,

quando comparadas com os dados acerca dos planos e projetos futuros, tornam compreensível uma lógica que associa o futuro com a saída da situação de rua, valendo-se dos mesmos atributos percebidos como causadores dessa situação como aqueles que possibilitarão a ruptura com ela.

As categorias de: “conseguir um emprego/nova profissão/e mudar a vida”, com 10,3%, “ter casa e emprego” e “ter família e casa”, ambas com 9,7% cada uma, “ter família, emprego e casa”, com 9,4%, “ter casa/dinheiro/estabilizar-se financeiramente”, com 7,6%, “sair da rua - voltar para casa - família/melhorar de vida”, com 6,2% e a categoria “Parar com as drogas/Tratar-se/ Voltar para Casa-Família”, com 3% dos dados, contemplaram as expectativas de quem percebe a conquista da casa, família e trabalho/emprego como fundamentais para a saída da situação de rua. Ainda nesse agrupamento de categorias em torno da associação entre a saída da rua com a tríade família-trabalho-casa, é possível verificar uma associação da noção de “casa” com a noção de “família”, como nas respostas específicas dadas por alguns entrevistados, a respeito de suas expectativas em relação ao futuro: “Casa, filhos reunidos, paz e alegria”, “Encontrar o filho e voltar para casa”, “Ter documentos / Trabalho / Visitar a mãe bem arrumado”, “Estudo, profissão, casa, recuperar os filhos”, “Largar a rua, voltar para casa e família. Voltar para a realidade, pois a rua é uma enganação”.

b) Respostas que dizem respeito a realização de outros projetos para o futuro

Há outra possibilidade de agrupamento das respostas que diz respeito àqueles que têm, efetivamente, outros projetos para o futuro, que compreendeu o percentual de 13,5% dos dados. As categorias contempladas nesse agrupamento foram: “terminar os estudos”, que apareceu em 3,3% dos casos, “Montar negócio próprio”, que teve 3,1% das respostas, “Ter aposentadoria”, que obteve 2,2% das respostas. No que se refere à categoria “Terminar os estudos”, temos respostas do tipo: “Como não tenho dinheiro, solução é entrar na faculdade”, “Aprender a ler e a escrever”, “Alfabetização, segurança social e paz”. O item “Montar negócio próprio” abarcou respostas como: “Abrir uma agência de michê”, “Ter um salão de beleza para negras” e “Abrir uma lojinha de eletrônicos”, por exemplo.

Há outras categorias menos citadas, mas que se constituem em planos claros para o futuro, como “Morar num sítio/fazenda/campo”, “Viajar/Mudar-se para outro lugar”, “Cuidar da Saúde”, “Acertar na loteria”, “Morar em alguma instituição de auxílio”, todas elas com menos de 1,5 das respostas cada.

c) Respostas que expressaram uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro

A produção de um projeto de vida, que envolve uma expectativa em poder alcançá-lo, contrasta significativamente com a categoria “não imagina/não possui”, que revela uma não percepção de uma lacuna da imaginação em relação ao próprio futuro e uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos. Caso não consideremos o agrupamento de todas as categorias que envolvem menções diversas à reconstrução da família, das relações de trabalho e a conquista da casa, podemos ver que essa categoria tem, individualmente, o maior percentual de respostas, compreendendo 13% dos casos pesquisados.

Esta categoria envolveu respostas diversas, unidas pela dramaticidade da percepção da situação atual do entrevistado, que não se imagina tendo, nem mesmo, um futuro. “Só estou esperando a morte”, “Só Deus sabe (já estou perdido)”, “É muito difícil, porque a sociedade não dá oportunidade”, “Negro não vê nada pela frente, já estou cravado” apareceram entre as construções êmicas utilizadas para justificar a perda de uma expectativa em relação ao futuro.

- d) Respostas que salientam uma expectativa de melhoria para o futuro, sem especificar nenhum projeto para tanto

A idéia de transformação torna inteligível a própria noção de “melhorar a situação de vida”, categoria que apareceu com 9,5% das respostas. Essa categoria, embora não descreva objetivamente um plano para o futuro, revela uma expectativa importante de melhoria da situação atual, como algo possível de acontecer, uma vez que está no campo de possibilidades construído pelos agentes para dimensionar sua situação social. Falas que manifestaram esse desejo foram expressas em frases de expectativas positivas em relação ao próprio futuro, tais como: “Ter um futuro melhor, coisa boa, melhorar a vida”, “Brilhante, que melhore”, “Imagino que pode ser modificado”, “Seguir em frente, tocar a vida”, “Futuro de paz, com pessoas podendo ajudar pessoas, ricos e pobres andando de mãos dadas. Quero ir para a praia, para publicar meus livros”, “Que a minha cultura cresça para ajudar os moradores de rua e o movimento hip-hop”.

- e) Respostas que salientavam a impossibilidade de planejamento para a vida futura, relacionadas a uma percepção de que é impossível controlar o destino

Um não-planejamento da vida e do futuro também apareceu na categoria “Viver a realidade/o futuro que vier”, que compreendeu 1,7% das respostas. Configurou a resposta de pessoas que, embora não construam planos para o futuro, compreendem-se na possibilidade de vivê-lo e enfrentá-lo, salientando uma idéia de destino que deve ser cumprido. Mais do que um não planejamento devido a uma percepção de incapacidade de movimentação em função das suas condições atuais, isto é, da restrição de um campo de possibilidades, as respostas dessa categoria foram dadas em função de uma visão própria de futuro como algo imprevisível. As respostas

variaram em torno desse tema: “O que vier, já vem/O futuro não se vê”, O futuro é esse que vivemos”, É sonhar, minha alma em Jesus não é sonho, é realidade”.

Houve ainda respostas muito singulares, que não puderam ser classificadas em critérios particulares de semelhança, colocadas na categoria “outros” que compreendeu 3,6 das respostas e houve 0,8% dos entrevistados que não soube responder à questão e mais 5% dos entrevistados que não responderam. Vejamos o agrupamento dos dados na tabela abaixo:

TABELA 103 – Como imaginam o futuro e se têm algum projeto a realizar

<i>Grupos</i>	<i>Categorias</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Grupo a	Categorias que abarcam respostas que relacionam a saída da rua com a volta para família, conquista da casa e emprego/trabalho	209	55,9
	Conseguir um emprego/nova profissão/ e mudar de vida	38	10,3
	Ter casa e emprego	37	9,7
	Ter família e casa	37	9,7
	Ter família, emprego e casa	35	9,4
	Ter casa/dinheiro/estabilizar-se financeiramente	28	7,6
	Sair da rua - voltar para casa - família/melhorar de vida	23	6,2
	Parar com as drogas/Tratar-se/ Voltar para Casa-Família	11	3,0
Grupo b:	Categorias que abarcam respostas que dizem respeito a realização de outros projetos para o futuro	48	13,5
	Terminar os estudos	12	3,3
	Montar negócio próprio	11	3,1
	Ter aposentadoria	8	2,2
	Morar num sítio/fazenda/campo	4	1,1
	Viajar/Mudar-se para outro lugar	4	1,2
	Cuidar da Saúde	4	1,2
	Acertar na loteria	3	0,8
Morar em alguma instituição de auxílio	2	0,6	
Grupo c:	Categoria que abarca respostas que expressaram uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro	49	13
	Não imagina/não possui	49	13
Grupo d:	Categoria que abarca respostas que salientam uma expectativa de melhoria para o futuro, sem especificar nenhum projeto para tanto	36	9,5
	Melhorar situação de vida	36	9,5
Grupo e:	Respostas que salientavam a impossibilidade de planejamento para a vida futura, relacionadas a uma percepção de que é impossível controlar o destino	6	1,7
	Viver a realidade/o futuro que vier	6	1,7
Outros		12	3,6
NS		3	,8
NR		19	5,0
Total		382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou identificar algumas especificidades que recortam a vida de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua. Tendo em vista a validade dos dados da pesquisa anteriormente realizada com o público de crianças e adolescentes (LABORS, 2004), neste estudo procuramos apenas recolher algumas características gerais das crianças e adolescentes em situação de rua, o que permitiu esboçar algumas comparações com a pesquisa realizada em 2004 e esboçar algumas tendências no que se refere à expressão dessa problemática social da situação de rua nessa população. Inversamente, no que se refere ao público adulto, dada a precariedade das informações existentes, o estudo investiu em interrogações mais profundas sobre as singularidades da identidade, valores, experiências, relações com o corpo e com instituições, concepções sobre cidadania, riscos e atrativos da “rua”, assim como projetos e sonhos dessa população.

Nesta parte final do relatório, esboçaremos alguns dos tópicos mais relevantes percebidos pelos dados da pesquisa, assim como iluminaremos alguns de seus aspectos com a contribuição das oito entrevistas qualitativas realizadas com especialistas no assunto, fundamentalmente usuários ou ex-usuários dos serviços destinados à população em situação de rua e profissionais envolvidos no desenvolvimento de ações, serviços ou no trabalho em equipamentos para o acolhimento dessa população. O objetivo da coleta desses depoimentos foi enriquecer a análise de dados, explorando as informações em mais detalhe, a partir de um diálogo entre os pesquisadores com os sujeitos das entrevistas qualitativas. A idéia não é fechar uma conclusão sobre o assunto, mas sim relacionar os dados trazidos pelos procedimentos metodológicos de aplicação do cadastro e do questionário estruturado com a densidade dos comentários sobre o assunto feitos por especialistas na área. O intuito é abrir as potencialidades para que a discussão sobre as pessoas em situação de rua, assim como sobre as políticas para seu atendimento, sejam ampliadas com a seriedade e comprometimento que merecem.

No que se refere aos dados sobre crianças e adolescentes, houve uma diminuição considerável das crianças e adolescentes cadastrados, em comparação com os dados de 2004. Uma série de políticas, como a constância e efetividade dos programas assistenciais em diversos níveis das políticas governamentais, a implementação de políticas públicas mais efetivas e a

construção de redes de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua em outros municípios do Rio Grande do Sul podem ser fatores que concorreram para a diminuição no número de pesquisados na cidade de Porto Alegre. Chama-se a atenção aqui o trabalho da GRANPAL, a qual constituiu a pesquisa do censo de crianças e adolescentes em situação de rua no ano de 2004 (LABORS, 2004), posteriormente aproveitando os dados trazidos para o planejamento de políticas de atendimento que, agora, vimos terem sido eficazes no sentido de firmar bases locais de atendimento nas cidades da grande Porto Alegre.

No entanto, apesar das conquistas, é preciso destacar que a seriedade do problema ultrapassa a sua dimensão numérica; a simples existência de crianças e adolescentes que permanecem nas ruas em situação de risco e/ou vulnerabilidade requer o aprofundamento das políticas preventivas, um investimento na descoberta e nos reforços dos vínculos familiares e de pertencimento comunitário dessas pessoas e a atenção eficiente para a própria situação das famílias e sua inserção em redes de proteção e assistência social. O desafio, nesse sentido, parece ser extrapolar a própria centralidade da “situação de rua” e o investimento na discussão de outros processos que configuram a sua existência. Assim também valeria a pena tentar entender como diferenças fundamentais em termos de trajetórias dos agentes e recortes de gênero, raça/etnia, idade, e outros atributos sociais que recortam as experiências de crianças e adolescentes em situação de rua influenciam na criação de vulnerabilidades para a situação de rua.

Nessa direção, vale destacar que, mesmo com a diminuição no número total de crianças e adolescentes cadastrados, há um aumento considerável nos percentuais de crianças entre 0 e 6 anos em situação de rua. Em 2004 elas representavam 8,3% da população pesquisada; no estudo atual a faixa etária dos 0 a 6 anos aparece com 19,7% de representatividade. A comparação entre esses percentuais sugere uma tendência de elevado ingresso de crianças jovens na situação de rua, renovando as preocupações com essa problemática.

Outra situação preocupante é o percentual de 24,5% de crianças e adolescentes em situação escolar que não freqüentam a escola, mesmo estando em idade escolar. Quando analisamos esses dados de acordo com a faixa etária, vemos que há um aumento dos que não estão estudando de acordo com o aumento da faixa etária abarcada. O cume dessa tendência aparece na faixa etária dos 15 a 17 anos completos, em que o alto percentual de 58% dessa população não estão estudando; entre a faixa etária dos 12 a 14 anos, 23,2% não estão estudando; e entre a faixa etária dos 07 a 11 anos, 18,8% dos cadastrados não estão estudando. Quando comparamos com os dados de 2004 levantados pelo IBGE, vemos que há uma maior

vulnerabilidade da população de crianças e adolescentes pesquisadas frente às totalizações gerais do Brasil, no que diz respeito aos percentuais de crianças e adolescentes que não estudam.

Em 2004, os dados do IBGE mostraram que, entre a faixa etária dos 15 aos 17 anos o percentual de 17,8% da população brasileira não estudavam, ao passo que esse percentual equivale a 58%, como vimos, na população abarcada pela pesquisa. Na medida em que relacionamos os dados acerca da frequência à escola com outras informações levantadas pela pesquisa, de que apenas 2,1% dos pesquisados jamais haviam frequentado a escola, podemos salientar a problemática de uma grande evasão escolar que circunscreve a população pesquisada. Essa situação atinge mais fortemente os meninos do que as meninas: entre os meninos que não estão estudando, embora em idade escolar, 33,6% não estão estudando; entre as meninas na mesma situação, esse percentual é de 26,4%. Desta forma, os adolescentes de 15 aos 18 anos incompletos encontram-se numa situação de maior vulnerabilidade quanto à não frequência à escola, entre o grupo de crianças e adolescentes cadastrados pela pesquisa.

No que se refere à categoria raça/cor, também há uma representatividade dos negros e pardos em situação de rua, frente à representatividade desses segmentos nas totalizações da população brasileira. Caso comparemos com os dados do IBGE, do Censo de 2000, temos que 53,7% da população brasileira se auto-declarou “branca”, seguido de 38,5% que se auto-declarou com a cor/raça “parda”, sendo a população declarada “preta” com o percentual de 6,2% da população. Na população de crianças e adolescentes pesquisados, utilizando-se as mesmas categorias do IBGE vemos que o percentual das pessoas com raça/cor “branca” diminui para 28,5%, e o daqueles com cor/raça “parda” e “preta” sobem para 32,6% e 31,9%. As cores/raças “amarela” e “indígena” não receberam nenhuma citação na pesquisa. Quando analisamos esses dados, torna-se evidente que há uma sobre-representação de pretos e pardos no universo pesquisado, que possuem maior vulnerabilidade para a situação de rua.

Esses dados apontam que as informações recolhidas pela pesquisa não iluminam apenas informações sobre as experiências de vida de crianças e adolescentes em situação de rua, mas são idiomas de expressão das contradições sociais existentes em nossa sociedade. Nesse sentido, as informações aqui trazidas constituem um vocabulário de expressão das desigualdades sociais, que acabam fabricando existências sociais particulares, na interseção com dinâmicas complexas de elaboração de significados sociais singulares, por parte das próprias pessoas constituídas como “em situação de rua”. Tais fatores implicam a necessidade constante de relacionar os dados desse relatório com configurações e processos sociais diversos que dão uma inteligibilidade às práticas e concepções de mundo do grupo pesquisado.

Pessoas que vivem, permanecem ou existem na rua, mesmo que circunstancialmente, distanciam-se do padrão de normalidade que valoriza o trabalho, a durabilidade das relações familiares e a fixação domiciliar. Elas transgridem, por sua mera existência, a ordem social, ao mesmo tempo questionando seus limites e expondo suas fraturas. Configurados como “anti-norma”, apropriam-se e incorporam o espaço simbólico da “rua” como aquele gerador de experiências e atributos particulares. Esse universo, como vimos ao longo da apresentação dos dados da pesquisa, é eminentemente ambíguo: ao mesmo tempo em que é recortado por práticas de violência e de não reconhecimento social, ainda assim oferece, no imaginário de muitas pessoas, um amplo campo de possibilidades de existência. Reconhecer esse universo não apenas a partir de uma perspectiva normativa que o enxerga apenas como negatividade é abrir um espaço para uma rotação de perspectivas: ver os processos em questão a partir do ponto de vista das pessoas que lhes protagonizam e não somente a partir da perspectiva dominante, eminentemente normalizadora.

No que se refere mais especificamente à população adulta, o “olhar a partir de baixo”, nesse espaço das margens, dos entre-lugares, do fluído, do que “cai” na rua e que, muitas vezes, se vê como aparte da sociedade é, portanto, uma recomendação fundamental no sentido de extrapolação das fronteiras sociais e simbólicas que separam essa população, legitimando práticas de seu não-reconhecimento social. O não-reconhecimento da própria existência social dessas pessoas foi, como vimos, um dos principais fatores levantados nos dados dos questionários de pesquisa como recortando a experiência das pessoas em situação de rua. Ao investigar as percepções das pessoas adultas em situação de rua sobre o modo de seu relacionamento social com outros habitantes da cidade, o medo, o preconceito e a desconfiança foram ressaltados como atributos que possibilitam que as pessoas em situação de rua se conheçam no olhar do outro e se reconheçam numa posição de exterioridade em relação ao que chamam de “sociedade”. Agregase a isso um importante indicador de inclusão social, a presença de documentos que, como vimos, é privilégio de poucos adultos em situação de rua: apenas 50% dos pesquisados possuía Carteira de Identidade; o CPF é documento de 41,3%; a Carteira de Trabalho é possuída somente por 36,1% da população e o título de eleitor para pouco mais de um terço - 37% - dos adultos estudados. Há uma nítida deficiência na identificação formal dessa população, indicador de sua invisibilidade social.

Nas entrevistas qualitativas, nas quais foi possível compreender em mais detalhe as perspectivas de três pessoas que vivenciam ou já passaram pela experiência da “situação de rua”, esse assunto foi bastante explorado, ficando evidente as dinâmicas de construção de fronteiras

sociais que delimitam um espaço de diferença em relação à “sociedade”. A “sociedade” parece ser, para muitos, um ente abstrato construído como não-lugar para pessoas que se vêem como “caídas” num lugar socialmente construído como de exceção, parte de um “sistema” social visto como embrutecido e desigual. Como disse, em entrevista, um usuário de abrigos e albergues para pessoas em situação de rua que desde 2003 frequenta esses equipamentos:

“Muitos foram para a droga para o álcool, para a doença e caíram na vida. As pessoas se perderam. Doentes. Familiares doentes. Perdeu a mãe. Veio cuidar da mãe e investiu ali e quando se deu conta estava na miséria com perda irreparável. O cara se transtorna, pela perda, pelas perdas dele. E ele começa a não reagir, não ter a reação necessária que muitas pessoas têm, enfraquece, ele começa a não reagir e *cai*. E quando ele quer se erguer ele não consegue mais, não tem maneira, porque o sistema que está aí é um sistema cruel, ele não dá chance para ninguém” (usuário de equipamentos para pessoas em situação de rua).

Na entrevista com uma ex-usuária de equipamentos para pessoas em situação de rua, a qual atualmente milita pelos direitos das pessoas em situação de rua e pelos direitos de GLBTs, a noção de estar aparte da sociedade também aparece¹¹. Falando sobre a responsabilidade da FASC, ela assinala que seria a de recolocar os indivíduos na sociedade: “nos dar estruturas para que possamos voltar à sociedade”. Quando questionada pela entrevistadora se as pessoas em situação de rua não estavam na sociedade, a entrevistada respondeu: “Não exatamente. A gente vive no meio deles, mas a gente não é tratado da mesma maneira que eles” (ex-usuária dos serviços para pessoas em situação de rua).

A idéia de um tratamento diferencial, exposta acima, tornou-se explícita ao longo da pesquisa. Como vimos, esse espaço da exceção – a “rua” – legitima práticas de exceção e a violência foi um dos medos mais presentes nessa população, sendo efetivamente presente na vida de 66% dos informantes, que disseram já terem sido vítimas de atos violentos. A vulnerabilidade da situação de rua – como vimos, cerca de 60% da população pesquisada dorme usualmente em lugares desprotegidos, como ruas, avenidas, pontes e viadutos – ocasiona a facilitação de práticas violentas. Nas informações a respeito do sofrimento de violência e das pessoas/instituições que a praticaram foi possível perceber o destaque para a Brigada Militar, compreendendo 26,6% das citações de primeiro lugar e 11,9% das citações em segundo lugar, no que diz respeito ao agente causador da violência.

Nas entrevistas realizadas, foi unânime a preocupação com os rumos desse tipo de política de segurança social, que renova desejos higiênicos e sanitaristas do início do século, em

¹¹ GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

bases mais perversas. Na visão de uma entrevistada, ex-usuária dos equipamentos para pessoas em situação de rua, a política de segurança pública atual assemelha-se a uma política de extermínio que visa acabar com pessoas que contaminam a ordem social: “A ordem é exterminar com morador de rua, literalmente falando. Eles entendem isso, que morador de rua é uma *infecção*. Exterminar é dá-lhe pau, prender, mandar matar” (ex-usuária dos serviços para pessoas em situação de rua).

A mesma preocupação expressou-se na fala de uma profissional da área, a qual afirmou em entrevista que durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007 atendeu no equipamento em que trabalha várias pessoas machucadas pela ação policial, justificada pela atribuição que o equipamento era “depósito de marginais”. A entrevistada, entretanto, fez questão de salientar a impossibilidade de generalização da crítica a esse tipo de trabalho da polícia, uma vez que destacou que o equipamento em que trabalha tem, por outro lado, uma parceria consolidada com a Brigada Militar no auxílio de situações diversas que porventura venham a requerer o trabalho policial.

O relato de uma outra profissional da área da saúde também contribui na percepção da complexidade das ações de abordagens violentas em relação a essa população. Embora jamais tenha presenciado ações desse tipo, destacou, em entrevista, vários relatos das pessoas às quais atende que salientaram a impossibilidade de continuar o tratamento de saúde porque seus remédios e outros registros de marcações de consultas/exames estavam dentro de mochilas e pertences arbitrariamente recolhidos, seja pela Brigada Militar, seja pelos funcionários do Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Vê-se que ações violentas, como essas relatadas pelas pessoas em situação de rua para a profissional entrevistada, têm reflexos agudos na consecução das demais políticas de atendimento, dificultando uma série de outras ações dirigidas à população em situação de rua e a própria integração das políticas de atendimento.

No entanto, seríamos ingênuos em isolar esse tipo de ação policial de todo um contexto social mais abrangente que informa outras ações de desrespeito e não reconhecimento da cidadania dessas pessoas. Como expressou muito bem um usuário dos programas de atendimento à população em situação de rua, entrevistado sobre os dados da pesquisa, a polícia responde a uma demanda social punitiva em relação à população em situação de rua, fazendo o serviço “sujo”:

“Eu em primeiro lugar acho que a polícia está fazendo um papel que não é dela, a polícia está fazendo um serviço sujo. (...) Como se sente um soldado que é chamado por um morador da redondeza e diz que estão na praça ali 15 moradores de rua se chapando? Ele vai chegar e fazer a parte

dele, já vai chegar baixando o porrete. (...) Aquilo está ferindo a sociedade do local, que também quer passear com uma criança na praça” (usuário de equipamentos para pessoas em situação de rua).

Ironizando o *estado de exceção* que caracteriza o cotidiano das pessoas em situação de rua, o usuário conta uma experiência de abordagem policial, acontecida no momento em que ele e outros colegas de rua estavam conversando em um banco de praça¹²:

“Eles me pediram documentos, como eu tenho documentos, apresentei. Não estava bêbado, não tinha cheiro de bebida, com feições alcoolizadas... Aí mandaram eu erguer: puxa daí que aqui não é o teu lugar. Não se pode contestar eles nesse momento, porque se contestar e dizer: é um direito constitucional que eu tenho de estar aqui, se vai apanhar igual: então tu vais apanhar porque és cidadão!” (usuário de equipamentos para pessoas em situação de rua).

Essa situação particular de suspensão de direitos, violência e arbitrariedade, realizada pretensamente em nome da segurança, não se expressa simplesmente nas ações policiais, as quais diferenciam-se pelo alto grau de brutalidade no que se refere à violência física. Elas estão dispersas, com maior sutileza, nas experiências sociais que recortam a vida das pessoas em situação de rua. Como vimos nos dados da pesquisa, 45% das pessoas entrevistadas já foram impedidas de permanecer em algum local público, cerca de 40% foi impedido de entrar em algum meio de transporte público e um pouco menos de 1/3 dos pesquisados já foi impedido de ingressar em algum estabelecimento comercial.

Nas entrevistas qualitativas também pudemos verificar o grau de preocupação das pessoas entrevistadas em relação ao que pode ser classificado como os constantes *insultos morais* - o não reconhecimento ou a negação da identidade de cidadão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002) – que perpassam a existência social das pessoas em situação de rua. O usuário dos equipamentos de abrigo e albergamento, entrevistado pela pesquisa, salientou como um dos seus grandes desejos, o mesmo que um colega seu de situação de rua, um homem negro: um dia alcançar a cidadania. Quando a entrevistadora perguntou o que era cidadania, o entrevistado afirmou:

“É estar numa praça! Como disse um colega meu: eu gostaria de sentar numa praça...Eu sou negro e gostaria de poder sentar numa praça e ficar ali sentado, sem ninguém incomodar. Mas ainda acima de tudo eu sou negro! Ele me disse que gostaria de sentar como uma pessoa comum na

¹² A noção de estado de exceção é aqui apropriada da obra de Giorgio Agamben (2002), para quem ele pode ser definido como uma situação de indefinição dos limites de poder e autoridade estatais, extrapolando o universo legal e se constituindo para além das regulações e controles.

praça.... Mas ele está com as roupas que estão um pouquinho sujas, cabelo grande, barba grande, e é negro ainda. Puxa, aí é para arrebentar o coitado! E é o sonho dele: eu gostaria de sentar em uma praça e não ser molestado por ninguém. Ter o meu direito de não ser molestado por ninguém, como um cidadão. Sim, ele é um cidadão. Mas aí entra a maldita pirâmide social. Nós estamos numa maldita pirâmide social do econômico. Então a pessoa mal vestida, negra, deu, acabou. O RS é um dos estados mais racistas que tem. Discrimina mesmo. Tem pessoas boas, não vamos generalizar. (...) Tem pessoas que ajudam o morador de rua e vêm no morador não um perigo. Mas tem pessoas que não vão gostar, da roupa dele, do aspecto dele” (usuário de equipamentos para pessoas em situação de rua).

A percepção de grande discriminação social contra as pessoas em situação de rua é compartilhada com os próprios funcionários dos equipamentos de atendimento dessa população, entrevistados para a análise dos dados da pesquisa. Uma funcionária de um serviço de atendimento para pessoas em situação de rua explica que uma das maiores dificuldades vivenciadas pelo serviço é, exatamente, a grande discriminação sofrida por essa população, que atinge até mesmo os próprios trabalhadores: “Lá vem eles que trazem o lixo humano! (...) E a gente tem que estar fazendo sempre essa interlocução: é um sujeito de direitos. Temos que lembrar disso sempre, por mais que esteja já na nossa legalidade” (trabalhadora de um serviço para pessoas em situação de rua).

A diferença entre o que é legal e o que se efetiva cotidianamente nos mais variáveis níveis de rotinas e de serviços de atendimento prestados à população em situação de rua foi expressa em dois grandes conjuntos de preocupações, nas entrevistas qualitativas: a luta em torno da humanização do atendimento a essa população e a integração entre as políticas de atendimento. No que se refere à humanização do atendimento, as falas de uma profissional de atendimento à pessoas em situação de rua são importantes, porque revelam uma série de demandas de políticas a serem implementadas:

“É necessário rediscutir o reordenamento dos abrigos e albergues dos adultos. Será que está certo colocar 80 pessoas num abrigo? Talvez até dê, mas tens que humanizar o atendimento. E isso não quer dizer investimento muito alto. Dá para aceitar que um lugar que tu colocas cento e poucas pessoas, no momento em que chove as pessoas tenham que arredar suas camas? Que só tenham 5 banheiros para o banho e os outros tenham que ficar esperando no frio, num tempo como o nosso? Se tu pensares em alugar qualquer lugar, os caras não querem alugar em função de ser para pessoas de rua. Eu fico muito preocupada. Eu não sou favorável que as pessoas recebam comida em caixinhas de leite. Tem que ter política pública. Tem que ter um Restaurante Popular à noite. Tu tens que dar condições para os caras. E tem que estar em constante

capacitação e humanização para tratamento dessas pessoas” (profissional do atendimento à pessoas em situação de rua).

A tarefa de “humanização” do atendimento pode ser associada ao próprio reconhecimento da cidadania das pessoas em situação de rua, entendida como o estatuto de seu próprio reconhecimento social, à cidade. Nesses termos, uma outra trabalhadora de equipamento para pessoas em situação de rua faz comentários pertinentes, atentando para a necessidade de se pensar as pessoas em situação de rua como uma “população da cidade”.

Caso olhemos com cuidado os dados levantados na pesquisa, é impossível entender diferentemente, uma vez que, embora cerca de 1/3 (35%) migrou de outros municípios para Porto Alegre, 40,2% da população adulta em situação de rua já vive há mais de 5 anos na cidade. Essa população utiliza-se dos recursos da cidade, fazendo sua higienização diária em instituições diversas de assistência social (50%), recorrendo a alguma instituição para alimentação diária (38%) ou alimentando-se através de doações fornecidas por outros moradores da cidade ou agências de assistência (35,1%), além de freqüentar albergues (39,3%) e abrigos (38,1%) para pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Quando casamos esses dados com o tempo de rua fornecido pelos pesquisados, vemos que mais da metade das pessoas abarcadas pela pesquisa (65,4%) dizem estar em situação de rua há mais de um ano, sendo que o importante percentual de 42,5% dos pesquisados assinala estar na rua há 5 anos ou mais. Isto é, são pessoas que estão ou permanecem na cidade um período importante de suas vidas: são uma “população da cidade”, independentemente de sua incapacidade da comprovação domiciliar.

Falando sobre esse assunto, a funcionária do serviço para pessoas em situação de rua entrevistada para comentar os dados da pesquisa, assinala:

“... Para que se veja essa população como uma população da cidade. Que eles sejam vistos como tendo que ter atendimento, independentemente da comprovação do domicílio. Não é para criar serviços específicos, mas para usar o que já existe. Eles não são atendidos no que existe. Aí surgiu PSF Sem Domicílio, mas estão sem estrutura, pois nem carros eles têm lá” (trabalhadora de um equipamento para pessoas em situação de rua).

A tarefa de “humanizar” o atendimento relaciona-se, portanto, à integralização do atendimento das políticas públicas para pessoas em situação de rua e é uma recomendação relevante que pode ser feita para as futuras políticas na área. Uma das grandes demandas de todas as pessoas entrevistadas foi, exatamente, a expansão das preocupações com a população em situação de rua para além das políticas assistencialistas. No entanto, o diálogo frente às demais políticas públicas não é percebido como uma tarefa fácil, para os profissionais ligados à

assistência social. Em entrevista, duas trabalhadoras de serviços para pessoas em situação de rua mencionam tais dificuldades, falando especificamente nas políticas de saúde. Uma das funcionárias diz que inúmeras vezes há tensão entre a responsabilidade por uma pessoa em situação de rua com visíveis perturbações psíquicas: “Hoje a gente ainda faz, mas entendemos que não é nossa atribuição, mas fica aquela coisa: é meu, é teu...” (funcionária de equipamento para pessoas em situação de rua). Outra funcionária com uma trajetória importante no atendimento à população em situação de rua expõe uma situação tensa vivenciada em sua experiência de trabalho, referente à locomoção de usuários com perturbações psíquicas:

“A demanda da comunidade sempre foi da retirada da pessoa. O atendimento social de rua também tem por objetivo trabalhar a comunidade. É um atendimento muito difícil. Às vezes se tem que recorrer a brigada. O SAMU não tem preparo e não quer ter disponibilidade para atender doença mental. Como se a loucura não fizesse parte do ser humano. Uma vez eu ouvi de uma enfermeira do SAMU, em um dos treinamentos que a gente fez, ela dizer que não queria levar um cara porque o cara estava sujo, estava na rua, e depois ia ter que *desinfetar* a ambulância. Ela se apropriava de um instrumento público como se fosse dela... Então desinfeta a ambulância! Agora se alguém está caminhando ali na Redenção e vira o pé, chama o SAMU, eles chegam em 5 minutos. É um serviço que depende muito da articulação com outros. Nunca se conseguiu fazer isso, o único serviço é o PSF. E aí o encaminhamento é mais fácil aos outros serviços de saúde. Se eles forem num posto qualquer, não vão ser atendidos porque não são moradores da região, pois não têm comprovante de residência” (profissional da área de atendimento à pessoas em situação de rua).

Uma funcionária de serviço de saúde concorda com a complexidade das políticas de saúde para pessoas em situação de rua, uma vez que a territorialização enquanto princípio de atendimento nos Postos de Saúde/SUS impede que muitos usuários possam ser atendidos nas regiões que habitam ou permanecem, uma vez que não podem comprovar domicílio na região. Isto faz com que a maior parte dos atendimentos dessa população sejam realizados no PSF Sem Domicílio, que por vezes têm que encaminhar os pacientes para outros equipamentos, como o Posto de Saúde da Vila Cruzeiro, dificultando o atendimento, uma vez que há a necessidade de locomoção até esse local. Especialmente no que diz respeito ao atendimento de saúde bucal, responsável por 41% das respostas dos problemas ou doenças de saúde que as pessoas em situação de rua dizem ter, essa situação é mais grave, na medida em que o novo serviço, o Centro de Atendimento Odontológico, efetivado no mesmo edifício do PSF Sem Domicílio, Posto de

Saúde Santa Marta, possui apenas 2 vagas disputadas por toda população da região central de Porto Alegre.

Essa situação de precarização do atendimento odontológico foi expressa nos dados da pesquisa, assim também como a questão das perturbações psíquicas/psicológicas/da cabeça/doença dos nervos, que tiveram o mesmo alto percentual de 41% de percepções de doença. No que se refere à saúde mental, a situação de precariedade expressa-se intensamente, segundo os funcionários dos serviços de atendimento à população em situação de rua, nas locomoções e internações dos pacientes. Como no informou uma profissional do atendimento à pessoas em situação de rua, um dos órgãos que acabam sendo responsáveis pela locomoção e internação de pessoas em situação de rua com perturbações mentais é a Brigada Militar. Relacionando esse dado com as informações trazidas pela pesquisa acerca das práticas de violência vivenciadas por essa população, temos que o mesmo órgão que pune e criminaliza é aquele que atende também emergências de saúde mental. Além de haver um complexo processo que pode ser denominado de *criminalização da doença mental*, temos também uma expressão significativa do lugar social marginal ocupado pela população em situação de rua, no âmbito das políticas públicas.

Outra dificuldade na questão da saúde mental, para além das dinâmicas de internação de pacientes, é exatamente a saída da instituição. Vários entrevistados referiram, em entrevista, a ausência de uma responsabilidade clara para lidar com esses casos. Falando sobre o assunto, uma funcionária da área refere: “Após a internação, alguns a gente consegue fazer contato. Mas têm alguns que voltam para rua. “Da rua veio, para rua vai”, já nos disseram., porque o hospital tem que liberar o leito. E a gente perde todo um vínculo, às vezes, com a pessoa por isso” (trabalhadora de serviço para pessoas em situação de rua). Uma funcionária de serviço de saúde referiu um discurso semelhante: “Quando dão alta, eles ligam para a gente para buscar. Vou buscar e colocar aonde? Aqui na praça? No mínimo é antiético. Vou largar na FASC? Eles vão dizer para mim: a gente não tem onde botar ele. O que a gente faz?” (funcionária de serviço de atendimento para pessoas em situação de rua).

Apesar da situação de saúde ter se destacado, nos dados da pesquisa, como profundamente difícil para a população em situação de rua – haja vista também o percentual de pessoas que dizem utilizar-se de álcool e drogas sem terem se submetido à tratamento para tanto e os dados sobre a diferença entre a percepção da doença pelos entrevistados e o uso de remédios para seu tratamento - relatos dos entrevistados nas entrevistas qualitativas sugerem que as políticas da área da cultura, do trabalho e habitação também sofrem do mesmo problema de

sectarismos e falta de integração, em relação às políticas de assistência social e de segurança pública. Uma profissional da área, falando de sua experiência de trabalho, destaca o quão difícil era conseguir articulações para efetivação de programas culturais para população em situação de rua:

“Para se conseguir integração com Secretaria da Cultura era muito difícil. Fazer com que os caras fossem ver filme na sala Paulo Gстал não dava, era um parto. Eles até emprestavam o filme ou então faziam uma sessão exclusiva para nós. Mas não é isso que a gente quer. Eles têm que circular” (profissional do atendimento à pessoas em situação de rua).

A mesma funcionária descreve as dificuldades na área do trabalho e geração de renda:

A questão da inclusão produtiva e geração de renda é muito pior que a saúde. É uma das principais demandas do público que nos chega. No início do atendimento os assistentes sociais faziam grupos e procuravam junto com os usuários os empregos nos jornais. Mas isso chega a ser até piada hoje, eles não têm chance. Foram feitos alguns projetos, como o RAP (Programa de Reinserção à Atividade Produtiva), na tentativa de alguma inserção. No início, por volta de 1998 foi muito caótico, era de limpar vala, a pessoa recebia uma bolsa. O projeto foi revisto e foi assumido que tinha que ter parcerias. A assistência não pode dar conta de tudo, a inclusão produtiva depende da articulação das políticas. (...) Uma vez eu lembro de uma empresa para construção civil, eles ligaram e disseram que tinha 10 vagas. Nós conseguimos 1 vaga! Eles colocaram tantos critérios: aparência, educação, etc. Isso não é o perfil da população de rua” (funcionária do atendimento para pessoas em situação de rua).

Destaca-se que, segundo a profissional, a rede de atendimento à população de rua jamais se ampliou no sentido de proliferação de alternativas criativas de atendimento, para além dos abrigos e albergues. Mesmo o projeto do RAP (Programa de Reinserção Produtiva) não conseguiu efetivamente cadastrar nenhuma entidade no ano de 2007, pois não houve interesse de nenhuma instituição em efetivar o programa. Essa informação possibilita compreender melhor os resultados da pesquisa na questão do trabalho, os quais mostraram que trabalhos não qualificados são os mais utilizados pela população em situação de rua, como estratégia de sobrevivência. Como vimos, catar materiais recicláveis, pedir/achacar e lavar/guardar carros/ser flanelinha surgiram como as três atividades mais citadas de trabalho (respectivamente com 22,9%, 15% e 12,3%), o que tende a permanecer caso não haja maiores alternativas de inserção produtiva/geração de renda dirigidas à população em situação de rua.

Chama-se a atenção para o fato de que os processos de enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, a precarização das formas de trabalho e o trabalho ocasional ou intermitente são mais

potentes no sentido de produzir processos de *desfiliação* social quando casados com o enfraquecimento dos vínculos relacionais primários, ou seja, os vínculos familiares e comunitários (Castel, 1997). Esse é exatamente o caso de grande parte dos adultos em situação de rua estudados na pesquisa, uma vez que o afrouxamento dos vínculos familiares foi ressaltado por ¼ dos pesquisados, quando perguntados acerca dos contatos com familiares. Ainda, na percepção das pessoas estudadas, o rompimento, abalo ou a vivência de conflitos familiares foi o motivo atribuído para estar nessa situação social por 41,1% dos pesquisados, seguindo-se a carência de condições materiais e financeiras, que apareceu com 22,8%, notadamente relativa ao desemprego e à busca de trabalho ou alguma forma de renda ou auxílio (16,3%), assim como da perda da moradia (6,5%).

Salientamos, entretanto, que esses dados devem ser entendidos como indicadores de “processos” dinâmicos de desfiliação, e não “estados” fixos com essências particulares aos quais podemos atribuir uma única causalidade. No entanto, o casamento do enfraquecimento ou precarização das relações de trabalho com o enfraquecimento dos vínculos relacionais torna os sujeitos que vivenciam tais relações especialmente vulneráveis aos processos de *desfiliação* social, muitas vezes sendo as políticas de assistência e proteção social os fios mais importantes de pertencimento dessas pessoas. Daí sua fundamental importância e relevância de sua permanência e qualificação.

Quando analisamos os dados de saúde e trabalho/renda, associadas às entrevistas qualitativas com especialistas na área, torna-se urgente referir a demanda de integralização das políticas públicas como uma recomendação importante trazida pela pesquisa. Um militante da área, entrevistado sobre os dados da pesquisa, salienta essa questão, destacando os espaços de tensões nas políticas dirigidas às pessoas em situação de rua na cidade, ao mesmo tempo em que faz uma interrogação interessante sobre a crítica à esmola, comumente esboçada como elemento reprodutor da potencial inércia da população:

“É preciso integralizar as políticas.(...) E no debate sobre a esmola não pode faltar o debate sobre o que falta na cidade para não dar esmola. O que é inadequado com relação à esmola? É inadequado a falta dos leitos nos Hospitais Psiquiátricos, é inadequado a falta de um CAPS para tratamento de álcool e drogas, porque metade dos que pedem, pedem o dinheiro que é para comprar drogas. É inadequado a falta de um serviço para o migrante. É inadequado a falta um serviço referencial para eles comerem à noite. É inadequado a falta um serviço alternativo de Kombi e transporte. Qual problema da política de atendimento: é o problema da saúde, da dependência química, da geração de renda” (militante dos direitos para pessoas em situação de rua).

De fato, os dados da pesquisa mostraram que muitas pessoas em situação de rua sobrevivem pelo apoio dos moradores da cidade, mostrando uma forma de relacionamento entre a população em situação de rua com outros tipos de moradores da cidade que coexiste com as já referidas noções de desconfiança e medo. Como vimos, 34,6% dos pesquisados assinalou alimentar-se em primeiro lugar e 11,5% disse alimentar-se em segundo lugar através das comidas fornecidas pelos moradores da cidade na forma de doações ou “macaquinhos” deixados para eles em galhos de árvores. Da mesma forma, na questão em que puderam avaliar, em notas de 1 a 10, os moradores de Porto Alegre receberam a nota média de 7,2, que estava entre as três maiores dadas para os agentes/instituições avaliadas. Isso mostra que, a despeito de uma sensação de despertencimento da “sociedade” e não reconhecimento social, que perpassa o imaginário e as experiências das pessoas em situação de rua, ainda assim é possível perceber trocas entre outros tipos de moradores da cidade com a população em situação de rua; tais trocas constituem relações sociais, não se restringindo aos bens trocados. O usuário dos serviços para pessoas em situação de rua, entrevistado para a análise dos dados, expressa em linguagem metafórica a importância das relações de troca entre pessoas em situação de rua e outros moradores da cidade:

“O morador de rua, então, não tem ajuda de lugar nenhum: os que ajudam eles são combatidos! (...) Querem que POA se torne Calcutá, na Índia? Eles não sabem... existe um bem sim, existem pessoas que se preocupam com moradores de rua, porque senão existissem essas pessoas o mundo seria quadrado e não redondo, uma roda. Para que a existência da roda se tudo fosse igual? Seria quadrado, só quatro lados. E a roda não, a roda gira para todos os lados, vai para qualquer lugar. Se não existisse a roda seria tudo igual, tudo uniforme” (usuário de equipamentos para pessoas em situação de rua).

Outra entrevistada, ex-usuária dos equipamentos para pessoas em situação de rua e atual militante dos direitos das pessoas em situação de rua, conta sua experiência de criação de laços sociais com outros moradores da cidade de Porto Alegre:

“Eu tenho pessoa, uma senhora amiga minha, ela tem 84 anos e é milionária. Os filhos são juízes, advogados, professores universitários... Eu a conheci no Shopping Praia de Belas, sentada numa livraria, lendo. Quando eu disse que era moradora de rua ela só faltou me beijar, ela me adora. Eu comecei a conversar com uma pessoa... Lá eu tenho um círculo de amizades de pessoas que têm dinheiro, mas eu posso chegar lá de chinelo de dedo... Então eu comecei a conversar com ela de um assunto, de repente foi chegando outras pessoas, quando vi já éramos um grupo de 5 ou 6 pessoas conversando, dando risada no meio da livraria. Que a livraria Saraiva tem esse espaço para ler, é cultura. É um modo de divulgar os livros deles. E hoje a gente se encontra de vez em quando. Eu

vou lá e visito elas, elas não vão lá na minha casa porque é muito longe. Mas a gente se encontra para tomar um café, almoçar, tomar um chopinho, a gente senta para ler. Tem pessoas que entendem, se preocupam até. Eu me dou super bem com ela, ela me entende, a gente conversa de tudo. Tem outras pessoas que são neutras e outras que detestam morador de rua. Tem pessoas que passam e te olham com cara de nojo, desviam do caminho quando tu vens vindo...O morador de rua é marginalizado, é tido como marginal” (ex-usuária dos serviços de assistência para pessoas em situação de rua).

Como vemos nos relatos aqui trazidos, as trocas entre pessoas em situação de rua e outros moradores de Porto Alegre são importantes, na medida em que não se restringem aos bens trocados, mas expressam um elemento simbólico importante da criação de laços sociais entre as pessoas envolvidas. Elas permitem a abertura de um espaço de possível conhecimento e extrapolação das fronteiras que separam as existências sociais, aproximando agentes com posições sociais muito distintas e potencialmente aumentando o horizonte de conhecimento e problematização de estigmas que caracterizam comumente a construção do personagem “pessoa em situação de rua”.

Espaços de interlocução e diálogo, nesse sentido, devem ser estimulados nas políticas de atendimento. O Jornal Boca de Rua, veículo produzido e vendido por pessoas em situação de rua, com a colaboração de jornalistas profissionais, é um exemplo dessa possibilidade. Ao permitir o engajamento da população em situação de rua na discussão dos problemas e desafios que recortam sua existência, também permite comunicar linguagens e modos de existência dessa população para demais agentes e instituições na cidade (Jaenisch, 2007). A expressão do reconhecimento desse tipo de veículo pôde ser verificada pelos dados da pesquisa, os quais o apontaram, no que diz respeito ao conhecimento de fóruns, movimentos sociais e ONG’s, como a entidade mais conhecida, com 47,9% dos dados levantados. No que se refere à participação em fóruns, movimentos sociais ou ONG’s, o destaque dos entrevistados que participam de alguma entidade se deu para o Grupo Realidade de Rua, formado por integrantes do Jornal Boca de Rua que participam do Projeto Hip Hop Saúde no GAPA. A leitura desses dados aponta a valorização da possibilidade de fornecer, em linguagem própria, informações, demandas, falas sobre a sua própria situação social, por parte das pessoas em situação de rua.

No mesmo sentido de reconhecimento de uma singularidade que não se reduz à negatividade que apontamos uma recomendação de criação de espaços de interlocução com as pessoas em situação de rua, escuta de suas experiências e atenção para suas demandas como uma das proposições mais urgentes que devem ser levadas em conta no trabalho com essa população.

Além de ser uma recomendação legal consolidada, a participação dos usuários nas políticas públicas é a própria condição para seu sucesso e avanço. Como vários entrevistados referiram, as políticas de atendimento à população de rua, mesmo com muitas lacunas, vem avançando significativamente. Nas duas últimas décadas houve melhorias significativas: efetivação de encontros nacionais e regionais para debate da problemática, construção de equipamentos próprios para o acolhimento de pessoas em situação de rua, surgimento de parcerias com relação à saúde, como a equipe do PSF Sem Domicílio, crescimento dos fóruns e movimentos sociais para luta em torno dos direitos das pessoas em situação de rua, financiamento de pesquisas sobre o assunto, destinadas a contribuir para a formulação de políticas públicas na área.

No entanto, tais avanços não podem prescindir da participação dos próprios usuários de tais políticas e programas, o que exige, muitas vezes, uma rotação de perspectivas. A fala de uma profissional do atendimento sintetiza tais desafios:

“Há 4 anos atrás, quando a gente abriu a casa, eu me motivei a fazer o trabalho com população de rua, mas eu tinha uma outra visão. (...) A gente montou a casa, fez uma idéia de cursos, oficinas... mas me agredia muito essa história do cara vir aqui e ficar sentado lá, num canto. Puxa, eu tenho o tele-centro lá e ele não vai, ele fica aqui sentado... Então os meus primeiros 2, 3 meses eu passei brigando com os usuários: escuta aqui cara, como é que eu estou te oferecendo isso e tu não queres?!? Mas tu tens que querer! E daí tu começa a ver que... espera aí, eu digo isso porque tive uma criação diferente. Então eu primeiro tive que me educar, tive que aprender, ver que o ritmo é diferente, a começar a ouvir mais. No sentido do seguinte: é fácil dizer: o cara é vagabundo, não quer nada. Mas aí tu começa a perguntar: por que está na rua? Ninguém está na rua porque quer. Tem a questão da separação familiar, vício, emprego, etc. Aí eu me reciclei. Espera aí, eu vi que coloquei um monte de oficina que eram boas para mim. E aí a gente entrou numa de discutir as oficinas com eles. Na verdade eles queriam a mesma coisa que nós. Mas é diferente eu dizer que das 9 ao 12:00h. eles iam fazer papel, se eles queriam fazer papel só de tarde! E tem aquele que não quer fazer mesmo e tem que ser respeitado! (profissional de equipamento para o atendimento de pessoas em situação de rua).

A mesma orientação é compartilhada por uma funcionária de outro serviço de atendimento, que sugere: “A gente precisa escutar os usuários. Temos que trabalhar na rede, para ir abrindo os espaços de acordo com a realidade que eles estão vivenciando” (funcionária de serviço para o atendimento de pessoas em situação de rua). É verdade que os desafios de colocar em prática essa orientação são de todas as ordens e não estamos assumindo aqui que isso esteja acontecendo plenamente; ao contrário, os dados da pesquisa mostram uma grande carência no

que diz respeito à própria atribuição do estatuto de pessoa para essa população em situação de rua, isto é, seu entendimento como seres dotados de razão, com capacidade de fazer escolhas e aptos à formação de relações sociais.

Entretanto, os reflexos de ser ouvida cotidianamente, dos olhares de reconhecimento, das trocas de idéias e do respeito à dignidade de cada pessoa em situação de rua – partes do que estamos chamando de “rotação de olhar” - são percebidos e valorizados, quando existentes. A ex-usuária dos serviços de atendimento, entrevistada sobre os dados da pesquisa, expõe o quanto foi importante a sua participação no I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, em Brasília, no ano de 2005:

“Eu falei tudo na minha fala: desde habitação, saúde, tudo que abrange direitos humanos, eu falei, em 10 minutos. Teve uma mesa só com moradores de rua, eles abriram espaço para ouvir a gente. Eles ficaram na platéia, a gente é que foi falar” (ex-usuária dos serviços de assistência a pessoas em situação de rua, militante pelos direitos dessa população).

Diríamos, como palavras finais, que retirar as pessoas em situação de rua da “platéia” na formulação de suas políticas é o grande desafio a ser enfrentado. Reconhecer a existência social das pessoas em situação de rua pode ser, nesse sentido, admitir que o rumo das políticas talvez não seja a de sua simples tentativa de supressão por políticas assistencialistas ou de controle social punitivo, mas atenção e, sobretudo, transformação dos complexos processos sociais que as configuram, na sua dramaticidade e luta cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. RJ, Zahar, 1981.
- AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua. BH, Editora da UFMG, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. “Gostos de Classe e Estilos de Vida”. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu. SP, Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. RJ, Bertrand Brasil, 1989
- BRASIL. Constituição Federal de 1988
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Direito Legal e Insulto Moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos. RJ, Relume Dumará, 2002.
- CASTEL, Robert. “Les marginaux dans L’histoire” IN: PAUGAM, S. (org.), L’exclusion. L’état des savoirs. Paris: La Découverte, 1996.
- CASTEL, Robert. “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Cadernos CRH. Salvador, n. 26/27, p.19-40, jan./dez. 1997.
- COSTA, Júlio Caetano. Cinema e Morador de Rua: buscando estratégias de resistência. POA, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2006 (mimeo), 77p.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. RJ, Graal, 1983 (2 edição).
- DAMATTA, Roberto. (1979). Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. RJ, Zahar Editores.
- DE CERTEAU, Michel. The Practice of Everyday Life. California, University of California, 1984.
- DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. RJ, Graal, 1980.
- DUARTE, Luiz F. D. . Da Vida Nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.
- ELMIR, Cláudio Pereira. O Crime da Última Hora. Porto Alegre na Passagem dos Anos 50. Dissertação de Mestrado em História na UFRGS. Porto Alegre, UFRGS, 1996 (mimeo).
- FARGE, Arlette. Vivre dans la rue à Paris au XVIII^e siècle. Paris: Gallimard / Julliard, 1979.
- FIRDION, Jean-Marie e MARPSAT, Maryse « La statistique des sans-domicile aux États-Unis ». IN: Courrier des Statistiques. Dossier: Sans-Abri. 1994, n° 71-72 pp. 43-56.
- FINKLER, K. “The Universality of nerves”. In: DAVIS, D.; LOW, S (Orgs). Gender, Health and Illness: the case of nerves. NY, Hemisphere Publishing, 1989.
- FLORA, Marilene Cabello. Mendigos : por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis : Vozes, 1987.
- FONSECA, Claudia. (1995). Caminhos da Adoção. SP: Cortez, 1995.
- FONSECA, Claudia e CARDARELLO, Andrea. “Direitos dos Mais e Menos Humanos”. In: Horizontes Antropológicos. POA, ano 5, n° 10, p. 61-82, maio de 1999.
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura. SP, Editora Perspectiva, 1993.

- FOUCAULT, Michel. Estratégia, Poder, Saber. Coleção Ditos e Escritos. Vol. IV. RJ, Forense Universitária, 2003
- GEREMEK, Bronislaw. Truands et Misérables dans l'Europe modern (1350-1600). (Paris): Gallimard/Julliard, 1980.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Crianças e adolescentes em situação de rua e suas circunstâncias de vida. Secretaria de Estado do Planejamento : Projeto Piá 2000, 1996.
- GREGORI, Maria Filomena. Viração: Experiências de Meninos nas Ruas. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- GREGORI, Maria F. e SILVA, Cátia S. Meninos de Rua e Instituições. Tramas, Disputas e Desmanche. SP, Contexto, 2000.
- HECHT, Tobias. At Home in the Street. Street Children of Northeast Brazil. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.
- ILLICH, Ivan. Expropriação da saúde: nêmesis da medicina. RJ, Nova Fronteira, 1975.
- JAENISCH, Samuel Thomas. "Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como um espaço de mediação". In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice e FONSECA, Claudia. Antropólogos em Ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos. POA, Editora da UFRGS, 2007.
- KASPER, Christian Pierre. Habitar a Rua. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social na UNICAMP. Campinas, UNICAMP, 2006 (mimeo).
- LABORS. Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre. Relatório de pesquisa. POA, UFRGS/LABORS, 2004.
- LUSK e MASON, Meninos e Meninas "de rua" no Rio de Janeiro. Um estudo sobre sua tipologia. IN: RIZZINI, Irene. (org.) A criança no Brasil hoje: Desafio para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro, Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.
- MAGNI, Claudia Turra. Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Sta Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- MAGNI, Claudia. Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. POA, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1994 (mimeo).
- MAGNI, Claudia Turra. Images du même et de l'autre: une ethnographie des ateliers artistiques pour des personnes sans domicile à Paris. Tese (Doutorado em Antropologia Social) École de Hautes Etudes em Sciences Sociales. Paris, 2002.
- PECHMAN, Robert M. Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista. RJ, Casa da Palavra, 2002.
- PERROT, Michele. Os Excluídos: operários, mulheres e prisioneiros. SP, Companhia das Letras, 1988.
- ROSEMBERG, Fúlvia. "Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: do discurso à realidade". In: Pluralismo. Espaço Social e Pesquisa. SP, Hucitec, 1995, p. 230-244.
- SCHUCH, Patrice. "Direitos e Sensibilidades: Uma Etnografia das Práticas de Justiça da Infância e Juventude". In: Antropologia e Direitos Humanos 4. Florianópolis, Nova Letra, 2006, p. 57-120.

SCHUCH, Patrice. “Aproximações com as Pessoas em Situação de Rua”. In: UFRGS/LABORS. Relatório I de Pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS. POA, UFRGS, 2007 (mimeo.).

SHEPER-HUGHES, Nancy e HOFFMAN, Daniel. “Brazilian Apartheid: Street Kids and the Struggle for Urban Space”. In: SHEPER-HUGHES, Nancy e SARGENT, Carolyn. Small Wars. The Cultural Politics of Childhood. Berkeley, Los Angeles e London, University of California Press, 1998.

SILVA, Hélio e MILITO, Claudia. Vozes do Meio Fio: etnografia. RJ, Relume Dumará, 1995.

VIANNA, Adriana de Resende B. O Mal que se Adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro: 1910/1920. RJ, Arquivo Nacional, 1999.

VEXLIARD, Alexandre. Le clochard. Paris: Desclée de Brouwer, 1998 (1957).

Porto Alegre, maio de 2008